



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**O MARQUÊS DE POMBAL E OS INGLESES:
A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS MUN PARA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1571-1641)**

JOSÉ AUGUSTO BATISTA DOS SANTOS

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

O MARQUÊS DE POMBAL E OS INGLESES:
A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS MUN PARA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1571-1641)

JOSÉ AUGUSTO BATISTA DOS SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira
Co-orientador: Prof. Dr. José Eduardo Franco

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237m Santos, José Augusto Batista dos
O Marquês de Pombal e os ingleses : a contribuição de Thomas Mun para instrução pública (1571-1641) / José Augusto Batista dos Santos ; orientador Luiz Eduardo de Oliveira. – São Cristóvão, SE, 2023.
115 f.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação - História. 2. Educação e Estado. 3. Educação - Finalidades e objetivos. I. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marques de, 1699-1782. II. Oliveira, Luiz Eduardo de, orient. III. Título.

CDU 37.014.5(091)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ AUGUSTO BATISTA DOS SANTOS

**O MARQUÊS DE POMBAL E OS INGLESES: A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS MUN
PARA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1571-1641)**

Aprovada em 23.12.2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe e
aprovada pela Banca Examinadora.

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. José Eduardo Franco
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.ª Dr.ª Josefa Eliana Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.ª Dr.ª Edna Maria Matos Antônio
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Prof. Dr. Ricardo Ventura
Universidade de Lisboa / PT

*À minha família e, em especial, à memória de meu
irmão Antônio, que, durante a escrita deste
trabalho, nos deixou.*

AGRADECIMENTOS

Este texto, embora esteja assinado por mim, é resultado de um esforço conjunto. Várias pessoas, direta ou indiretamente, concorreram para a sua construção e a elas endereço as seguintes palavras de agradecimento. Agradeço:

Ao meu orientador Luiz Eduardo pela confiança e o apoio constante, sobretudo nos momentos em que cogitei abandonar a escrita deste texto, em virtude de problemas pessoais. Sua atitude humana e compreensiva me deu ânimo para perseverar até o fim.

Aos meus pais Antônio e Rosivanda a quem eu devo tudo o que sou e aquilo que eu vier a ser.

Aos meus irmãos Daniel e Antônio (*in memoriam*), que foram meus grandes incentivadores.

À minha esposa Brielle pela compreensão durante todo o processo e auxílio contínuo.

Aos demais familiares e amigos que torceram por mim e me ajudaram de alguma maneira.

Os méritos deste trabalho, se algum houver, dedico a eles. Quanto às imperfeições, por elas assumo toda responsabilidade.

RESUMO

As relações entre Portugal e a Inglaterra estão marcadas por distanciamentos e aproximações. Há, na realidade, sentimentos mistos no que respeita ao papel da Inglaterra nos momentos decisivos da história de Portugal. Tais sentimentos se traduziram, por vezes, em aversão ao que era inglês e, noutras ocasiões, em admiração pelas suas realizações como povo. Isso fez surgir múltiplas representações a seu respeito. Sendo assim, esta pesquisa investiga o modo como as representações do marquês de Pombal relativas à Inglaterra – e aos ingleses – concorreram para as reformas do ensino. De maneira geral, aborda o impacto dos contatos com a nação inglesa sobre seus escritos e, posteriormente, sobre sua ação governativa. De maneira particular, concentra-se na figura de Thomas Mun (1571-1641), um negociante inglês considerado por muitos como um dos representantes do que viria a ser chamado – não sem alguma controvérsia – de mercantilismo, com a tese de que algumas das ideias sobre as quais escrevera serviram de modelo para as reformas do ensino, sobretudo para a criação da Aula de Comércio. Para tanto, retomamos as relações entre as duas nações, colocando em destaque, quando oportuno, as oscilações que as caracterizaram. Fez-se necessário, também, contrastar a maneira pela qual as sobreditas relações foram representadas em textos produzidos em diferentes momentos da história de Portugal, tomando como marco os centenários da morte do marquês de Pombal. Restou evidenciado que as ideias propaladas por Thomas Mun no século XVII, e defendidas por Malachy Postlethwayt – um de seus seguidores e coetâneo de Pombal – foram apropriadas pelo marquês para a reforma do ensino. Tais apropriações se fazem ver tanto na Relação dos Gravames quanto nos Estatutos da Aula de Comércio.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, Marquês de Pombal, Inglaterra, Instrução Pública. Thomas Mun.

ABSTRACT

Relations between Portugal and England are marked by moments of distancing and approximations. In fact, there are mixed feelings with regards to the role played by England in decisive events in the history of Portugal. Such feelings, at times, took the shape of aversion towards everything considered English and, on other occasions, they gave rise to some sort of admiration for the achievements of the English as a people. That made it possible for the formation of multiple representations about the latter. Therefore, this research investigates the way in which Pombal's representations about England – and the English – contributed to the reforms in education. From a general perspective, it deals with the impact that the contacts with the English nation made on Pombal's writings and eventually on his political action. From a particular perspective, it concentrates on Thomas Mun, an English Merchant considered by many to be one of the representatives of what came to be known as mercantilism. Our thesis is that some of this merchant's ideas were used by Sebastião José to implement his reforms in education, especially for the creation of the School of Commerce. Therefore, we revisited the relations between the two nations, highlighting, whenever necessary, the oscillations which characterized them. It was also necessary to contrast the manner by which such relations were represented in various texts written in different moments in the history of Portugal, using as a milestone the centenaries of Pombal's death. It has become evident that the ideias heralded by Thomas Mun in the 17th century, and advocated by Malachy Postlethwayt – one of his followers and contemporary to Pombal – were appropriated by the marquis to reform public instruction. Such appropriations come to light in the *Relação dos Gravames* as well as in the *Estatutos da Aula de Comércio*.

Keywords: History of Education. Marquis of Pombal. England. Public Instruction. Thomas Mun.

RESUMEN

Las relaciones entre Portugal e Inglaterra están marcadas por distancias y aproximaciones. De hecho, hay sentimientos encontrados con respecto al papel de Inglaterra en momentos decisivos de la historia de Portugal. Tales sentimientos a veces se traducían en disgusto por lo que era inglés y, otras veces, en admiración por sus logros como pueblo. Esto dio lugar a múltiples representaciones sobre él. Por lo tanto, esta investigación indaga cómo las representaciones del marqués de Pombal sobre Inglaterra –y los ingleses– contribuyeron a las reformas de la educación. En general, aborda el impacto de los contactos con la nación inglesa en sus escritos y, posteriormente, en su acción de gobierno. En concreto, se centra en la figura de Thomas Mun, empresario inglés considerado por muchos como uno de los representantes de lo que vendría a denominarse -no sin cierta polémica- mercantilismo, con la tesis de que algunas de las ideas sobre las que este escribió sirvió de modelo para las reformas educativas, especialmente para la creación del Aula de Comércio. Para ello, retomamos las relaciones entre ambas naciones, destacando, en su caso, las oscilaciones que las caracterizaron. También fue necesario contrastar la forma en que las relaciones antes mencionadas fueron representadas en textos producidos en diferentes momentos de la historia de Portugal, tomando como hito el centenario de la muerte del Marqués de Pombal. Queda claro que las ideas propagadas por Thomas Mun en el siglo XVII y defendidas por Malachy Postlethwayt, uno de sus seguidores y contemporáneo de Pombal, fueron apropiadas por el Marqués para la reforma de la educación. Tales asignaciones se pueden ver tanto en *Relação dos Gravames* como en los *Estatutos da Aula de Comércio*.

PALABRAS-CLAVE: Historia de la Educación, Marquês de Pombal, Inglaterra, Instrucción Pública. Tomás Mun.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1 POMBAL E OS INGLESES: ANTECEDENTES.....	09
2. POMBAL E OS INGLESES: BIOGRAFIAS.....	20
2.1 PRIMEIRO E SEGUNDO CENTENÁRIOS: APROPRIAÇÃO E RELEITURAS.....	22
2.1.1 Antibritanismo no primeiro centenário.....	24
2.1.1.1 Vozes dissonantes: textos do primeiro centenário.....	27
2.1.1.1.1 As comemorações do bicentenário: novas leituras.....	39
3. THOMAS MUN E O SEU TEMPO.....	61
3.1 GERARD DE MALYNES (1585–1627) E A QUESTÃO DA TAXA DE CâMBIO.....	63
3.1.1 Misselden e sua análise acerca da escassez de moedas.....	66
3.1.1.1 Thomas Mun (1571-1641) e a balança comercial.....	71
3.1.1.1.1 Thomas Mun e sua visão do “perfeito comerciante”.....	75
3.1.1.1.2 O contexto das reformas no século XVIII: circulação e apropriações de ideias.....	77
4. A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS MUN NO PENSAMENTO DE SEBASTIÃO JOSÉ.....	85
4.1 RELAÇÃO DOS GRAVAMES.....	85
4.1.1 Thomas Mun, Postlethwayt e aula de comércio.....	97
4.1.1.1 A Aula de Comércio e a <i>Merchant Public Counting House</i> : dois projetos e uma inspiração.....	100
5. CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS.....	112

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa filia-se a um trabalho mais amplo de investigação e preparação da obra completa do Marquês de Pombal, em 32 volumes criticamente anotados, sob a direção de José Eduardo Franco, Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques. Esse grande esforço investigativo busca fazer o levantamento de toda a obra escrita do Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada e preparar uma edição criticamente anotada e atualizada, promovendo assim uma renovação dos estudos pombalinos¹. Esta tese, entretanto, limitou-se a um objetivo mais modesto. Seu objeto está relacionado às apropriações feitas por Pombal de ideias propaladas por figuras inglesas, a despeito do discurso da anglofobia pombalina presente não somente nas correspondências pessoais e diplomáticas do marquês, mas também na legislação que regulamentava as Aulas e as Companhias de Comércio então criadas, bem como nos intentados incrementos à defesa, indústria e à instrução pública. Isto é, embora seja possível constatar, em algumas ocasiões, uma certa aversão aos ingleses por parte de Pombal, tal sentimento não o impediu de servir-se dos ensinamentos de pensadores ingleses. De maneira mais restrita, nosso objetivo é o de apontar a presença de Thomas Mun no pensamento de Pombal, por meio da análise de alguns documentos. A tese é a de que as ideias desse comerciante inglês informaram as reformas do ensino que foram implementadas sob o seu ministério, para o que apresentamos como principal evidência o caso da instrução comercial, analisando um de seus marcos mais significativos: os Estatutos da Aula de Comércio. Outros documentos também foram usados para indicar a contribuição de Mun na formação intelectual de Pombal, entre os quais a *Relação dos Gravames* e alguma correspondência diplomática, produzidos durante sua permanência na Inglaterra como enviado especial. Entretanto, a análise das apropriações desse autor inglês não se deu antes da discussão acerca de como as relações de Pombal com a Inglaterra e com os ingleses foram representadas.

Nesse sentido, este texto debruçou-se, por um lado, sobre alguns aspectos relativos à percepção pombalina dos ingleses e, por outro, sobre a influência de figuras inglesas no ideário pombalino. Esses aspectos poderiam traduzir-se pelas seguintes questões: em que medida as representações de Pombal acerca da Inglaterra e dos ingleses afetaram a sua ação no que respeita à instrução comercial em Portugal? Ou ainda, de que maneira os seus contatos *com* e as experiências

¹ Trata-se do projeto Pombalia (Referência PTDC/HAR-HIS/32197/2017). Título: Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos.

naquele país informaram as reformas que tinham por objeto a instrução comercial? E por fim, quem foram as figuras do universo inglês cujas ideias influenciaram o futuro marquês de Pombal?

Essas são as questões que nortearam este esforço investigativo e foi a partir delas que se desenhou o nosso objeto. Para Prost (2014, p.75), a construção dos objetos históricos só é possível a partir da formulação de questões, ao que se deve seguir “um recorte original no universo ilimitado dos fatos e documentos possíveis”. Deve-se ter cautela, entretanto, para que não se formulem questões “inócuas”, isto é, para que não se proponham problemas para os quais não se obterá solução por carência de vestígios. Assim, a consistência e pertinência das questões são responsáveis pela sustentação da história que se pretende escrever.

Além disso, ao levantar a questão, diz aquele mesmo autor, o historiador deve antever que fontes poderão lhe servir em seu propósito e de que maneira poderá usá-las. Em todo caso, deve-se adiantar que as questões aqui formuladas advêm do que já se pode observar através da historiografia sobre Pombal no que toca às suas relações com os ingleses. Ou seja, parte-se do pressuposto de que esse personagem, por vezes, assumiu uma postura dúbia em relação a eles. Já se sabe que ele teve de lidar com a Inglaterra em diversas ocasiões. É conhecido, também, que, em sua produção escrita referiu-se a eles ora como modelo a ser seguido em matérias específicas, ora como uma presença a ser resistida.

Na realidade, a própria relação entre Portugal e Inglaterra fora, por muito tempo, marcada por uma recorrente ambiguidade. “Amor/Desalinho, Amor/Ódio, Atração/Repulsão, Admiração/Depreciação, Aproximação/Repulsão” são alguns dos binômios que a podem descrever (FRANCO, 2014, p. 7)². Pombal, obrigado que estava a lidar com os benefícios e prejuízos da antiga aliança, também demonstrou, em certos momentos, admiração e, noutros, repulsa às ações ou mesmo ao caráter dos ingleses.

1.1 POMBAL E OS INGLESES: ANTECEDENTES

As relações entre Portugal e Inglaterra, mesmo antes da ascensão de Pombal ao cargo de primeiro ministro, já davam sinais de desgaste. A velha aliança, durante o reinado de D. João V,

² O livro “O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)”, de Oliveira (2014), discorre amplamente sobre a história dessa relação.

fora alvo de críticas, especialmente da parte dos “estrangeirados”³ Alexandre de Gusmão (1695-1753) e D. Luís da Cunha (1662-1749), que colocaram em evidência o seu caráter destrutivo, por ter ela concorrido para a dependência econômica do seu país. À frente de Portugal no que respeitava à aparelhagem e organização industrial, a Inglaterra, segundo Cortesão (1950, p. 45), fora responsável pela decadente situação em que se achava a indústria de Portugal e pela sua transformação em “uma nação exclusivamente vinícola”.

Com a indústria a definhar, o país necessitava de importações para suprir suas carências mais básicas. Segundo Maxwell (2005, p. 25), na primeira metade do século XVIII, apenas a Holanda e a Alemanha sobrepujavam Portugal como consumidores das exportações inglesas, e somente nos momentos mais críticos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) os navios britânicos no porto de Lisboa ficaram aquém de cinquenta por cento do total. Ainda conforme o mesmo autor, o embaixador francês Étienne-François, conde de Stainville e duque de Choiseul (1719-1785), escreveu, cinco anos depois do terremoto de Lisboa, ocorrido em 1755, que Portugal tinha de ser considerado como uma colônia inglesa.

Azevedo (2004, p. 220), por sua vez, afirma que, depois do Tratado de Methuen, Portugal, como principal consumidor das manufaturas inglesas, era “a mais excelente colônia da Grã-Bretanha”. Seu comércio era praticamente monopolizado pelos súditos ingleses, que vinham fazer fortuna no Porto ou em Lisboa, mas também trabalhar como tanoeiros, sapateiros, alfaiates e cabeleireiros, de modo que a imigração abarcava todo tipo de gente, desde o “inglês falido” ao irlandês fugido da força de Londres. Ademais, afirmava, com a intensa produção das minas do Brasil, o numerário escasseava, pois as moedas com a efígie de D. João V eram mais comuns na Inglaterra do que as do rei Jorge I (1660-1717).

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) – futuro marquês de Pombal – valeu-se dos argumentos apresentados pelos estrangeirados atrás referidos na tentativa de diminuir o controle exercido pela Inglaterra desde o momento em que fora nomeado diplomata em Londres (1738-1744), onde teve ocasião de investigar as razões do sucesso econômico inglês e, por conseguinte,

³ Para Francisco J. C. Falcon (1993, p. 204; 320), “o fenômeno do ‘estrangeiramento’” pode ser definido como “o produto de uma cisão entre aqueles que, viajando e que vinham de fora, militares e diplomatas de outras nações, puderam mudar suas maneiras de ver e de sentir, e os demais que, insulados, ficaram impermeáveis a tudo que viesse do estrangeiro. Foi este o ponto de partida para a divisão ideológica entre os nacionais ou ‘castiços’ e os ‘estrangeiros’, questão magna da Ilustração portuguesa, [...]”. Desse modo, os estrangeirados podem sê-lo pelo sangue ou pela educação: “O sangue é hebraico, é o que une os judeus e cristãos-novos, separando-os dos castiços. A educação é a cultura absorvida no exterior, desnacionalizante, contrária à formação castiça”

os motivos pelos quais Portugal se achava em evidente decadência (SERRÃO, 1982, p. 36), até o período de sua atuação como primeiro ministro de D. José I, quando buscou estabelecer um equilíbrio nas relações econômicas anglo-portuguesas.

A busca pelo equilíbrio deu-se de modo sutil, para não dizer “sub-reptício”. O próprio plano econômico para o restabelecimento do domínio português sobre suas riquezas teve como referência a Grã-Bretanha, da qual buscou aplicar várias técnicas à realidade portuguesa, mas sempre sem deixar transparecer que intentava retomar as áreas controladas pelos ingleses. A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, é representativa das ações que visavam, estrategicamente, à diminuição da influência britânica no comércio colonial, uma vez que trazia para as mãos dos comerciantes portugueses as transações comerciais que, outrora, eram dominadas por estrangeiros (MAXWELL, 1996, p. 88).

Porém, o seu esforço para compreender as relações anglo-portuguesas inicia-se, como já sinalizado, antes de sua atuação como ministro. Em 8 de outubro de 1738, ele partiu para a Inglaterra, a bordo do navio britânico *King of Portugal*, como novo enviado extraordinário de Portugal à corte de Jorge II (1683-1760), por indicação de D. Nuno, o cardeal da Cunha (1664-1750), para substituir seu primo Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que, estando em Londres desde 1735, voltou ao reino português, a pedido de D. João V, para exercer o cargo de Secretário de Estado. Sua primeira missão era pedir auxílio militar ao governo inglês para defender as possessões portuguesas na Índia, ameaçadas pelos Maratas, que haviam tomado a ilha de Salsete, e pelos bonsulós, que assediavam Goa.

O gabinete britânico, chefiado à época por Robert Walpole (1676-1745), assim como na ocasião dos ataques espanhóis na fronteira da colônia de Sacramento, mesmo sem se negar ao cumprimento do Tratado da Liga Defensiva de 1703, usava de vários subterfúgios para se eximir de tal responsabilidade, alegando que não poderia fazer nada sem ouvir a Companhia das Índias Orientais – fundada em 1698 por Guilherme III (1650-1702) –, que por sua vez tinha muito interesse na derrota dos portugueses, como veio provar a sua posterior anexação da ilha de Salsete ao seu império, bem como de outras praças portuguesas vizinhas a Bombaim. O problema foi resolvido com o envio de uma esquadra portuguesa, em 1740, na qual estava D. Luís Carlos Xavier de Meneses (1689-1742), quinto conde de Ericeira, que assumiu, pela segunda vez, o cargo de vice-rei da Índia. No entanto, o conflito deixou vários soldados portugueses mortos, entre eles José

Joaquim de Carvalho (c. 1712-1740), irmão do futuro marquês de Pombal (BARRETO, in MELO, 1986, p. vii; xii-xiii).

Pombal, durante sua estada em Londres, teve de buscar a reciprocidade negada nos tratados firmados entre os dois países e um engajamento maior por parte da Inglaterra no atendimento de suas solicitações, além de ter de fazê-lo sem arriscar-se em relação às possessões portuguesas, a respeito das quais suspeitava terem os ingleses algum interesse. Na capital inglesa, o enviado extraordinário percebeu numerosos sinais de que os tratados firmados entre as duas nações só se faziam valer quando os interesses portugueses – sobretudo os comerciais - coincidiam com os do seu aliado. Não sendo este o caso, este recorria aos mais variados artifícios para que as solicitações da coroa portuguesa fossem negadas.

Quando a Inglaterra declarou guerra à Espanha, em 1739, Lord Tirawley, enviado da Inglaterra a Lisboa, foi recebido por D. João V em audiência para explicar-lhe os motivos do rompimento do governo inglês com a Espanha. Sebastião José, por sua vez, recebeu do Secretário de Estado inglês, Thomas Pelham-Holles (1693-1768), primeiro duque de Newcastle, o projeto de uma nova liga defensiva entre Portugal e Inglaterra contra a Espanha.

Convencido de que a intenção dos ingleses era conquistar Buenos Aires e assim dominar o comércio do rio da Prata, o diplomata português advertia D. João V, através de correspondência também enviada a D. Luís da Cunha, que era embaixador em Paris, dos riscos de se ter um vizinho como a Inglaterra na América portuguesa. A resposta de Lisboa, depois de onze meses de discussão e reflexão, apresentava um contraprojeto, ressaltando sua neutralidade e exigindo reciprocidade de privilégios dos comerciantes portugueses na Inglaterra.

O tratado, diante da hesitação de ambas as partes, não foi firmado e os ataques dos corsários ingleses a barcos espanhóis na costa portuguesa continuaram, bem como a inobservância dos privilégios e liberdades dos comerciantes portugueses, apesar das reclamações de D. João V e das constantes queixas de seu representante em Londres ao governo inglês, que permaneceram até 1742, quando Sebastião de Carvalho chegou a ameaçar Walpole com o fechamento dos portos portugueses à Inglaterra, caso os “atentados” dos navios ingleses continuassem na costa de Portugal. Com a queda de Walpole, as negociações do diplomata português com o duque de Newcastle chegaram a um impasse, o que talvez tenha contribuído para seu retorno a Portugal, em 1743, sob a alegação de problemas de saúde.

Apesar de mitificar a Inglaterra como encarnação de um mal à economia e à prosperidade portuguesas, Sebastião José de Carvalho e Melo, em seus escritos produzidos durante o tempo em que esteve diplomata em Londres, manifesta um certo fascínio pelo desenvolvimento comercial e marítimo dos ingleses, assim como pela simplicidade, flexibilidade e eficácia do seu sistema de manufaturas. Tal fascínio, no entanto, não impedia que o diplomata português criticasse asperamente o sistema político inglês, dado o conflito de prerrogativas entre a coroa e o parlamento, bem como a preponderância dos interesses pessoais sobre os da nação (OLIVEIRA, p. 11, 2014).

Com a morte de D. João V e a ascensão de D. José I ao trono português, Sebastião de Carvalho vai se tornar Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o que vai lhe possibilitar pôr em prática muitas das convicções adquiridas em sua experiência diplomática, expedindo uma série de medidas tendentes à proteção do comércio e da economia portuguesas, em oposição ao que considerava “usurpações” dos tratados firmados com a Inglaterra. No entanto, tais medidas, em muitos casos, eram sub-reptícias e até mesmo veladas, dada a importância, por ele reconhecida, da manutenção da aliança, perante as constantes ameaças espanholas aos domínios portugueses na América, o que não o impedia de sugerir aos aliados, sempre que podia, a possibilidade de uma aliança com a França, como um meio de barganha em suas negociações políticas e diplomáticas.

A sua percepção dos ingleses – como se verá – oscilava entre o que se poderia chamar, grosso modo, de um sentimento de anglofobia e anglofilia (OLIVEIRA, 2014), sendo o primeiro aquele que mais se manifestou em suas práticas de governo. Serrão (1982, p. 35), cujo texto sobre esse ministro se discutirá em outro lugar, sintetiza esses extremos ao afirmar que ele lhes “votava uma forte antipatia” ao mesmo tempo em que os admirava, sobretudo pelo seu desenvolvimento comercial e marítimo, que fora capaz de resistir aos desígnios políticos da França e da Espanha. Desgostava-se, por outro lado, – como chegou a dizer em mais de uma ocasião – da arrogância com que se portavam os nacionais daquele país e o tratamento recebido por Portugal nos negócios em que estava implicado, quase sempre aquém do que este esperava na condição de aliado.

A anglofobia parecia encontrar-se, também, nas camadas menos abastadas e mais religiosas de Lisboa, para quem a presença daqueles estrangeiros, que abundavam no reino, com sua “arrogância e o viver faustoso”, “magoava o sentimento nacional”. Pombal, em certa medida, participava dessa visão e buscou como pôde se opor ao domínio que exerciam sobre os negócios. Todavia, a despeito das resistências, o ministro josefino foi “propugnador da amizade britannica, e decidido cultor d'ella, por onerosa que às vezes a considerasse”. Sua política intentou “a todo o

custo” manter “a protecção da Inglaterra”, “ao mesmo tempo” em que procurava “emancipar-se da tutela commercial, e coarctar o que havia e exagerado nas regalias de que gozavam os súbditos da nação amiga” (AZEVEDO, 1922, p. 210-211).

Do outro lado, a lusofobia que com alguma frequência se fazia ver em terra inglesas também fora uma realidade que não escapou à observação do enviado português, o qual, em certa feita, participava a Marco Antônio o que *diziam* – já que não lhe era possível sondar o que pensavam – os ingleses acerca dos portugueses. Em sua correspondência, afirmava que, para eles, “os portugueses não teem aqui o que fazer, que vão para sua terra, porque nesta indevidamente comem o pão, e bebem a cerveja, que toca aos ingleses”. Era desse “formulário comum contra os portugueses” que se originavam as frequentes hostilidades aos “homens do mar”, que costumeiramente eram apedrejados pela população ribeirinha de Londres (AZEVEDO, 1922, p. 26).

Como já sinalizado, havia de fato uma relação ambígua entre Pombal e a Inglaterra. Observa-se que as representações desse ministro acerca dos ingleses nem sempre se harmonizavam entre si. Ao que parece, elas estavam vinculadas à área de conhecimento em que eram tomadas e à afinidade que mantinham com as suas visões do que era necessário fazer para a regeneração da nação portuguesa. Daí, talvez, admirá-los no que respeitava ao comércio, mas não no que tocava à religião, por exemplo. Acreditamos que foi essa representação positiva dos ingleses no que dizia respeito ao trato com a economia que viabilizou a sua apropriação de algumas ideias que circularam na Inglaterra em escritos de pensadores ingleses.

Essa constatação reclama algumas observações preliminares acerca de pontos estruturantes da pesquisa. Conforme o já citado Prost (2014, p. 77-78), a centralidade do questionamento na obtenção do objeto implica, no mínimo, duas consequências relevantes: primeiramente, “a impossibilidade da leitura definitiva de determinado documento” e, em segundo lugar, a necessidade de renovação dos métodos e/ou documentação no caso se de levantarem novas perguntas, uma vez que deve haver uma relação íntima entre “a questão, o documento e o procedimento”.

No que toca à primeira consequência, pode-se dizer que, desde que se trate de um novo problema, não haveria óbice à utilização de um mesmo *corpus* documental, pois os documentos, de acordo com a lição de Bloch (2001, p. 79), “mesmo os aparentemente mais claros e complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Daí se concluir que um mesmo

texto pode responder a uma multiplicidade de questões, de modo que o uso de fontes conhecidas não é capaz, somente pela sua carência de ineditismo, de ameaçar o mérito de um trabalho. Convém fazer essas qualificações na medida em que os documentos de que se fez uso encontram-se sob essa condição. Isto é, já foram – e continuam sendo – utilizados nas mais diversificadas investigações sobre aspectos ligados ao período pombalino.

Acredita-se, contudo, que o problema colocado, que tem raízes em indícios presentes na bibliografia sobre o tema, foi pouco explorado. Ademais, a maneira de posicioná-lo ante a documentação pôde levar a repostas de algum valor. Nesse sentido, é necessário referir sumariamente algumas fontes, bem como algumas noções que nortearam a sua análise. Baseando-se na classificação, bem como nas indicações, de Falcon (1993, p. 280-285), do período da missão diplomática de Sebastião José (1738-1743), um dos documentos no qual se realizou algum investimento investigativo foi a *Relação de gravames...*, por ser este rico em representações da Inglaterra, visto que nele o enviado português empreende, entre outras coisas, uma análise das relações anglo-portuguesas, além de emitir juízos acerca do caráter da nação inglesa. Acrescente-se a esta a correspondência a que tivemos acesso, mantida durante o período de sua experiência diplomática em Londres.

O quarto grupo de escritos, a saber, a *legislação* – conforme a classificação do autor supracitado – produzida enquanto esteve ministro, a qual consistiu em leis, decretos, alvarás, cartas régias e outros documentos que faziam as vezes de lei, também foi alvo de análise naquilo que foi pertinente aos propósitos estabelecidos. Isto é, deu-se ênfase àqueles que diziam respeito ao ensino e contribuíram para a responder às questões colocadas, uma vez que a procura dos fatos deve estar orientada para fornecer respostas ao problema levantado (COLLINGWOOD apud PROST, 2014, p. 79). Entretanto, em relação a esse grupo de fontes, a análise concentrou-se nos Estatutos da Aula de Comércio.

No que respeita aos aspectos metodológicos, este esforço de investigação procurou servir-se, no que lhe foi útil, de alguns pressupostos da História Cultural, em virtude de sua abrangência em relação ao que se pode tomar como objeto de estudo, bem como pelas possibilidades teóricas que oferece. Conforme Chartier (1990, p. 16-17), esse tipo de história “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A ampliação da noção de cultura que, anteriormente ao século

XIX, era bastante limitada – pois se restringia ao que se passou a chamar Alta Cultura – tornou possível a adoção de novos objetos e o desenvolvimento dessa nova história.

De acordo com Barros,

[...] esta nova modalidade historiográfica abre-se a estudos os mais variados, como a ‘cultura popular’, a ‘cultura letrada’, as ‘representações’, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, *os sistemas educativos*, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de ‘cultura’ (BARROS, 2005, p. 126, grifo nosso).

É devido a essa complexificação da noção de cultura que os objetos dessa história são inumeráveis. Quase tudo que disser respeito à humanidade pode entrar no seu raio de ação. Assim, estudam-se variados objetos culturais, mas também os “sujeitos e receptores de cultura”, grupo que inclui desde o intelectual ao público leitor – que também produz, uma vez que, na perspectiva desse tipo de história, a recepção também é produção. Interessam, da mesma forma, as agências, as instituições, e, de maneira particular, as “práticas e processos” por meio dos quais a cultura é produzida e transmitida. Portanto, buscam-se, também, “as visões de mundo, os sistemas de valores, os modos de vida relacionados a vários grupos sociais”, bem como “as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos grupos (BARROS, 2005, p. 130).

Uma das noções, caras a esse tipo de abordagem, de que se lançou mão, quando conveniente, foi a de representação. Ao delinear os seus contornos, Chartier (1990, p. 20) afirma que ela pode ser compreendida através das acepções que assumiu nas sociedades do Antigo Regime, entre as quais estavam aquelas encontradas no dicionário de Furetière, que a definia, por um lado, como algo que dá “a ver uma coisa ausente”, o que revela a diferença entre o que representa e o que está sendo representado. Por outro lado, “como a exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém”. Em relação à primeira, ele afirma ser a representação um “instrumento de conhecimento mediato”, já que “faz ver um objeto ausente”, através de uma “imagem” que julga capaz de substituí-lo.

Em sua exposição dessa noção, Chartier (1990, p. 21), recorrendo a outros textos, refere-se ao fato de como, naquelas sociedades, a relação entre o signo e significado fora “pervertida pelas formas de teatralização da vida social”, na medida em que visavam a “fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação”, fazendo que a coisa não existisse senão na própria representação que dela se fez. Fora, assim, que certas profissões, forjando

representações de si mesmas, foram capazes de conquistar um grau de respeitabilidade e se imporem na sociedade.

Outro aspecto ligado a essa noção diz respeito aos grupos ou indivíduos que participam do processo de construção de tais “imagens”. Ainda segundo esse teórico, “as representações do mundo social”, não obstante pretendam mostrar-se universais e consistentemente arraçadas, “são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam”, por tal motivo se faz necessário “o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17). Sob essa ótica, não basta descrever as representações sobre o que quer que seja. Deve-se, também, situar, historicamente, quem as constrói, em que circunstâncias e a propósito de que interesses.

Isso porque “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros”. Muito ao contrário, elas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas” ou “a legitimar *um projeto reformador*”. Servem, ainda, para “justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Nessa perspectiva, devem ser tomadas em suas relações com o poder, de modo que se possa chegar a uma compreensão dos meios pelos quais um grupo procura estabelecer o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17, grifo nosso).

A utilização dessa noção, no âmbito desta pesquisa, está afinada – esperamos – com um dos aspectos do objeto que se tenciona investigar, qual seja – reitere-se –, as *representações* de Pombal acerca dos ingleses. Nesse sentido, as “imagens” dos ingleses construídas por ele e veiculadas pelos seus escritos e ações deverão ser compreendidas como parte de um projeto de poder e, portanto, a serviço de interesses específicos, que convém referir até onde for possível. Ainda, por terem sido positivas algumas de tais representações, elas ensejaram apropriações a que julgamos relevante aludir. Ademais, há que se indagar sobre as implicações que tais representações e apropriações acarretaram e, nesse ponto, deve-se lançar mão de outra noção basilar para o campo da história cultural: o de prática.

Barros (2005, p. 133), no já citado artigo em que tratou da contribuição de Chartier para esse campo, explicou bem o caráter complementar dessas duas noções. As representações geram práticas e estas geram representações, em uma relação muito próxima, na qual “não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações)”. Por sua vez, a noção de prática, pela sua abrangência, pode incluir os mais

variados tipos de fenômenos, tais como práticas sociais, escolares, políticas, etc. Sendo assim, será possível considerar a produção de leis, decretos, a elaboração de programas de ensino, a implementação de reformas institucionais ou mesmo a condução de todo um programa político de governo como práticas que resultaram de uma série de representações.

A título de exemplo, embora não seja esta a matéria deste trabalho, é possível pensar a ação pombalina contra o jesuitismo, grosso modo, como uma “prática” – ou um conjunto de práticas – que não pode ser devidamente compreendida sem que se faça alusão às suas representações acerca dos inicianos – que não eram só suas, convém pontuar. Ademais, deve-se referir ao projeto, inspirado no ideário iluminista da época, de passar ao estado o monopólio da educação e de submeter a igreja ao poder real, entre outras circunstâncias que concorreram para animar a campanha contra os membros daquela ordem. Ou seja, deve-se situar na história as representações e as práticas que elas acarretaram.

É algo nesse sentido que este trabalho buscou fazer, porém, não em relação aos jesuítas, mas no que se referia aos ingleses, e mais especificamente no que toca a Thomas Mun. No entanto, deu-se ênfase às práticas, as quais foram geradas a partir das representações dos ingleses, no âmbito do ensino comercial. Já se tem uma ideia de algumas dessas práticas no que respeita ao comércio – e será útil mencioná-las. Quais teriam sido, entretanto, as do ensino? Seria possível relacionar algumas das mudanças que tiveram como objeto a instrução àquelas representações? E, em caso afirmativo, como estas foram usadas e sob que circunstâncias? Espera-se que essas interrogações, cujos contornos permanecem indistintos nesta seção, desenhem-se mais claramente adiante.

Assim, como objetivo geral, pretende-se investigar a presença de ideias de pensadores ingleses nos escritos do marquês de Pombal, bem como a maneira como as apropriações que ele realizou concorreram para as reformas na instrução pública no tocante à instrução comercial. Constituem-se objetivos específicos i) analisar a maneira pela qual as relações entre Pombal e os ingleses foram representadas; ii) discorrer sobre a figura de Thomas Mun e alguns dos problemas de que trata a sua obra; iii) demonstrar a presença de suas ideias nos escritos de Sebastião José e na sua ação no tocante à instrução comercial.

O texto está organizado em cinco seções. A introdução, na qual se encontram informações preliminares sobre o objeto desta pesquisa. A segunda, em que, valendo-se de alguns textos de caráter biográfico, buscou-se referir a maneira pela qual os contatos do marquês de Pombal com a Inglaterra e os ingleses foram representados, a fim de tornar evidente a ambiguidade que dirigiu

suas ações em relação a eles. São obras que se publicaram em diferentes momentos históricos e por indivíduos que, ao escreverem sobre essa personagem, assumiram diferentes posições no que respeita à sua ação. Por essa razão, mencionaram-se não somente as representações de Pombal acerca dos ingleses, como também as representações desses textos sobre a ação de Pombal em relação a estes últimos. Se, na segunda seção, busca-se referir a ótica pombalina no que toca aos ingleses, na terceira, escreve-se acerca de Thomas Mun, autor inglês de cujas ideias Sebastião José teria se apropriado. Na quarta seção, o objetivo é demonstrar a presença de ideias associadas a figuras inglesas – sobretudo Thomas Mun – no pensamento de Sebastião José. Ele está subdividido em duas seções, sendo a primeira dedicada à Relação de Gravames e as Cartas de Ofícios; e a segunda, aos Estatutos da Aula de Comércio. Na quinta, que é a conclusão, apresenta-se uma síntese do que se realizou e exposição da concretização dos objetivos estabelecidos.

2 POMBAL E OS INGLESES: BIOGRAFIAS

A figura de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699–1782) tem sido retratada com profusão em diferentes períodos desde sua morte, em 1782. Tanto em virtude da relevância histórica de sua obra para a compreensão da governação josefina (1750-1777) – da qual se tornou o “famoso” ou o “infame” protagonista, a depender da perspectiva assumida –; quanto para atender a interesses sectários de grupos que buscavam promover sua agenda ideológica. A esse respeito, é exemplar a obra *O mito do Marquês de Pombal* (2004), de José Eduardo Franco e Annabela Rita, na qual se dá a ver o modo como daquela figura se apropriou a maçonaria, na sua campanha de combate ao jesuitismo, e a contrapartida discursiva encetada pelos membros e simpatizantes dessa ordem.

Apesar da variedade de usos e – há quem o possa dizer com alguma razão – abusos de que tem sido objeto esse personagem histórico – visto que uma parcela significativa da historiografia a seu respeito assenta-se marcadamente em bases ideológicas⁴ –, a riqueza de sua produção, que abrange os mais diversos escritos desde os relativos às relações econômicas anglo-lusitanas até o material de cariz apologético produzido após 1777 (FALCON, 1993, p. 281), continua a atrair pesquisadores.

Ciente das disputas que envolvem a figura do marquês de Pombal, bem como da maneira pela qual fora apropriado, este capítulo tem como objetivo principal identificar, descrever e analisar o modo pelo qual essa personagem é representada, em suas relações com a Inglaterra, em *alguns* escritos de caráter biográfico, representativos das comemorações tanto do primeiro quanto do segundo centenários de seu nascimento. De início, é imperioso que se estabeleça com máxima clareza que não se trata de discutir a objetividade ou fidedignidade dos relatos que se fizeram sobre sua atuação, nem de apresentar um novo quadro descritivo que se arvore a pôr a limpo as controvérsias ou corrigir as imprecisões que aqueles possam conter. Trata-se, antes, de nomear os textos que descrevem tais relações e, em seguida, identificar continuidades e rupturas na maneira de narrá-las, de modo a entrever que representações se construíram sobre essa personagem, nos diferentes textos analisados, em contextos específicos, nos negócios que diziam respeito aos ingleses.

⁴ É possível identificar duas tendências político-ideológicas que marcaram um número significativo de trabalhos sobre o Marquês de Pombal, como mostram Franco e Rita (2004, p. 21), ao constatarem que “O filopombalismo e o antipombalismo transformaram-se, com efeito, em duas correntes culturais associadas a posições políticas e ideológicas bem marcadas ao longo dos últimos dois séculos”.

Com vistas à viabilização do mapeamento de suas representações, convém delinear assuntos específicos, que são tratados em diversas obras que versam sobre o ministro de D. José I, nos quais se encontram assertivas cuja frequência com que aparecem leva a crer que fazem parte de um discurso, por meio do qual se dá ver, senão o que pensava ou sentia aquele ministro pelos ingleses, pelo menos o que sobre estes escreveu. Assim, o que importa a propósito desse texto é a escrita [dos pesquisadores e/ou autores] da escrita [textos atribuídos a – e sobre – Pombal], a representação da representação, de maneira a identificar e descrever as tendências no processo construção da figura do homem em seu trato com a Inglaterra.

Entre os referidos assuntos está o de sua experiência diplomática em Londres, na qualidade de enviado extraordinário da coroa portuguesa. Durante esse período, que se estendeu de 1739 a 1743, Sebastião José entrou em contato com diferentes ideias, travou conhecimento com membros da então prestigiosa *Royal Society* e leu largamente sobre as matérias que lhe eram de interesse. Procurou, também, informar-se sobre as razões do progresso econômico do povo inglês e estudou os tratados existentes entre Portugal e Inglaterra e a maneira de torná-los menos desiguais (DISNEY, 2009, p. 280). É nesse país, também, que ele teve uma mostra da complexa maneira sob a qual se davam as relações diplomáticas anglo-portuguesas.

Além de sua atuação junto à embaixada inglesa, as descrições acerca de sua política externa, na posição de ministro de estado, também constituem matéria para cuja exposição se faz menção às suas relações com os representantes ingleses, as quais eram marcadas por atritos e reaproximações. Entre primeiros, encontram-se as tentativas de minar o poderio exercido pela Inglaterra sobre a nação portuguesa, por meio da criação de companhias monopolistas – que, sentidos os efeitos que produziram sobre os negócios de súditos ingleses, tornaram-se alvo de constantes críticas – e a publicação de leis que buscavam estorvar a ação ilícita de comerciantes ingleses, que contrabandeavam produtos, há algum tempo, sem que se lhes fosse posta alguma resistência. Ainda, os dilemas relativos ao Brasil, a questão do tratado de limites, a “ajuda” do antigo aliado e o receio do que dela se seguiria. As reaproximações, por outro lado, se davam ao perceber-se que, sem o auxílio daquela coroa, o sucesso desejado seria uma remota possibilidade. Enfim, foram nesses pontos que, sempre que possível e onde estes estavam presentes, se buscou a imagem de Pombal no que se refere à sua ação ante a Inglaterra.

2.1 PRIMEIRO E SEGUNDO CENTENÁRIOS: APROPRIAÇÕES E RELEITURAS

A importância histórica de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), como herói ou vilão, nunca foi contestada, seja como protagonista na vida política da segunda metade do longo século XVIII português, seja como precursor de ideias e práticas ao mesmo tempo iluministas e obscurantistas, o que torna difícil encontrar argumentos que desautorizem a afirmação de que o período pombalino, para o bem ou para o mal, representou um divisor de águas nos destinos de todos os envolvidos, pois, mesmo não alcançando todos os seus objetivos imediatos, alterou irreversivelmente a estrutura jurídica, social e cultural da metrópole e de suas colônias (OLIVEIRA, 2010).

Tendo alcançado fama internacional em vida e se tornado a figura política sobre quem mais se escreveu dentro e fora do seu país natal, sua consagração como “herói nacional” quando foi erguida uma monumental estátua em sua homenagem no centro de Lisboa, Pombal, ainda hoje, é objeto de polêmicas e controvérsias, onde se confrontam pombalistas e antipombalistas. As implicações dessa bipolaridade das representações do marquês de Pombal, já notada e acusada por vários(a)s autore(a)s, muito(a)s dos quais se propuseram a produzir um texto isento e acabaram por tomar partido, seja intencional, seja inconscientemente, estão bem marcados em quase toda a bibliografia que trata a respeito do assunto, que ora exalta sua ação política, ora a repele e elege como exemplo a não ser seguido (OLIVEIRA, 2022).

As comemorações do primeiro centenário pombalino marcaram, segundo Franco e Rita (2004, p. 43-46), o momento principal de sua mitificação, dando início a uma intensa propaganda de glorificação da qual emergiu uma imagem anacrônica do ministro de D. José como precursor do liberalismo e da democracia. Além dos debates na imprensa e nos meios políticos e acadêmicos, foi produzida e publicada uma grande quantidade de textos comemorativos, em sua maioria elogiosos. A Maçonaria desempenhou um papel fundamental nesse processo, dado seu interesse em resgatar o antijesuitismo pombalino para combater o novo surto de jesuitismo que, segundo seus membros, invadia o país. Com efeito, foi o Conselho da Ordem, através do Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido, série 1881-1882, que lançou a ideia de edificar um grande monumento em memória ao marquês de Pombal, mobilizando todas as suas lojas para o trabalho de busca e recolha de verbas e patrocínios. O plano, que gerou discussões polêmicas na imprensa e entre políticos e intelectuais, só seria realizado no século seguinte, em 1934, quando foi

inaugurada a estátua do célebre ministro na praça da rotunda, no coração de Lisboa (BEBIANO, 1982).

É também no contexto do primeiro centenário que ocorre uma série de apropriações e releituras do passado, as quais se deram a ver no bojo dos embates ideológicos levados a cabo por grupos que disputavam a hegemonia política. Portanto, pode-se afirmar que tais apropriações realizavam-se em função do projeto societário que cada um desses grupos pretendia implementar. Daí a seletividade no que deveria ser posto em evidência acerca da ação de Pombal e no que se deveria obliterar. Sendo assim, é compreensível observar que setores republicanos e liberais estivessem interessados nas reformas empreendidas sob a administração pombalina, mas não na maneira como Pombal lidou com aqueles que tentaram resistir aos seus intentos.

Um exemplo dos embates travados na imprensa são os que se deram nas páginas dos periódicos portuenses *A Folha Nova* e *A Palavra*. O primeiro, dirigido pelo republicano Emídio Oliveira, animou uma campanha de exaltação da obra de Pombal, através da publicação de uma série de artigos elogiosos sobre as suas ações, enfatizando aquelas que se encontravam alinhadas ao seu ideário e relativizando as que geravam maior controvérsia. Do outro lado, contrapunha-se ao discurso encomiástico veiculado por *A Folha* o jornal *A Palavra*, chefiado por Manuel Frutuoso da Fonseca, que fazia uma espécie de contracampanha. Este periódico acusava aquele de “desonestidade, seletividade e ignorância”, além de afirmar que “retratavam um marquês que não condizia com o passado e que seus elogios a Pombal não correspondiam com o liberalismo que eles diziam defender” (PEREIRA, 2019, p. 804). Havia, ainda, outras vozes dissonantes erguidas em outros círculos.

A publicação de *O perfil do Marquês de Pombal* (1882), por exemplo, de Camilo Castelo Branco (1825-1890), sobre a qual falaremos mais detidamente adiante, tornou o mito bipolar, uma vez que, ao servir de contraponto à glorificação pombalina promovida pela maçonaria portuguesa, que também demonizava os jesuítas, o romancista inicia um processo de desmistificação de sua imagem, pintando-o como um déspota sanguinário. Assim, enquanto a Maçonaria fazia uma intensa propaganda, tornando Pombal um defensor anacrônico do liberalismo, ao mesmo tempo em que provocava uma verdadeira avalanche de textos comemorativos, pinturas, eventos e palestras, Camilo traçava um perfil sombrio de um ministro cruel. Sua obra reverberou em muitas outras, incluindo biografias, obras literárias e mesmo iconográficas (FRANCO E RITA, 2004, p. 61-63).

2.1.1 Antibritanismo no primeiro centenário

A leitura dos trabalhos de cariz biográfico que foram produzidos dentro do período que corresponde ao primeiro centenário deve levar em consideração a maneira pela qual os ingleses eram vistos em Portugal, pois, caso se pretenda compreender a perspectiva sob a qual Pombal é descrito em seus contatos com os súditos da Grã-Bretanha nos referidos textos, não se pode prescindir de esboçar o modo através do qual estes eram notados no contexto em que tais livros vieram a público. A esse respeito, embora a relação entre as duas nações tenha, em numerosas ocasiões, se mostrado ambígua, o período em tela parece ter testemunhado a irrupção do sentimento antibritânico com maior recorrência.

Tal sentimento, em território português, não esteve circunscrito ao período em comento. Na realidade, apesar da antiga aliança firmada entre as duas nações e da participação da Inglaterra em momentos decisivos na história de Portugal, a trajetória das relações anglo-portuguesas caracterizou-se, como já se disse, pela sua ambiguidade, de maneira que houve momentos em que o sentimento prevalente era o de simpatia pelos ingleses, como aquele que sucedeu a ascensão da casa de Avis ao trono português, após a qual foram celebrados o Tratado de Windsor (1386) e o casamento do Mestre de Avis com a D. Filipa de Lencastre. Depois desses acontecimentos, iniciou-se um movimento de mitificação positiva da rainha inglesa, sobretudo em obras como a de Fernão Lopes e D. Duarte, o que colocou em evidência a anglofilia em Portugal (OLIVEIRA, 2014, p. 103).

Houve, por outro lado, períodos em que a imagem da Inglaterra esteve associada à origem de boa parte das dificuldades enfrentadas pelo país, como nos discursos de um grupo de intelectuais do século XVIII que ficou conhecido sob a denominação de “estrangeirados”, portugueses que, por terem sido formados fora do país, possuíam opiniões menos ortodoxas. Vários existiram em Portugal, “uns pelo sangue, outros pela educação” e eram empregados em negócios que envolviam o exterior, como a diplomacia (CORTESÃO, 1950, p. 93). Para boa parte deles, a influência exercida pela Inglaterra sobre Portugal era prejudicial para os interesses portugueses, em virtude da falta de reciprocidade nos tratados firmados entre as duas nações. Destaca-se, em especial, o Tratado de Methuen, celebrado em 1703, que fora alvo de críticas por esses intelectuais, pois a ele atribuía-se a ruína econômica de Portugal.

No transcorrer do primeiro centenário⁵, especificamente, um dos episódios de manifestação antibritânica dera-se no período subsequente à partida da corte para o Brasil. Na sua ausência, Portugal fora governado efetivamente pelos ingleses, que possuíam representação no Conselho de Regência, além de exercerem o comando das forças militares através de seus oficiais. Era de se esperar que essa forte presença estrangeira logo provocaria incômodos aos nacionais. E não tardou para que isso ocorresse, pois há notícias de que, em Lisboa, “desde 1809 dizia-se que ‘os ingleses tratavam este reino à francesa’, uma vez que estes também nutriam preconceitos em relação aos costumes e religião portugueses” (RAMOS, 2009, p. 446-447).

O general William Beresford, sob cujo controle estava o exército português, ascenderá, até a paz geral de 1815, a uma posição de grande poder, pois se tornou ‘marechal-general junto à pessoa del-rei’, título que só o duque de Lafões envergara, e que implicava a sua não sujeição ao governo. Tamanho poder provocou lamento entre membros da regência (RAMOS, 2009, p. 452). Ademais, sabe-se que ele não era bem-quisto pelo povo nem por uma parcela do exército, como comenta Noronha, segundo quem “o marechal Beresford, com todos os seus defeitos e qualidades de um genuíno bretão, honesto e disciplinador no fundo, duro e autocrático na forma, suscitara contra ele as antipatias da população e de uma parte do exército”. Em relação a este grupo, o problema estava na “permanência nos postos superiores de oficiais do exército britânico”, o que “melindrava e irritava os portugueses, que tinham combatido valente e proficientemente na guerra da península” (NORONHA, 1917, p. 664-665).

O sentimento antibritânico também esteve presente na produção de escritores nacionais de relevo. Almeida Garret (1799-1854), por exemplo, em seu *Portugal na balança da Europa* (1867), fez considerações que deixavam clara a opinião que mantinha acerca da influência inglesa sobre o país. Partilhava da visão de que a aliança com a Inglaterra era prejudicial a Portugal. Segundo ele, uma das raras ocasiões em que esta serviu para o bem da nação fora quando da intervenção dos ingleses para assegurar a Carta outorgada por D. Pedro IV, que se encontrava ausente, enquanto, em Lisboa, buscavam minar sua legitimidade. Nas palavras de Garret (1867, p. 154-155), “Pela primeira vez desde que estamos sob a tutela inglesa, se exerceu ela sem ser para o nosso mal e ruína. Fato único e extraordinário”. Entretanto, logo se veria vacilar tal apoio, pois que a referida carta, não obstante ter sido a princípio protegida, fora posteriormente abandonada.

⁵ Com esta expressão, referimo-nos ao período compreendido entre os anos de 1782, que marcou a morte de Pombal, e 1882, quando esta completara 100 anos.

Ademais, a mesma aliança que, inicialmente, apoiou o “governo legítimo” – conforme se expressou aquele autor – foi a que, quando se tornou conveniente, concorreu para o estabelecimento do reinado de D. Miguel, uma vez que, durante sua regência, os ingleses, propositadamente, deixaram Portugal, “e então se desenganou a nação portuguesa de qual era a protecção que seus “antigos aliados” lhe haviam prometido”. Mais ainda fizeram os ingleses por D. Miguel, de modo que “Por fim largou-se a máscara: as armadas inglesas foram combater pelo usurpador nos mares da Terceira; e as bandeiras que tremularam em Trafalgar e no Nilo foram proteger os corsários de D. Miguel mais, sahiram a corso por ele” (GARRET, 1867, pp. 174; 207-208). A imagem dos ingleses em Garret, portanto, notadamente no que respeitava às relações político-diplomática, estava ligada a um sentimento antibritânico.

Essa tendência terá continuidade na obra de outros escritores, que, em maior ou menor intensidade, reproduziram a postura antibritânica de Garret. Entre eles figurou Alexandre Herculano, criticando costumes e reproduzindo estereótipos negativos do povo inglês (CASTANHEIRA, 2005). Mas a onda que hostilizava a política inglesa não se restringia aos círculos literários. Manifestava-se, também, no jornalismo e no parlamento. No entanto, é durante a geração de 1870 que a intelectualidade passou a externar o sentimento anglofóbico de maneira mais sistemática. Uma válvula bastante utilizada foram os periódicos, que deram vazão as suas críticas e considerações, a exemplo do que fizeram Eça de Queirós (1845-1900) e Ramalho Ortigão (1836-1915), em seus escritos publicados por *As Farpas*, periódico ativo entre os anos de 1871 e 1883, que retratava temas ligados à literatura, política e costumes.

O sentimento antibritânico esteve presente, também, no Brasil no desenrolar do primeiro centenário. Um dos fatores que o animava eram os privilégios gozados pelos ingleses após a abertura dos portos às nações amigas, o que redundou na “intensificação das relações comerciais, consideradas pouco justas, com a Inglaterra”. Com efeito, esta fora a principal beneficiada com o fim do exclusivo colonial. Tanto assim que suas casas comerciais atingiram o quase monopólio das importações e exportações. Além disso, pela amplitude de sua frota mercante, ela também era responsável pelo transporte das exportações brasileiras para o mercado internacional. Houve, ainda, outras razões pelas quais os ingleses foram hostilizados, tais como a pressão exercida pela Inglaterra para a abolição da escravidão em território brasileiro, sobretudo após a impositiva Lei Bill Aberdeen (1845), segundo a qual ela poderia considerar o tráfico de escravos como pirataria e

aprisionar navios em águas brasileiras. Outro motivo de insatisfação tinha origem nos abusos praticados pelos cônsules e ministros britânicos (TELES, 2021, p. 94 e seg).

De volta a Portugal, a antipatia aos ingleses talvez tenha alcançado seu ápice no ano de 1890, no qual a Inglaterra impôs um ultimato a Portugal, que representou uma crise diplomática sem precedentes. Na ocasião, exigia-se que as forças portuguesas fossem retiradas do território entre as colônias de Angola e Moçambique, de maneira que essa determinação fez surgir “uma vaga nacional de indignação contra a Inglaterra”, o que abalou a legitimidade da monarquia e do próprio rei, “acusados de não haverem prestado atenção suficiente aos territórios ultramarinos e, assim, de terem comprometido os interesses da nação” (MARQUES, 1986, p. 37-38).

É levando em consideração o contexto acima brevemente referido que se deve abordar alguns dos textos produzidos no recorte em foco. Desconhecer qual era a imagem dos ingleses em Portugal e as lembranças que eles suscitavam no imaginário dessa nação comprometeria a compreensão da maneira como eles foram descritos em suas relações com Sebastião José.

2.1.1.1 Vozes dissonantes: textos do primeiro centenário⁶

As publicações adiante referidas, pela sua proximidade à luta de representações (CHARTIER, 1990) que se deu durante o primeiro centenário, são mais apaixonadas, embora nelas seus autores afirmem estar a serviço da verdade. São textos que se caracterizam, em certa medida, pelos extremos, isto é, ou reificam abertamente a figura do ministro de D. José I, utilizando-se dos mais engenhosos artifícios argumentativos para justificar suas ações mais controversas, ou o demonizam completamente, atribuindo a ele um aspecto místico que desafia os limites do real. É curioso observar como um mesmo personagem pôde suscitar tão extremadas representações.

“O estadista lorpa”

“Sebastião de Carvalho suppunha vêr, no seu curto horisonte, a Feitoria ingleza punida com a instituição da Companhia; e a Inglaterra zombava do estadista lôrpa que lhe dera-a vantagem de pagar com 28\$000 o que, antes da instituição, lhe custava 17 libras” (Camilo Castelo Branco, 1882)

⁶ Por textos do primeiro centenário, referimo-nos aos textos publicados no período compreendido entre os anos de 1782 e 1882.

O perfil do Marquês de Pombal talvez seja o mais ilustre dos textos há pouco referidos. De autoria do escritor Camilo Castelo Branco, antipombalista declarado, a obra veio a público em 1882, ano em que se comemorava o primeiro centenário da morte do Marquês de Pombal. À época, como já se indicou, havia um esforço de reabilitação da figura do ministro, principalmente encabeçado pela maçonaria, que, conforme já sinalizado, apropriou-se dessa figura para realizar o combate ao jesuitismo, bem como às forças que se opunham ao liberalismo.

A utilização do Marquês de Pombal na campanha liberal, entretanto, foi um grande paradoxo. Houve uma verdadeira mitificação e ressignificação de uma figura cuja atuação, princípios, ideias e política não coadunavam com o ideário liberal, nem poderia fazê-lo no período histórico em que viveu. Houve, portanto, uma boa dose de anacronismo na construção do “Pombal liberal”, uma vez que a maçonaria “adotou para seu patrono e inspirador dos seus ideais de liberdade um ministro absolutista que governou à luz de um ideário antiliberal” (FRANCO e RITA, 2004, p. 60).

A obra de Camilo é, portanto, uma resposta a esse esforço de mitificação da figura do Marquês de Pombal. Pretendeu, por isso, contrapor-se ao discurso laudatório que caracterizou a campanha de reabilitação desse político promovida pelos liberais – entre os quais figurava o próprio Emídio Garcia, de quem se tornará a falar. O fato é por ele referido já no *Proêmio* de seu livro, no qual diz que “a Democracia tem uma ideia, um symbolismo a que chamou – *marquez de Pombal*, adulterando-o até às condições fabulosas do mytho”. O que se mostrava na ocasião, dizia ele, era um “Pombal de romance” (BRANCO, 1882, p. IX). Queria, portanto, mostrar um outro marquês, uma outra representação dessa figura.

Não importa – insista-se – se harmonizavam com a realidade os fatos que narrou, os quais, a propósito, disse ter contado com base em documentos e sem partido. Importa saber, ao invés disso, como emerge o marquês no seu discurso. O relato que fez da estada de Sebastião José em Londres, por exemplo, está entre os menos lisonjeiros que se pudessem escrever. Em vez de ter sido um período de ativo aprendizado e de muito trabalho, como se descreve em alguns textos do segundo centenário – mesmo que com algumas ressalvas –, Camilo diz que Sebastião entregou-se a atividades que em nada se relacionavam aos propósitos para os quais fora enviado:

Entre os 39 e 45 annos, em quanto estive em Londres, em vez de estudar o inglez, deu-se ao fêmeaço escandalosamente. Foi um grande *whore-master*, digamol'-o em língua que elle não perceba, se a sua alma por ahi anda esparsa na hydrophobia dos cães (BRANCO, 1882, p. 249).

Acerca do fato de não ter ele aprendido a língua inglesa, Camilo afirma, em outro lugar, que Sebastião era “bronco” e parece duvidar das razões oferecidas por John Smith, seu biógrafo (de quem se falará adiante), segundo quem foram seus “achques e muitos estudos” que o impediram de familiarizar-se com um “idioma que lhe cumpria saber”, dada a sua posição de “ministro universal para tratar sem intérprete com os cabos de guerra que chamou de Inglaterra em 1762 para defender o reino” (BRANCO, 1882, p. 41).

João Lúcio de Azevedo (1855-1933) – em texto, obviamente, posterior ao de Camilo – descreverá a situação com outros olhos. Apesar de não ser um apologista do ministro, reconheceu que “os adversários jesuítas de Pombal” divulgavam “calumnias” acerca de sua estada em Londres, segundo as quais esta teria sido inútil, uma vez que, em vez de dedicar-se a seus afazeres diplomáticos, teria ele levado uma vida dissoluta e frequentado “logares de má fama”. A isso se acresce que o insucesso de sua atuação se deu pela sua ignorância do idioma. Ao que responde este autor que “assim não foi”, afirmando que, contrariamente ao que se dizia, aquele havia sido o período mais profícuo da existência do ministro e não poderia ele ter sido “mais utilmente aproveitado” (AZEVEDO, 1922, p. 42-43). Nas publicações que se deram após o aniversário do centenário pombalino, notadamente, a de Maxwell e Azevedo – essa parece ser a visão predominante acerca da atuação de Pombal em Londres.

Francisco Lobo Correia de Barros, coetâneo de Camilo, em seu livro *Altos feitos do Marquês de Pombal* – emprega-se o adjetivo “alto” de maneira irônica –, publicado, assim como o deste escritor, no ano em que se fizeram as celebrações do 1º centenário da morte de Sebastião José, atualizou a descrição negativa da atuação do futuro ministro de D. José presente em o *Perfil do Marquês de Pombal*. Afirma que “chagado alli, em lugar de se dedicar aos negócios do estado, entregou-se às costumadas rapaziadas”. Ao que acrescenta que, durante seis anos, pouco fez para a promoção dos interesses da coroa portuguesa, limitando-se a mencionar o seu pedido à corte de Londres para isenção dos vinhos portugueses dos direitos “votados pelo Parlamento”, cujo resultado “d’este seu único serviço” se ignorava (BARROS, 1882, p. 4).

Camilo, por seu turno, em outro lugar do seu texto, resume a atuação de Sebastião José, enquanto esteve na corte de Londres, com a seguinte sinopse:

Chegou a Londres em setembro de 1738; em 29 de novembro foi admittido á primeira audiência real; em dezembro obteve outra audiencia: meras formalidades da pragmatica. Depois, durante dois annos, não ha noticia de Sebastião José de Carvalho. Em 1740 escreveu uma *Dissertação ácerca do onus que sobre o commercio de Portugal tinha sido*

imposto pelo parlamento inglez. A corte não fez caso da dissertação. Em abril deste anno despachou um correio para Lisboa; em julho de 1740 enviou um officio sobre os negocios de Portugal na Gran-Bretanha. Depois, tres annos de silencio a respeito do agente de negocios, que se retirou em 1745. Eis o que dão sete annos dos annaes diplomáticos de Sebastião José de Carvalho (BRANCO, 1882, p. 250).

E conclui, noutro lugar, dizendo que enquanto ele [Sebastião José] “por lá se rebalsava em Londres, á custa do erário, nas frescas e alvas carnaduras inglesas”, sua mulher, a sobrinha do conde dos Arcos, padecia em Portugal (BRANCO, 1882, p. 251).

A estada em Londres, no entanto, não foi o único assunto tratado por Camilo em seu *Perfil...* Referiu-se, também, mesmo que brevemente e como quem ataca um inimigo, a outras ações do futuro ministro, entre as quais cumpre citar as que diziam respeito à sua política em relação aos ingleses. É imperativo que se diga, porém, que a representação da ação política de Sebastião seja aquela direcionada à economia, seja a que teve como objeto a instrução pública [algo sobre o que se discorrerá em outro capítulo], é sempre descrita de modo a negar-lhe qualquer mérito. Nesse sentido, nada que do que obrou, conforme o que se vê no texto em apreciação, teve os efeitos esperados e, mesmo aquilo em que se pode reconhecer algum avanço, não se atribui à administração desse personagem, mas à ação irresistível do tempo.

Cite-se a criação da Companhia do Alto Douro, ideia do frade José Mansilha, que, segundo Camilo, adotada e posta em execução pelo ministro, fora desastrosa e a causa de desigualdades, em virtude do monopólio que estabeleceu, o que, contrariamente ao que se pretendia, resultou na piora dos preços do produto a que visava proteger. Ele argumenta que, “antes da Companhia, uma pipa de vinho valia, pelo menos, 300 alqueires de pão”, ao passo que “depois de meio seculo da direcção inaugurada pelo frade Mansilha [...], uma pipa de vinho equivalia a 36 alqueires”. Além disso, dizia que, embora Sebastião imaginasse interferir nos negócios da Feitoria Inglesa com a criação da companhia, “a Inglaterra zombava do estadista lôrpa que lhe dera a vantagem de pagar com 28\$000 o que, antes da instituição, lhe custava 17 libras” (BRANCO, 1882, p. 124-126).

No texto de Barros (1882, p. 34-36), a criação da referida companhia é, também, alvo de críticas pelas “largas concessões” que a ela se fizeram, bem como pelos “mais absurdos privilégios” de que gozou. Reconheceu, entretanto, que um dos intentos para sua criação, em vez de ser o combate ao suposto descrédito em que havia caído o produto em virtude das falsificações – fato esse que, segundo o autor, não se comprovava pelo número das exportações que se deram no período que precedeu a sua criação –, fora a tentativa de “contrabalançar o monopólio de facto, que estava nas mãos dos Inglezes”.

Focaliza, porém, os efeitos negativos que se seguiram, entre os quais os prejuízos causados aos produtores que tinham pouca ou nenhuma liberdade para dispor de sua produção. Referiu, ainda, à devastação das vinhas ordenada pelo ministro, que temia uma superprodução desse produto em detrimento das demais culturas, ao que se seguiu a proibição aos proprietários de cultivarem sem autorização da companhia. Além disso, o autor critica a represália orquestrada por Sebastião contra a sublevação ocorrida no Porto, provocada pelos danos que se atribuíam à criação da companhia. O ministro de D. José I teria propositadamente considerado o “motim” como “uma rebelião formal contra a pessoa d'el rei, e os seus fautores como reus de crime de lesa majestade” a fim de que pudesse reafirmar a sua autoridade exemplarmente (BARROS, 1882, p. 40-43).

Ainda acerca da companhia do Alto Douro, Barros (1882, p. 41) mostra ao leitor o que considerava ser o verdadeiro objetivo de sua criação. Assevera que “Carvalho, fingindo procurar o interesse geral, procurava o seu próprio”, para o que usava como argumento o fato de ser ele próprio um de seus membros e o “que percebia os maiores lucros”, daí ter ela gozado de grandes privilégios. Não era ele somente “um” dos seus membros, mas também “o único que compunha a Companhia”, uma vez que ele reduzia à obediência todos os demais.

É necessário reiterar aqui, para que se compreenda o engajamento ideológico desses textos – e dos que ainda serão referidos –, algumas circunstâncias do período em que vieram a público. A chave para leitura desses textos, os quais, de um lado demonizam ao extremo a figura do marquês, ao passo que, de outro, o deificam – como se verá adiante, a exemplo do livro de Manuel Emídio Garcia –, já fora apresentada pelos autores do já citado *O mito do marquês de Pombal*. O ano 1882, como já referido, comemorativo do primeiro centenário da morte de Pombal, testemunhou uma série de publicações que visavam a empreender uma mitificação desse personagem, o qual fora pintado com as cores do liberalismo.

Esse esforço, já sinalizado em outro lugar, fora animado pela Maçonaria que, apesar de não poder ser considerada um grupo político homogêneo, definia-se pelo “seu caráter liberal e anticlerical”. Fora dela que partiu a ideia de uma estátua ao marquês e o apoio para preparação e organização da comemoração. Destacam-se aí a participação da “Associação Liberal”, e dos maçons “Joaquim Martins de Carvalho, Abílio Roque e Manuel Emídio Garcia, das lojas *Perseverança e Federação*” (BEBIANO, p. 396; 416). Tratava-se, portanto, de combater o jesuitismo, inimigo da ordem, e de promover os ideais republicanos, dos quais ela havia se tornado arauto. Para tanto, era imperativo que se fizesse frente ao que se opusesse às novas ideias.

Segundo Franco e Rita (p. 35-36),

O clima antijesuítico e secularizante, que caracterizou os movimentos liberais e de inspiração maçónica do século XIX, dominou os debates em torno da questão religiosa que fracturou ideologicamente a sociedade portuguesa desde o liberalismo até a instauração do regime republicano em 1910.

E Pombal foi eleito, não sem contradições, por esses movimentos como precursor dessas novas ideias. Isso se deu, como era de se esperar, à base de apagamentos estratégicos, a fim de que se fizessem esquecer aqueles elementos que se mostrassem incompatíveis com o ideário liberal, a exemplo de sua censura à imprensa e a sua tendência centralizadora.

Os textos de Camilo e Barros, portanto, devem ser vistos como contrários ao discurso panegirístico que caracterizou as publicações do primeiro centenário – porém anterior a ele –, especialmente as que se organizaram sob os auspícios da maçonaria e de seus membros. Assim, seria mais proveitoso buscar o sentido desses textos, a partir de uma compreensão bakhtiniana, segundo a qual, “a obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros)”, dessa forma, “[...] ela se relaciona com as outras obras-enunciados: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem [...]”. Nessa interação, “a obra está separada das outras pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes” (BAKHTIN, 1997, p. 299).

Talvez seja essa alternância que se busque exprimir quando se classificam, mesmo que de maneira geral, os textos acerca do marquês de Pombal sob as rubricas de filo e antipombalistas. Nesse sentido, o texto de Camilo – bem como outros textos que nele se inspiraram – é uma tentativa de *responder* à mitificação dessa personagem com a desconstrução do mito através de uma reconstituição do que acreditou ser a representação mais fidedigna do ministro de D. José, mas que, ao fim, é *uma* entre as numerosas obras – que o mitificam, apropriam-se (de) e o ressignificam – que compõem essa alternância de sujeitos falantes que produzem enunciados sobre aquele estadista.

Como não pode haver “enunciado absolutamente neutro” (BAKHTIN, 1997, p. 309), essas obras devem ser interpretadas em função das circunstâncias em que se gestaram, visto que estão sempre enraizadas numa realidade específica. No proêmio de seu *Perfil*, Camilo aponta, à sua maneira, alguns dos elementos que compunham o quadro conjuntural em relação ao qual sua obra tencionou posicionar-se, quando se referiu aos “absolutistas”, “republicanos” e “temperados”. É com *base no que estes diziam* que seu texto se construiu e *contra os quais* tomou posição. E aí,

nesse diálogo, encontra-se a sua qualidade enunciativa, uma vez que, conforme o autor há pouco citado, deve-se considerar “o enunciado [...] acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera”, pois “refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles” (BAKHTIN, 1997, p. 318, grifo nosso).

A compreensão acima apontada não parece ser incompatível, por outro lado, com o que Chartier (1990) chamou de luta de representações. Afinal, é na alternância de tais enunciados que se pode perceber que a figura do ministro de D. José I consistiu num objeto de disputas encetadas por grupos pertencentes a filiações ideológicas diferentes. A interpretação e ressignificação de sua imagem e ação variou conforme as afinidades político-ideológicas, como se verá nos próximos textos.

Pombal liberal e opositor de Inglaterra

“Reprimiu as despóticas exigências e a preponderância orgulhosa da insaciável Inglaterra”
(Emídio Garcia, 1869).

Um dos textos a cujo discurso Camilo e Barros contrapunham-se era o de Manuel Emídio Garcia *O marquês de Pombal: lance d'olhos sobre sua sciencia; politica e systema de administração; - ideias liberaes que o dominavam; plano e primeiras tentativas democráticas*, datado de 1869. Em sua introdução, mencionam-se as obras que recentemente o haviam precedido, que estavam a reproduzir diversas e até contraditórias apreciações e juízos acerca de Pombal, como se tencionasse renovar a discussão em torno da sua ação. Informa-se, ainda, que o manuscrito que se trazia a público naquela ocasião fazia parte de um livro, que fora escrito no ano de 1866, quando se discutia o projeto do código civil, o qual ensejou embates entre o partido liberal e o que se chamou de “bando reacionário”.

Há também menção à publicação de alguns capítulos do referido livro em periódicos literários da época, o que mostra como o seu autor encontrava-se engajado na promoção do ideário liberal. Um desses periódicos em que colaborou chamava-se *O Povo*, um jornal bimestral – que teve vida curta – 1 de julho a 31 de outubro de 1866 – dedicado às classes operárias, que, “militando à sombra da bandeira que tem por mote progresso e liberdade”, era um dos periódicos que compunham as “fileiras daqueles que trabalham na santa cruzada da civilização popular”. Foi aí que, numa série de artigos, abordou o casamento civil, além de outros temas, tais como a Revolução

Francesa e suas conquistas. Além disso, dirigiu críticas aos defensores do ultramontanismo, cuja ação continuava “a activar o espírito de superstição nas massas, que querem ignorantes e inertes”. É, também, nesse veículo que escreve sobre as revoluções inglesa e francesa, a filosofia iluminista e, ainda, o tempo do marquês de Pombal, além de empreender uma análise das causas que implicaram a revolução liberal em Portugal (PRATA, 2006, p. 266-267).

O livro publicado em 1869, portanto, pode ser visto como a continuação de um esforço de reabilitação da figura do marquês de Pombal, iniciado em anos anteriores, como sinalizam as publicações dos periódicos referidos. Com efeito, esse é “um dos textos mais emblemáticos que deram o tom luminoso ao processo de mitificação de Pombal” (FRANCO; RITA, 2015, p. 39) e veio a público num momento, como já se disse, de crescente anticlericalismo e antijesuitismo. Considerando esse cenário, cumpre referir, no que for pertinente, as representações que assumiu a figura do marquês nessa obra.

Por seu caráter propagandístico, e considerando o objetivo de seu autor no sentido de apropriar-se da figura do ministro de D. José I, para torná-lo precursor das ideias liberais no país, não se verá nessa obra detalhes acerca de sua ação em esferas específicas, tais como instrução pública e comércio. Garcia não se presta a pormenorizar a atuação de Pombal em Londres tampouco de referenciar, detalhadamente, as circunstâncias que guiaram a sua ação frente a Inglaterra, no que respeita ao comércio. Limita-se a fazer leituras gerais sobre a obra do ministro, fazendo aparecer, sempre que possível, uma espécie de pioneirismo pombalino na preparação do caminho para o liberalismo.

Mesmo assim, há trechos nos quais se mencionam, de modo sumário, os ingleses e a ação de Pombal em relação a estes. Garcia, inicialmente, descreve o “estado lamentável de quase completa desorganização” do reino português. Refere-se, ainda, à “opressão” das nações estrangeiras, com destaque para a Inglaterra, “que de Portugal havia feito não só pupilo, mas vassalo obediente”, uma vez que dirigia a sua “política, exaurindo-nos as fontes de toda a vida econômica, dominando em todos os nossos portos”, além de explorar as suas colônias ocidentais e obrigá-lo “a votar a um quase completo abandono as ricas possessões do oriente”, sob o pretexto de manter a sua independência nacional (GARCIA, 1969, p. 21).

Fazia-se necessário tirar a nação desse estado decadente e, no texto em comento, é o marquês de Pombal que assume tão difícil tarefa, para cuja realização precisou, por vezes, tomar medidas despóticas, sem as quais, porém, não teria conseguido – assim as justifica o seu autor.

Entre os resultados obtidos durante seu ministério, citam-se, no que respeita diretamente aos ingleses, a repressão das “despóticas exigências e a preponderância orgulhosa da insaciável Inglaterra”, bem como a fundação e organização de “companhias de comércio e indústria, para reanimar as nossas colônias, ou de todo abandonadas, ou presa da cobiça de estranhos especuladores” (GARCIA, 1969, p. 25).

O autor referia-se, em relação ao último ponto, às conhecidas companhias de comércio do Alto Douro, bem como as do Grão Pará e Maranhão e outras que se criaram durante a administração pombalina, como já sinalizado noutras obras, com o intuito de fortalecer o comércio de Portugal, que se encontrava nas mãos dos ingleses. Essas ações fizeram parte, portanto, da política econômica de Pombal e, de certo modo, da maneira como teve de lidar com a Inglaterra nesse setor. O livro de Garcia, entretanto, por destinar-se a outros fins, não se estendeu na exposição dessa política.

Pode-se dizer que as representações construídas no seu texto sobre esse ministro mostram-no como o regenerador da nação: aquele que foi capaz de lutar contra as forças retrógradas da igreja, subjugar a nobreza, reformar o ensino, animar o comércio, fazer frente aos ingleses, aos quais impôs obstáculos e buscou minar sua preponderância comercial e política. O texto chega a extremos, como o de afirmar que fazia parte do seu plano “[...] firmar o poder dos reis na soberania de todos, dar a liberdade ao povo por meio d 'uma constituição representativa, semelhante á que vigorava em Inglaterra”. Não obstante quisesse fazê-lo de maneira pacífica, foi-lhe “forçoso opor á tyrannia de alguns a tyrannia de um só, ao despotismo de muitos o despotismo em nome do rei” (GARCIA, 1969, p. 45).

Pombal sob a ótica de John Smith (1813-1886)

Fez parte desse esforço de glorificação da figura do marquês de Pombal, embora tenha sido publicado na Inglaterra, o livro de John Smith Athelstane, depois marquês de Carnota. Este, além de diplomata e biógrafo, foi secretário do marechal Duque de Saldanha, neto de Sebastião José de Carvalho e Melo. Também no prefácio de sua obra – a qual era uma republicação das *Memoirs of the Marquis of Pombal; with extracts from his writings, and from despatches in the state paper office, never before published*, publicada em 1843 – sinalizou a que se prestava a biografia que apresentava ao público. Tratava-se de reparar a memória do “ilustre” estadista, que havia sido manchada por seus inimigos.

Notava que a produção sobre ele tinha um vício de origem: o de estar, pelo menos boa parte dela, baseada na obra de quem primeiro compilou, sob o manto do anonimato, a história da vida e época de Pombal: um jesuíta. Biografado por “seus inimigos”, o argumento que se apresenta é o de que esse personagem não poderia ter sido representado senão como, alternadamente, um “escravo e um tirano” (*a slave and a tyrant*), “um monstro e um parasita” (*a monster and a parasite*), “um hipócrita e um patife” (*a hypocrite and a knave*). Em síntese, arremata ele, criou-se uma imagem que representa tudo menos Pombal. (SMITH, 1873, p. vii-viii).

As representações veiculadas pelo livro de Carnota assentam-se sobre uma documentação que compreendia desde registros impressos e éditos localizados em Lisboa a arquivos e despachos da *Majesty's state Paper Office*, com base nos quais esse biógrafo promete a imparcialidade na apresentação dos fatos. O tom encomiástico, entretanto, é preponderante em todo o texto, de maneira que, mesmo os atos que para outros autores seriam de difícil justificação – como a crueldade aplicada no caso dos Távoras, tão enfocada por Camilo –, encontra aqui uma relativização capaz de transformá-la em piedade.

É curioso notar como tudo destoa da maneira pela qual se dá a ver as ações de Pombal nos livros de Camilo e Barros – que lhe são posteriores, pontue-se –. Inclui-se aí a descrição dos contatos que o primeiro ministro teve com os ingleses, a começar pelo seu envio a Londres. Para Camilo e Barros, como já se viu, tratou-se de um período infrutífero durante o qual o representante português nada de significativo conseguiu concretizar que dissesse respeito aos interesses da coroa. Carnota, por sua vez, narra que ele sempre esteve engajado na persecução de tais interesses e obteve êxito em algumas questões.

Entre elas, estava a obtenção de alguns privilégios para os súditos portugueses que residiam em Londres e a concessão do direito de punir os súditos ingleses condenados por delitos cometidos em território português. Menciona-se, também, sua contribuição na definição das prerrogativas de enviados estrangeiros, que ainda se encontravam indefinidas. Dos privilégios referidos citou-se a isenção aos portugueses no pagamento de algumas taxas, a qual teria sido concedida pelo ministro Newcastle em documento de 20 de novembro de 1739, após representação de Pombal. E no que respeita à sobreditas prerrogativas, afirma-se que é a partir de sua missão diplomática que se

consolida o costume de “ministros estrangeiros residentes em Londres importar mobília, vestuário, e mantimentos livre de taxa” (SMITH, 1871, p. 22-23, tradução nossa)⁷

No que se refere ao aprendizado do inglês, a falta do qual Camilo atribuiu à incapacidade do representante português ou ao seu desinteresse – não acreditando nas razões apresentadas pelo seu biógrafo a quem fez referência direta em seu texto –, Carnota observou que, além das complicações em sua saúde, que, por si só, o impediram de concretizar esse desiderato, o francês era, majoritariamente, o idioma que se falava na corte de George II, além do que havia, à época, pouquíssimas obras sobre política e legislação que eram escritas em inglês, de maneira que seu estudo se tornasse relevante. Daí não ter ele aprendido o idioma, embora tenha lá residido por algum tempo (SMITH, 1871, p. 23).

No tocante à presença inglesa, no texto em apreciação, vê-se um Pombal que estava ciente das reformas que necessitavam de ser feitas e das novas estratégias de dominação praticadas pelas nações europeias, incluindo a Inglaterra, para o que se refere a um documento escrito pelo próprio Pombal no qual este dizia que não era mais a política dos países europeus atacar abertamente àqueles a quem eles pretendiam enfraquecer ou destruir, mas artificialmente de modo que, quando se buscasse remediar o mal, fosse tarde demais. Em situação semelhante, concluía, encontrava-se Portugal no período que antecedeu ao terremoto, durante o qual os ingleses o haviam reduzido a uma posição de total subserviência.

Assim se expressava o ministro:

A monarquia estava no seu último suspiro. Os ingleses haviam reduzido a nação a um estado de dependência. Eles a haviam conquistado sem as inconveniências de uma conquista, e acorrentaram o povo à sua carruagem política sem a ele deixar o poder para libertar-se da servidão.

[...] O sistema da Grã-Bretanha era enfraquecer o poder das outras nações a fim de fortalecer o seu próprio. Portugal estava impotente e sem vigor, e todas as suas ações eram controladas pelos desejos da Inglaterra (SMITH, 1871, p. 43, tradução nossa)⁸

⁷ *That he was neither idle nor forgetful of the interests of his country when Minister at the Court of St. James's, appears from his having succeeded in obtaining various privileges for Portuguese subjects resident in London, as well as satisfaction for several commercial vexations to which they had at various times been made to submit; while he exacted a promise that they should under no pretext whatever be afterwards inflicted. It was also conceded to his government the right of punishing, according to law, all British subjects who should be convicted of malpractices and crimes committed in the dominion or territories of Portugal. Pombal further obtained satisfaction for an insult that had been offered to a person attached to his legation; and was thus instrumental in ascertaining and defining the privileges of foreign envoys, which were still often the subject of dispute, notwithstanding the previous Act of Parliament passed in 1709 for the purpose of protecting ambassadors and their domestic servants from arrest. This was the case of a physician in the service of Pombal, who had been arrested by a tax-gatherer, but who was set at liberty upon the remonstrance of the Portuguese Minister (p. 21-22).*

⁸ *The monarchy was at its last gasp. The English had firmly bound the nation in a state of dependence. They had conquered it without the inconveniences of a conquest, and chained the people to their political car without leaving them the power of releasing themselves from bondage*

Daí a necessidade de remediar o mal através de medidas que regulassem o comércio. Porém, Carnota afirma que, embora Pombal, por vezes, culpasse a ação dos ministros ingleses pelos prejuízos causados ao comércio português, lembra que, de fato, os comerciantes ingleses residentes em Lisboa e no Porto aproveitavam-se de qualquer ocasião para levarem vantagem às custas dos nacionais, evocando privilégios injustos. Ou seja, em certa medida, justifica-se a ação de Pombal em relação aos ingleses, através da demonstração de que esta não era desarrazoada, ao mesmo tempo em que se reafirma a sua com relação à importância da aliança inglesa para a manutenção da independência nacional e a preservação das colônias (SMITH, 1871, p. 73). Essa compreensão, como se viu, encontra-se presente em obras posteriores sobre esse personagem.

Acerca da companhia do Alto Douro, devem-se fazer algumas observações comparativamente aos textos de Barros e Camilo. O discurso de Carnota, ao que se oporão os textos daqueles autores, atribui à sua criação os mais excelentes benefícios para a economia e afirma ter ela contribuído para fazer avançar o seu plano de restituir o comércio para as mãos dos nacionais. Mesmo as duras medidas que se fizeram necessárias para quebrar a oposição, como as que se tomaram para debelar a sublevação do Porto, encontram argumentos para a sua defesa. Naqueles textos, em contrapartida, a ótica é antagônica. Esse estabelecimento provocou a ruína de muitos. Ademais, coloca-se em dúvida a probidade de Pombal na sua condução.

Em Carnota, as representações de Pombal nos negócios que implicavam os ingleses constroem-no como um ministro comprometido com a promoção dos interesses da coroa, ciente das medidas que deveriam ser tomadas para o melhoramento da economia, do que se toma como evidência a criação das companhias e as ações para beneficiar a indústria. Mostra-se firme contra as queixas – boa parte das quais infundadas – por parte dos comerciantes ingleses, especialmente após a criação monopólios que visavam a diminuir a sua influência em Portugal. Porém, sem fazer parecer que o ministro era movido por um sentimento de hostilidade contra a Inglaterra cuja aliança, como já se disse, julgava importante.

Suas ações são sempre justificadas a fim de que não se pareçam despóticas. Isso se dá, inclusive, na descrição da execução dos Távoras que, em Camilo, assume um aspecto da mais execrável falta de humanidade. Carnota, por outro lado, empreende uma defesa de tais medidas. Para tanto, faz alusão a atos semelhantes – ou mais severos – que se deram em outras nações tanto

[...] *The system of Great Britain was to weaken the power of other nations in order to increase her own. Portugal was powerless and without vigour, and all her movements were regulated by the desires of England* (SMITH, 1871, p. 43).

antes quanto depois da execução dos Távoras em Portugal. Apresentam-se exemplos, como o de François Ravallac (assassino de Henrique IV), em França, e o de Rudolph Kühnapfel (assassino do Bispo Von Hatten), na Prússia, em uma longa nota de rodapé que se estende por três páginas, ao termo da qual conclui:

Mas se consideramos as dificuldades da situação de Pombal, e contrastarmos as circunstâncias das execuções em Portugal com os horrores a que chegaram as penas capitais em outros países por crimes de natureza menos hedionda, em vez de, acusarmos Pombal de inumanidade, estaria dispostos a imaginar que ele tivesse cedido tão pouco ao espírito sanguinário dos tempos (SMITH, 1871, p. 120, tradução nossa)⁹

Ao aproximar-se do fim de seu livro, Carnota (p. 376), uma vez mais, reitera o que havia o animado a empreender a escrita do seu *Marquês de Pombal...* Tratava-se de “fazer justiça à memória do ilustre estadista”, para o que preferiu, em vez de refutar pormenorizadamente o que chamou de “as errôneas representações” – o termo usado no original é *misrepresentations* – a ele atribuídas, apresentar as ações desse ministro tais “como ocorreram” – “as they occurred”.

Esses foram os textos do primeiro centenário nos quais buscamos as representações de Pombal em seus contatos com a Inglaterra. Passemos agora a fazer algumas observações acerca do segundo centenário, bem como aos textos durante ele produzidos.

2.1.1.1.1 As comemorações do bicentenário: novas leituras

No bicentenário da morte de Pombal buscou-se questionar a própria noção de época ou período pombalino como construção historiográfica, uma vez que, passada a voga da polêmica em torno de sua personalidade ou dos atos de seu governo, passou-se a interpretar a sua significação histórica com uma visão crítica das fontes existentes. Ademais, como sugere Serrão (1982), o protagonismo de Pombal foi uma construção discursiva tanto de seus defensores quanto de seus apoiadores, que foram consensuais em desqualificar qualquer tipo de iniciativa da parte de D. José I, algo que se torna problemático quando se leva em conta que, com a morte do rei, o ministro perdeu todos os seus poderes, caindo em descrédito na corte.

Uma iniciativa importante da Comissão Organizadora das Comemorações do Bicentenário da Morte do Marquês de Pombal foi a exposição, na Biblioteca Nacional de Lisboa, sobre o bicentenário pombalino, entre novembro de 1982 a janeiro de 1983, de que resultou o *Catálogo*

⁹ but if we consider the difficulties of Pombal's situation, and contrast the circumstances of these executions in Portugal with the horrors that have attended capital punishments in other countries for crimes of a less heinous nature, instead of accusing Pombal of inhumanity, we shall rather be disposed to wonder that he yielded so little to the sanguinary spirit of the times (SMITH, 1871, p.120).

bibliográfico e iconográfico, organizado por António Barreto. Na apresentação da obra, Barreto (1982, p. 9) afirma que o catálogo não era uma homenagem nem queria tomar partido “em nenhuma das querelas que se perpetuam há duzentos anos com o nome do Marquês de Pombal ou a seu pretexto”.

Tratava-se, segundo o organizador da obra, tão somente de um instrumento de trabalho, uma ferramenta para a pesquisa, e não de um posicionamento “contra” ou “a favor” de Pombal ou de seu governo para a história de Portugal. Assim, não era um catálogo bibliográfico e iconográfico sobre a sua pessoa, mas sobre o seu momento histórico, isto é, sobre o tempo e a sociedade em que viveu, até mesmo porque eram raros os estudos que não carregavam suas análises de juízos de valor sobre a grandeza ou a miséria do estadista, e a polêmica já havia se popularizado.

2.1.1.1.2 Antibritanismo no segundo centenário

No segundo centenário, entretanto, a imagem dos ingleses continua a ser bastante influenciada pelo episódio de 1890¹⁰. Nesse sentido, é representativa a quantidade de menções aos ingleses, sobretudo em periódicos, como *O Ocidente*. O sentimento de antipatia esteve presente inclusive na criação de símbolos que, ainda hoje, fazem parte da cultura portuguesa. O hino nacional português, por exemplo, *A Portuguesa*, teria surgido no contexto do alvoroço provocado pelo Ultimato inglês e contra este serviu de manifesto, como se constata pelo referido periódico, no qual ele fora descrito como obra de grande valor por ter sido produzido “no momento em que a população mais se agitava nas suas manifestações patrióticas”. Refere, ainda, que este teria sido criado no dia seguinte à ameaça inglesa, “quando nas ruas de Lisboa echoavam os brados dos grupos populares dando vivas à pátria” (O OCIDENTE, 1890, p. 67-68).

Sintomaticamente, a menção ao hino português, nesse periódico, aparece imediatamente após a seção em que se faz, de maneira irônica, a narração das agressões praticadas pelos ingleses na África. Contam-se o castigo e a execução de um negro da missão do Quitungo, que fora acusado de matar outro negro, embora, mesmo sob tortura, jamais tenha admitido o crime. Apesar de se

¹⁰ Este ano marca o que passou para a história de Portugal como o Ultimato Inglês. Ele originou-se do conflito de interesses colonialistas em relação ao território africano. Nas palavras de Amadeu Carvalho Homem (2000, p. 276), ele é retratado nos seguintes termos: “a ambição portuguesa de criar na África um novo Brasil colidia com o plano da estrada de ferro transafricana que os ingleses almejavam construir entre o Cabo e o Cairo. De tudo isto resultou o ultimato que Salisbury fez entregar ao governo português em 11 de janeiro de 1890. Nele se intimava Portugal a retirar imediatamente todas as suas forças militares das regiões em litígio. A implícita ameaça de utilização de meios bélicos conferiu à intimativa a força do inapelável.”

dizer inocente, fora executado com dezessete tiros, que não o mataram de imediato. Antes, teve mutilado alguns membros, como braço e perna, além de alguns pedaços de carne. Quando se debatia já em terra, “então um inglês aproximou-se com um rewolver e fez-lhe saltar os miolos”. O narrador encerra a contação do caso, afirmando que “é assim que os ingleses civilizam a África, e, no entanto, acusam-nos a nós de fazermos escravatura e darmos maus-tratos aos pretos” (O OCIDENTE, 1890, p. 67).

Apesar de o ultimato ter marcado muito negativamente as relações anglo-portuguesas no final do século XIX, antes da virada do século, houve um movimento de reaproximação entre as duas nações, muito em virtude de seus interesses em relação aos territórios sob litígio na África. Como resultado de um complexo processo de negociação, firmou-se a Declaração de Windsor (1899), pela qual a Inglaterra se obrigava a defender e respeitar a soberania do aliado. Esse ambiente de reconciliação seria consolidado com a visita a Lisboa do rei Eduardo VII, em abril de 1903.

Já no período entre guerras, por vezes, a aliança anglo-portuguesa foi colocada em questionamento. Havia, basicamente, duas visões em relação a ela. Uma, representada pelo secretário de negócios estrangeiros Austen Chamberlain (1863- 1937), segundo quem as obrigações da Inglaterra com Portugal traziam numerosos inconvenientes e quase nenhum ganho. Referindo-se à Declaração de Windsor (1899), por exemplo, disse não enxergar benefício algum para seu país. Havia, por outro lado, aqueles que julgavam a aliança de grande relevância, uma vez que, sem a proteção da Inglaterra, os territórios de Portugal, alguns dos quais possuíam valor estratégico, poderiam cair nas mãos de outras potências europeias, vindo a ameaçar os interesses britânicos (STONE, 1975, p. 731-733).

Não obstante os atritos, é essa última visão que parece prevalecer no período do entre e do pós guerras: a manutenção da aliança se deveu à sua compatibilidade com os interesses britânicos, o que, por vezes, provocava tensões quando não se encontravam alinhados aos de Portugal. Vejamos agora alguns dos textos que vieram a público durante esse período.

João Lúcio de Azevedo (1855-1933):

“[...] deformado o seu genio, transfigurou-se o tórvo despota em corypheu da liberdade”
(AZEVEDO, 1922, p. 390).

É com a obra do já referido historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo (1855-1933), *O marquês de Pombal e a sua época* (1922), que convém começar. O texto de que se fez uso corresponde à “segunda edição com emendas”, publicada no Rio de Janeiro, com o patrocínio das editoras Seara Nova e da Renascença. Sua escolha deve-se ao fato de ter ele se tornado referência obrigatória no assunto e o seu autor reconhecido pelos trabalhos que escreveu, entre os quais se encontram *A Evolução do Sabastianismo* (1947), *História de Antônio Vieira* (1931) e *Épocas de Portugal económico: esboços de história* (1929). Além de consistentemente documentado, o texto de Azevedo busca colocar-se fora do alcance das polêmicas que envolvem a figura do seu biografado – do que não se conclui que tenha conseguido fazê-lo. Há, porém, testemunhos em seu favor. Falcon (2015, p. 10), referindo-se a ele, afirma que tentou “ser preciso e, até onde lhe foi possível, imparcial”, todavia sem se mostrar “simpático a Pombal”, evitando “a antiga tradição historiográfica de ser pró ou contra”.

Se por um lado, entretanto, logrou êxito na construção de um texto equilibrado e inspirado mais pelo teor da documentação do que pelas paixões, por outro, em alguns trechos de sua narrativa, sobretudo nos dois últimos capítulos, o X “O apogeu e o declínio” e XI “O acabar”, deixa ver – certamente cômico do que fazia – para qual dos lados estava inclinado. Seu balanço da administração pombalina, embora reconheça pequenos méritos, é, no geral, negativo. A mudança de tom mostra-se, entre outras pistas, pela escolha lexical: “caído dictador”, “o dictador”, escreveu em mais de uma ocasião. O parágrafo que põe termo à sua história, por exemplo, afirma que, após anos de silêncio sobre ele, “Pombal ressuscitou da lenda, em toda a grandeza que os lisonjeiros lhe atribuíram durante o poder” para concluir dizendo que “deformado o seu genio, transfigurou-se o tórvo despota em corypneu da liberdade” (AZEVEDO, 1922, p. 348-390).

A frase com que encerra seu livro – cuja primeira edição data de 1906 – faz alusão ao já referido esforço de reabilitação da figura do marquês de Pombal, encabeçado principalmente pela Maçonaria, por ocasião das comemorações pelo centenário de sua morte. Com efeito, os já citados Franco e Rita (2004, p. 40), ao tratarem do assunto, afirmam que, não obstante terem sido o seu “*modus procedendi* e a própria base ideológica da política pombalina”, à sua época, avessos ao “governo democrático ou liberal” ou à ideia de “igualdade entre o povo, no mito maçônico de Pombal inverte-se a tal ponto a fisionomia político-ideológica da acção deste despota esclarecido que se faz dele um paladino da liberdade”.

Seja como for, seu livro permanece relevante e possui trechos exemplares para um quadro descritivo das relações entre Pombal e os ingleses. A propósito, o início de sua narrativa se dá em um daqueles tópicos acerca do qual se disse poderem encontrar dados referentes às sobreditas relações: a embaixada de Londres, período, segundo o autor, de intenso aprendizado para o futuro ministro de estado.

Em sua descrição, Azevedo refere-se a Carvalho e Melo como arguto aprendiz. “Atilado e eficiente auxiliar”, cuja mentoria – levada a cabo por seu tio Marco Antônio de Azevedo Coutinho – não fora “trabalhosa”. Possuía o “espírito sequioso de novas ideias”, logo se adaptando ao novo ambiente. Pensava ele estar diante de uma “sociedade culta, inteligente, progressiva e liberal”. Todavia, pontua o historiador, “não assimilou, é certo, os princípios de tolerância, de respeito pelos direitos individuais, que já ali eram comuns”. A experiência, porém, remodelou-lhe o entendimento e “foi este o período da sua existência mais fecundo da sua individualidade de estadista” (AZEVEDO, 1922, p. 10-11).

Como haveria de notar, as relações diplomáticas anglo-portuguesas caracterizavam-se, em grande medida, pela tergiversação – prática que não se restringia à diplomacia inglesa. A apresentação de pretextos dos mais variados para tardar – quando não para frustrar – o atendimento das solicitações de Portugal fora a regra. Em Londres, Carvalho e Melo disso logo se apercebeu quando buscou tratar da violação de soberania praticada por embarcações inglesas, que apresavam navios castelhanos em águas portuguesas, provocando vários inconvenientes a pretendida neutralidade em que este país desejava manter-se. Apesar de repetidas reclamações que apresentou, o governo britânico valia-se de “subterfúgios”, com os quais “ia dilatando as resoluções, e protraíndo a satisfação que de boa-fé não poderia recusar (AZEVEDO, 1922, p. 13).

Encontravam-se em estado de beligerância a Inglaterra e a Espanha – desde 1738 – e Portugal esforçava-se para permanecer neutro. A Inglaterra, entretanto, buscava aliciá-lo, por meio de vagas promessas de lhe garantir a posse do território disputado na região do Prata. A elas rejeitou, julgando ser mais vantajoso manter-se alheio à contenda, pois, na ocasião de uma invasão à metrópole, além de terem o exército despreparado, o auxílio inglês era não só “incerto” como também, se concedido, “insignificante”, como prévias experiências já o tinham demonstrado. Embora Portugal se mostrasse irredutível nesse intento, a Inglaterra desrespeitava sua posição, praticando violações, que geravam queixas constantes do lado espanhol (AZEVEDO, 1992, p. 13-15).

Ressalte-se, entretanto, que os apresamentos de embarcações não provinham unicamente do lado inglês. Os espanhóis, também, recorriam a esse estratagema. De acordo com Richmond (1920, p. 4), a quantidade de navios capturados pela Espanha em dezembro de 1737 somava 52 (cinquenta e dois), o que levou os comerciantes das Índias Ocidentais a peticionar ao rei por providências. Ademais, o próprio termo que seria usado para se referir à guerra entre a Inglaterra e a Espanha, situada entre os anos de 1739 e 1748, *War of Jenkins' ear*, – ou Guerra da Orelha de Jenkins – originou-se de um incidente envolvendo uma embarcação saída da Jamaica, à época sob o domínio inglês, rumo à Inglaterra. Depois de sua captura por um corsário espanhol chamado Fandino, o comandante da embarcação, o capitão galês Jenkins fora maltratado, tendo uma de suas orelhas cortadas.

Os apresamentos, dessa maneira, faziam parte de uma estratégia empregada por ambas as potências beligerantes. Além disso, diante da impossibilidade de invasão das respectivas metrópoles, o conflito se deu na periferia, isto é, nas regiões sob o domínio dessas coroas cuja perda significasse algum enfraquecimento para as nações em litígio. A Espanha, para tentar manter o mar livre para seu comércio, ameaçava atacar importantes territórios britânicos, como Gibraltar e Minorca. A Grã-Bretanha, por sua vez, sabendo que a força espanhola provinha de seu comércio com suas colônias, buscava interrompê-lo de todas as formas, entre as quais estavam a interceptação e a captura dos navios envolvidos, o que nem sempre ocorria em mar aberto. Os esforços ingleses, portanto, foram dirigidos à descontinuação do intercâmbio comercial espanhol com seus territórios (RICHMOND, 1920, p. 15).

No que se refere à questão da região do Prata, de acordo com Cortesão (1950, p. 167-177), a situação há muito se tornara um espinho na carne para Portugal. Do lado espanhol, “o estuário do Prata representava uma porta escancarada sobre o Peru argentífero”. Além disso, acreditava-se ser a retirada dos portugueses da redondeza de fundamental importância para a segurança dos territórios sob o domínio espanhol. Do lado português, por sua vez, havia relutância em perder uma possessão que, embora não fosse tão indispensável à coroa portuguesa quanto o era à espanhola, mexia com a vaidade nacional, visto que sua perda era considerada por alguns – incluindo o futuro marquês de Pombal – “uma ofensa irreparável ao brio nacional” e uma “mutilação” do que deveria ser o território do Brasil. Nesse sentido, se para os espanhóis o controle da sobredita região era uma questão de vida ou morte, para os portugueses – a bem dizer, para alguns deles – era uma questão

de honra. Esse litígio fez parte do pano de fundo que compôs o palco no qual se desenrolaram as tensões entre as duas coroas ibéricas e seus respectivos aliados.

De volta à estratégia inglesa de ataque à navegação espanhola, o livro em tela dá conta de que as agressões eram numerosas. A perseguição, apresamento e mesmo destruição de embarcações castelhanas se davam na costa portuguesa, a despeito dos “signaes, e até os tiros dos fortes”, tamanha era ousadia dos capitães ingleses, que chegavam a “buscar as presas acolhidas á protecção das baterias da costa” (AZEVEDO, 1992, p. 15). Além disso, praticavam o comércio clandestino, atracavam onde era proibido a estrangeiros e praticavam todo o tipo de hostilidade a quem lhe tentasse impedir, incluindo portugueses.

Os protestos de Lisboa eram persistentes. As repostas dos ingleses, vagas e insatisfatórias. Nesse assunto, no relato azevediano, o enviado português é descrito como alguém comprometido em obter medidas mais substanciais ou “positivas”, como se expressa seu biógrafo, não se contentando com os pretextos oferecidos pela chancelaria britânica. Em certa ocasião, quando orientado a manifestar-se “com mais energia”, chega a caracterizar os “actos dos ingleses” de “escândalo” e “insulto”, exigindo a punição dos responsáveis. Do outro lado, entretanto, o retorno eram delongas na discussão dos fatos, aproveitando os ingleses a posição em que se encontravam (AZEVEDO, 1992, p. 17-18).

Ao ler-se o relato azevediano da primeira missão do enviado português, de imediato se pode notar com que suspeição Sebastião José lidava com as justificativas emitidas pela coroa inglesa para suas solicitações. Estando as forças portuguesas em perigo na Índia, quando da tomada da ilha de Salsete pelos Maratas, já referida anteriormente, coube-lhe recorrer ao socorro militar da Inglaterra. Esta, entretanto, respondeu-lhe afirmando que, para que assim se fizesse, era preciso a aprovação da Companhia das Índias, que, por sua vez, relutava. Apesar dos pretextos apresentados, Carvalho “julgava penetrar os motivos da reluctancia”, os quais, dizia, resumiam-se ao “receio, por parte da Companhia, dos contrabandos” que seriam transportados pelos navios de guerra e a “esperança” que esta mantinha de ver os portugueses “expulsos da Índia” (AZEVEDO, 1922, p. 14). Por isso, os portugueses não obtiveram o auxílio reclamado e tiveram de recorrer a recursos próprios para enviar reforço.

Havia, também, outra questão – atrás mencionada – que demandava resolução e era, como coloca o historiador, o “assunto mais delicado e importante da missão de Carvalho na corte britannica”: a posse do território litigioso da região do Prata. À época de sua enviatura, para

assegurar o direito à região, Lisboa tentava negociar, ao mesmo tempo, em Paris, Madri e Londres. Apesar de antigo aliado, a notícia de que a Inglaterra preparava-se para atacar a Espanha em suas possessões na América meridional provocou apreensões em Carvalho, bem como em Portugal, pois acreditava ser possível perder o território em disputa, sendo este conquistado pela Inglaterra (AZEVEDO, 1922, p. 19-20).

É sabido que foram cientificados de tais suspeitas o seu tio, então Secretário de Estado, e D. Luís da Cunha, o qual, em resposta, escrevia que já se havia dado parte à corte de Paris e de Madri acerca dos preparativos da referida expedição. Na ocasião, este último teria dito que “vizinhos por vizinhos, os menos poderosos no mar são os menos maus”, relevando sua preferência pelos espanhóis aos ingleses, embora fosse “profundamente anti-castelhano” (CORTESÃO, 1950, p. 236). Ao que parece, então, Sebastião não era o único a duvidar dos intentos do aliado português.

Razões parecia haver para desconfiança acerca das reais intenções da Inglaterra, visto que já se conheciam “a avidez dos seus mercadores, que dominavam os governantes” e a “dobleza da sua política”. O enviado português, pois, não se contentava com promessas e sugestões oficiosas, como a do duque de Newcastle – na posição de regente – que “certificava num despacho as boas intenções do rei”, concluindo “não existir o menor fundamento para as inquietações do gabinete português”, ao mesmo tempo em que acabara o governo de conceder autorização aos particulares para, por conta própria e risco, empreenderem conquistas em territórios castelhanos onde quer que existissem (AZEVEDO, 1922, p. 20-21).

Contrariamente a Azevedo, que dizia ser, por vezes, exagerado o temor de Carvalho em relação à ameaça inglesa, Cortesão (1950, p. 236-238) afirma ter havido fundamentos consistentes para tal apreensão, inclusive no que se refere à participação dos judeus na formação do plano para a criação de uma Companhia para o Rio de São Pedro. Em correspondência ao Secretário de Estado Marco Antônio de Azevedo Coutinho, datada de 24 de janeiro de 1740, o enviado português relatava seu receio de que os ingleses enviassem uma expedição para o Rio da Prata e de que o referido plano da companhia do judeu João da Costa encontrasse apoio. Em 1741, ele voltaria a falar sobre os planos judeus e, segundo esse mesmo autor, sua insistência não era exagerada.

Para Carvalho, segundo seu biógrafo, as intenções inglesas em relação à região sul do Brasil punham em xeque, além do território a cuja posse Portugal aspirava, os domínios que este já possuía. “Com o ciúme, que sempre manteve, de reservar aos nacionaes o commercio das possessões portuguesas, temia-se de vel-o arruinado pelo contrabando, em tal caso, a seu ver,

inevitável” (AZEVEDO, 1922, p. 22). Com efeito, atividades ilícitas já se davam, há um bom tempo, entre a colônia portuguesa e a metrópole e desta para a Inglaterra, principalmente através da participação inglesa, como se via no contrabando do ouro. Em que pese a proibição oficial de exportação desse metal que chegava a Portugal – em vigor desde o início do século XIV – uma vasta quantidade desse metal evadia-se do país através de embarcações navais inglesas ou dos chamados *packet boats*, com a conivência de autoridades portuguesas. Acredita-se que parcela significativa do ouro brasileiro tenha sido clandestinamente transportado para Inglaterra dessa maneira (DISNEY, 2009, p. 254).

Incumbido estava também Carvalho de buscar um acordo para a interrupção da suspensão do fornecimento do trigo para Portugal, que começava a sentir seus efeitos. A proibição fora imposta por ocasião da guerra com a Espanha, que, juntamente com a França, eram consumidoras do cereal, que importavam, em grande medida, da Inglaterra. A dependência portuguesa de cereais importados, sobretudo os ingleses, no século XVIII, foi crescente. A título de exemplo, no entorno de 1730, o aumento nas importações de trigo fora de 84 (oitenta e quatro) por cento e, em finais do século, três quartos do fornecimento de trigo para Lisboa era de origem estrangeira (DISNEY, 2009, p. 258).

Em Portugal, portanto, a situação era preocupante. Aliada ao agravo imposto pela sobredita proibição, a colheita não havia atendido às expectativas de modo que os preços desse gênero subiram de tal maneira que “bandos de ladrões de vinte e três e trinta homens armados andavam pelas ruas de noite, assaltando as casas dos fidalgos”, razão pela qual o rei D. João V dava ordens a Carvalho para que insistisse em que Portugal ficasse fora do alcance da interdição. As respostas foram insatisfatórias. Lord Tirawley, o enviado extraordinário da Inglaterra, assegurou ao referido rei o governo inglês “logo que as circunstâncias o permitissem revogaria em favor dos portugueses a proibição, que tinha publicado sobre a saída do trigo de seus reinos” (SANTARÉM, 1860, p. 341-342).

Havia, entretanto, uma cláusula na referida proibição por meio da qual a coroa poderia autorizar a exportação e dela o enviado português “tentou aproveitar-se, para não faltarem no reino os supprimentos”. Aqui, uma vez mais, conforme se verifica no relato azevediano, teve o diplomata ocasião de formar – ou confirmar, talvez fosse mais preciso dizer – seu juízo acerca dos ingleses. Seu pedido para que Portugal fosse excetuado da vedação foi declinado sob a justificativa de que,

permitindo a Inglaterra a saída do trigo para os portos portugueses, este passaria – por meios ilícitos – para seus inimigos (AZEVEDO, 1922, p. 24-25).

O ministro inglês, assim como outros membros do seu gabinete, tinha pouca confiança em seus “compatriotas”, os quais, havendo oportunidade de lucro, sacrificariam o “patriotismo”. Dessa visão partilhava Carvalho e Melo, para quem “os mercadores ingleses” mostravam-se “amantes da pátria” enquanto lhes fosse conveniente. Abandonavam, entretanto, tal virtude, logo que a pudessem trocar com o retorno de qualquer interesse (AZEVEDO, 1922, p. 25).

Disso teria mais evidências quando, em casa de Robert Walpole, este lhe participou uma carta na qual se contava que navios ingleses, sob o pretexto de transportar trigo para outras províncias do reino – visto que tal transporte a proibição não alcançava –, levavam-no para a França. Daí a necessidade, dizia Walpole, de manter a vedação sem o que não só os mercadores ingleses como também “uma grande parte dos que compõem a Bolsa de Londres, exauririam a Inglaterra de mantimentos” para, em seguida, “fazerem segundo transporte, de Portugal a França e Hespanha” e tudo “pela ambição do lucro, sem reparar nas outras consequências” (AZEVEDO, 1922, p. 25).

Em meio a complexa negociação para resolução desse e de outros problemas, ocorriam, como mostra o texto de Azevedo, atos de violência entre a população de ambos os lados o que, em certa medida, espelhava em que pé estavam as relações diplomáticas entre as duas nações. Carvalho não só estava sensível a tal situação, como teve de administrá-la. Do lado inglês partiam reclamações do cônsul da Grã-Bretanha no Porto, segundo o qual “seus compatriotas” eram hostilizados “nas ruas pelo vulgacho, com brados de –*fôra os hereges!*”. Marinheiros portugueses, em contrapartida, informava o representante português, “não podiam sahir dos navios, em botes, pelo Tamisa [*River Thames*], sem o risco de serem em terra apedrejados” (AZEVEDO, 1922, p. 26).

Se tais arroubos de anglofobia em Lisboa jamais passaram despercebidos ao olhar do cônsul inglês, a lusofobia, que com alguma frequência se fazia ver em terra inglesas, também não escapava à percepção do enviado português, o qual, em certa feita, participava a Marco Antônio os rumores que corriam acerca dos portugueses. Em sua correspondência, afirmava que, para eles [os ingleses], “os portugueses não teem aqui o que fazer, que vão para sua terra, porque nesta indevidamente comem o pão, e bebem a cerveja, que toca aos ingleses”. Era desse “formulário comum contra os portugueses” que se originavam frequentes hostilidades aos “homens do mar”, que

costumeiramente eram apedrejados pela população ribeirinha de Londres (AZEVEDO, 1922, p. 26).

De alguma maneira, tais acontecimentos refletiam na ação de Carvalho na embaixada. A impressão que se pode formar a partir do relato de Azevedo é a de que o enviado português mostrava-se persistente e, em certas ocasiões, incisivo nas suas reclamações, levando o Almirantado a assinalar a repetição e o uso de termos que chamou de “demasiadamente fortes” em seus memoriais. As relações entre Carvalho e Walpole chegariam ao ápice, quando o primeiro ameaçou romper com Inglaterra, insinuando que aceitaria a proposta de uma aliança com a Espanha, sob a proteção da França. No entanto, quando o movimento parecia promissor, Walpole é tirado do ministério e seus sucessores desacreditavam que Portugal viesse a tomar “uma resolução tão ousada”. Em 1742, cansado das delongas com que se haviam estorvados os negócios de que lhe incumbia cuidar, e com o intuito de tratar do projeto da criação de uma companhia, solicitou licença para retornar a Lisboa (AZEVEDO, 1922, p. 26-28).

Os ingleses sob a ótica de Carvalho na obra de Azevedo: simpatia e aversão

Carvalho também estava encarregado, enquanto esteve em Londres, de assegurar que o governo britânico observasse fielmente os tratados firmados, especialmente no que respeitava ao comércio e aos direitos dos súditos, com vistas a buscar o equilíbrio entre as vantagens por eles asseguradas. É nessa ocasião que produziu um documento – *Relação dos gravames do commercio e vassallos de Portugal e Inglaterra* –, no qual, conforme a descrição de seu biógrafo, “em muitas partes se revela a parcialidade de quem votava aos ingleses, politicamente, a mais forte antipathia” (AZEVEDO, 1922, p. 29).

Apesar de inacabada, a *Relação dos gravames* é um texto bem estruturado e apresenta suas teses econômicas de forma sistematizada, como o resultado de inquéritos e averiguações. Após expor os “Motivos da obra”, que se justificam pela importância da regulamentação do comércio para qualquer nação, o autor faz um “Juízo geral do commercio de ambos os reynos”, no qual, com base na análise dos tratados firmados entre os dois países, busca mostrar como Portugal sustenta todo o peso das convenções, que se tornaram muito onerosas, enquanto a Inglaterra, tendo pouco ou nenhum encargo, recolhe delas todo o proveito (OLIVEIRA, 2014, p. 167-168).

“O inglês imagina, por prevenção innata”, escrevia Carvalho nesse documento, “que nasceu para ser senhor dos cabedades do mundo”; que a habilidade e capacidade para possuir riquezas devia-se ao “ser bretão” e que, por isso, “lhes andam usurpadas aquellas que possui qualquer outra nação”; pela mesma razão, quando “vexam a um estrangeiro, para lhe extorquirem o cabedal, ou divertirem o lucro que devia ter, não é isto um roubo que commettem, mas uma reivindicação”, uma vez que “se restituem do que lhes pertence”. No mesmo escrito, tem-se a ótica sob a qual a influência inglesa era concebida pelo diplomata português. Não lhe agradavam as imunidades de que gozavam, as quais incluíam “dispensa de impostos”, “foro privativo” e a “licença para andarem armados”, nem o controle que exerciam sobre o comércio no qual, dizia, “todo dinheiro que gira” lhes pertencia (AZEVEDO, 1922, p. 29-31).

A presença inglesa, entretanto, não era de todo ruim nem a “antipathia” que votava Carvalho aos nacionais daquele país, como observou seu biógrafo, impedimento para com eles se relacionar, especialmente para fins comerciais, desde que daí se tirasse algum proveito para seu país. A certa altura no seu posto em Londres, teve ele oportunidade de conhecer o inglês Cleland, ex-funcionário da Companhia das Índias, de cujo contato nasceu o projeto de criação de uma companhia, ao qual, desde então, passou a dedicar-se, embora não o tenha podido levar a cabo antes de iniciar sua atuação como ministro de estado. Reconhecia ele, em um memorial enviado a Lisboa, que, no que tangia à gestão de companhias, “os ingleses” eram “ultimamente os mais exímios” e que “com elles teem ido aprender as outras nações” e que, por essa razão, “o concurso espontaneamente offerecido por Cleland se devia aproveitar” (AZEVEDO, 1922, p. 32-35).

Na descrição que faz Azevedo sobre o que pensava Carvalho a respeito do sistema de governo inglês, tem-se outro vislumbre sobre a noção que este fazia daquele povo. Achava a França com suas máximas de governo – cujos estadistas tomava por modelo – “incomparavelmente superior a este paiz de odiosa democracia”. Reconhecia, porém, alguns méritos, tais como a intelligencia e atividade do character bretão”, “o espirito de iniciativa fecunda”, para quem não havia empresa demasiadamente difícil. No entanto, “Sede de ganho”, de “conquistas”, “cobiça insaciável”, “tenacidade” talvez fossem as palavras que mais marcaram a representação de Carvalho em relação àquele povo, que tanto sucesso obtivera no comércio (AZEVEDO, 1922, p. 38).

Não seria exagerado afirmar, com base no que se tem dito até aqui, que, através do relato de seus contatos com os ingleses na obra em comento, surge a figura de um Pombal que

constantemente nutria desconfiança pela Inglaterra, a despeito dos tratados firmados, e do que, em certas ocasiões, expressava em correspondências diplomáticas, especialmente quando buscava retorno a alguma solicitação. Enquanto esteve ministro de D. José I, sua “antipathia” aos ingleses, conforme Azevedo, parece jamais tê-lo deixado. Muito ao contrário, é razoável dizer que esta tenha concorrido, aliada a outros motivos, para muitas das medidas que tomou em relação àquele país. Apesar disso, não foi ela suficiente para fazer que o ministro prescindisse da antiga aliança, que, há muito, era a causa de numerosos atritos.

A anglofobia parecia encontrar-se, também, nas camadas menos abastadas e mais religiosas de Lisboa, para quem a presença desses estrangeiros, que abundavam no reino, com sua “arrogância e o viver faustoso”, “magoava o sentimento nacional”. Pombal, em certa medida, participava dessa visão e buscou como pôde se opor ao domínio que exerciam sobre os negócios. Todavia, no relato de Azevedo, a despeito das resistências, Pombal foi “propugnador da amizade britannica, e decidido cultor d'ella, por onerosa que às vezes a considerasse”. Sua política intentou “a todo o custo” manter “a protecção da' Inglaterra”, “ao mesmo tempo” em que procurava “emancipar-se da tutela commercial, e coarctar o que havia e exagerado nas regalias de que gozavam os súbditos da nação amiga” (AZEVEDO, 1922, p. 210-211).

Entre os atritos com que teve de lidar Pombal durante a sua governação estavam aqueles atinentes à violação de leis portuguesas, as quais eram desrespeitadas pelos ingleses caso lhes prejudicassem os interesses. Assim procediam em relação à proibição de exportação do ouro. Não obstante a vedação imposta pela lei, os ingleses exportavam quantia significativa de ouro para a Inglaterra anualmente e, quando se realizavam “prisões” pelas autoridades portuguesas, seguia-se a reclamação do embaixador “e os rigores da lei cediam às conveniências da aliança”. Ocorria que “o governo ou cerrava os olhos às violações, ou capitulava deixando impunes os infractores” (AZEVEDO, 1922, p. 212).

Na descrição da aliança inglesa (no capítulo VIII), Azevedo mostra um Pombal que alimentava suspeitas não somente em relação aos franceses e espanhóis, mas também aos ingleses. No que respeita aos primeiros, vivia em constante temor de que invadissem as possessões portuguesas na América, apesar de ambos os países, por meio de seus representantes, afirmarem o contrário. No tocante à Inglaterra, além de conhecer a sua relutância em acudir Portugal em momentos de tensão, não se sentia à vontade em obter ajuda se esta significasse o envio de tropas

inglesas para suas terras de além-mar. Buscava, portanto, conseguir apoio, mas sem risco aos negócios portugueses.

Tem-se uma mostra de sua habilidade como negociador nos trechos em que Azevedo descreve os artifícios de que lançou mão para demover a Inglaterra de sua posição inercial. Seu plano de ação abrangia desde o envio de representantes de seu gabinete com a missão de convencer a coroa inglesa de que o atendimento aos pedidos de Portugal concorria para a promoção dos interesses ingleses à utilização de qualquer ocasião para dar prova do comprometimento português aos tratados firmados, como foi o caso com o suposto alvoroço em Lisboa que, segundo o ministro de D. José I, colocaria em grave risco os súditos ingleses que habitavam aquele distrito.

Embora seja possível dizer que, em certos momentos, procurou aproximar-se dos ingleses, trazendo à memória os tratados outrora firmados entre os dois países, tolerando, por vezes, os danos que deles se originavam, o que salta aos olhos são a suspeição, a inquietação, a cautela e, não raro, a antipatia que permeavam tais relações. Quanto mais poderosa tornava-se a Inglaterra tanto mais sagacidade se exigia para com ela lidar.

Cumprir dizer, ainda, que, nas representações de Azevedo, estava sempre atento o futuro ministro à inveja que, segundo supunha, havia entre os ingleses com relação ao Brasil. Não se pode dizer que fora ingênuo. Desde a sua estada como enviado extraordinário, percebeu que as relações entre as duas nações se deviam mais aos proveitos que dela podia tirar a Inglaterra do que à amizade desinteressada ou à afinidade de ideias. De fato, lá aprendeu muito, mas só aplicou o que lhe convinha, para os fins que pretendia atingir. Da Inglaterra admirou mais as conquistas do que o meio pelo qual foram alcançadas. Em linhas gerais, é assim que emerge esse personagem no texto exposto.

De acordo com Falcon (1982, p. 221), em *A Época Pombalina*, o texto de Azevedo é um dos mais importantes estudos produzidos sobre Pombal durante a primeira metade do século XX. Observa, ainda, que, não obstante sua tentativa de fazer “um balanço documentado e imparcial”, seu autor “não esconde... sua antipatia pela pessoa do Marquês, bem como sua crítica irônica a muitos dos lugares-comuns a respeito das realizações daquele ministro”. Além disso, coloca como pontos norteadores da ação pombalina a luta contra os jesuítas e as relações com o antigo aliado: a Inglaterra. Com efeito, como demonstram alguns dos trechos citados anteriormente, prevalece a ótica negativa na interpretação atribuída a muitos dos atos praticados por ele.

É preciso, entretanto, contrapor o relato azevediano a outros para que se possam ouvir as assonâncias e dissonâncias, se as houver.

Pombal como hábil estrategista: mantendo-se as aparências para minar o inimigo

Outro texto biográfico a cujo teor é oportuno aludir é o de José Veríssimo Serrão (1925-2020). Também escrito com base em uma rica documentação, a obra veio a público em 1982, por ocasião do 2º centenário da morte do Marquês de Pombal e com patrocínio das Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal. Entre os seus objetivos, conforme explicitado em seu prefácio, estava o de “relembrar uma figura que se liga intimamente” aos locais de cujas câmaras municipais partiu a iniciativa. Pela própria razão que lhe deu origem, é de se esperar que tivesse tom apologético e, em alguns trechos, é mesmo possível identificar essa tendência. Sua abordagem, entretanto, serve aos propósitos aqui estabelecidos na medida em que nele também se podem encontrar trechos que descrevem os contatos que manteve Carvalho e Melo com a Inglaterra.

A primeira observação que convém fazer é a de que, contraposto ao de Azevedo, o texto tem continuidades. Além de mencionar, em alguns momentos, os mesmos excertos de que aquele também fez uso, é possível notar a repetição de uma visão ou compreensão da atuação de Carvalho e Melo em momentos específicos. O período em que ele esteve na embaixada em Londres, por exemplo, é tratado no segundo capítulo e, com algumas exceções, mencionam-se – com novo palavreado – os mesmos pontos expostos no primeiro texto comentado.

Acerca do pedido de socorro que devia o enviado português solicitar à coroa inglesa, menciona-se a política dúbia da Companhia das Índias Orientais, que “por um lado simulava ajudar o governo de Goa com armas e munições, mas por outro não queria abrir conflito com os Maratas”. O engajamento de Carvalho para a obtenção do apoio militar solicitado ao ministro Walpole e a forma como este “foi dilatando a resposta”, “dando tempo para que os britânicos consolidassem os seus espaços de comércio”, e forçando a que D. João V agisse com os recursos de que dispunha. E, enquanto discorre sobre isso, nota-se a recorrência da visão de que Carvalho esteve sempre empenhado em obter resultados, como quando escreve que “ainda que não alcançasse qualquer

fruto da negociação, o Enviado foi sempre *enérgico* nas suas diligências” (SERRÃO, 1982, p. 33, grifo nosso).

Em seguida, alude-se à falta de reciprocidade nas vantagens garantidas pelos tratados entre os dois países, ocasião em que se mencionam os inconvenientes ocorridos no comércio, do qual os ingleses tiravam sempre maior proveito e na navegação com os apresamentos de navios estrangeiros, atos que violavam a soberania portuguesa. A esse respeito, há um trecho que ilustra bem a atitude de Carvalho frente a um pedido que julgou abusivo pela corte londrina. Há pouco chegado da Inglaterra, foi chamado por D. João V para dar um parecer sobre uma solicitação do governo inglês, cujo objeto era a extradição de ingleses que haviam praticado crimes em águas portuguesas para serem julgados na Inglaterra.

A sua resposta foi a de que “desde o tempo dos Gregos, e Romanos athe o presente sempre os Estrangeiros foram processados, e punidos pelos Magistrados do lugar onde delinquiram e contra o qual puzeram violencias” ao que acrescentava “porque os taes crimes não são de qualquer sorte, mas antes Crimes taes que offendem os princípios do Direito natural e das gentes”, além de trazerem prejuízo ao repouso e bem comum do país. Os crimes a que se referia eram a captura de navios estrangeiros nos portos do reino por navios ingleses que se dissimulavam com a bandeira portuguesa (SERRÃO, 1982, p. 40-41).

A censura de Sebastião José dirigida aos privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal é narrada, também, no texto de Azevedo, segundo quem os súditos da coroa britânica, os quais dominavam quase todo o comércio, possuíam “imunidades notáveis”, entre as quais menciona a dispensa de impostos, o foro privativo e a autorização para portarem armas, inclusive em locais onde esse direito era negado aos nacionais (AZEVEDO, 1922, p. 31). Sua opinião sobre o controle que aqueles exerciam no comércio interno era igualmente desfavorável, uma vez que prejudicava os mercadores nacionais. Ademais, não havia simetria entre os privilégios concedidos aos ingleses em Portugal e os direitos que se deviam assegurar aos portugueses na Inglaterra.

Ainda acerca da falta de reciprocidade, o enviado extraordinário a Londres teve numerosos sinais de que os tratados firmados entre as duas nações só se faziam valer quando os interesses portugueses – sobretudo os comerciais - coincidiam com os do seu aliado. Não sendo este o caso, este recorria aos mais variados artifícios para que as solicitações de coroa portuguesa fossem negadas. Além disso, já durante sua estada na Inglaterra, Carvalho e Melo pôde observar a animosidade com que eram vistos os mercadores portugueses por boa parte dos ingleses, como

revela sua carta a Azevedo Coutinho, em novembro de 1741, na qual escrevia que os ingleses achavam que os portugueses não tinham lá o que fazer, “que vão para a sua terra, porque nesta indevidamente comem o pão, e bebem a cerveja, que toca aos ingleses”. Isto pensavam não só “homens do mar” como também o “povo miúdo da ribeira de Londres”. Mesmo as pessoas “de mais consideração”, apesar de não se juntarem na hostilização, pouco faziam para impedi-la (SERRÃO, 1982, p. 34).

Trata-se da mesma citação que é feita por Azevedo acerca do tratamento dispensado aos “homens de mar” – como eram chamados – de origem portuguesa. Repete-se, também, a glosa. Além disso, a argúcia atribuída à figura de Pombal no texto de Azevedo também se faz ver nas páginas de Serrão. Estimava a aliança inglesa, mas não a qualquer preço. Estava ciente de que algo necessitava de ser feito para que Portugal pudesse tirar melhor proveito dos tratados firmados, entendimento que se tornou ainda mais evidente quando de sua estada em Londres, período em que, além de pleitear as demandas da corte lisboeta, dedicou-se à investigação das razões que concorreram para a decadência econômica de seu país, como escreveu em suas correspondências.

É possível dizer, ainda, como já sinalizado anteriormente, que a sua percepção dos ingleses oscilava entre dois extremos: o da anglofobia e o da anglofilia, sendo o primeiro aquele que mais se manifestou em suas correspondências e ações. Serrão (1982, p. 35) escreve, valendo-se do mesmo documento usado por Azevedo que

uma forte antipatia votava ele aos ingleses, mas sem excluir uma larga admiração pelo caráter de um povo insular que fortalecera o seu organismo comercial e ultramarino de modo a impor-se vitoriosamente aos desígnios políticos da França e da Espanha (SERRÃO, 1982, p. 35).

O que mais o atraía na Inglaterra era o seu sucesso econômico e militar. Aquilo que o aborrecia, por outro lado, – como chegou a dizer em mais de uma ocasião – era a arrogância com que se portavam os nacionais daquele país e o tratamento recebido por Portugal nos negócios em que estava implicado, quase sempre aquém do que este esperava na condição de aliado.

Não obstante o ressentimento, conforme Serrão (1982, p. 114-115), Pombal reconhecia que, embora altamente dispendiosa para Portugal, a aliança inglesa era “condição essencial” de sua independência política. Este fato estava demonstrado pela história nacional. Nas “horas incertas do Reino foi a Inglaterra o único sustentáculo” da coroa. Entre os marcos históricos estavam o apoio

da rainha Isabel, em 1581, à causa do Prior do Crato; a renovação do tratado de aliança, em 1661, que tornou possível a Restauração; e o apoio durante a Guerra de Sucessão da Espanha.

Apesar disso, o autor do texto em comento parece concordar que a ação de Pombal, quando ministro, objetivava equilibrar as relações mantidas com os ingleses, uma vez que acreditava ser a aliança de grande relevância para ambas as nações, não somente para os portugueses. Para dizer de outra maneira, ele atuou no sentido de mostrar à Inglaterra que ela carecia tanto do apoio português quanto este do inglês. Isso porque os portos e a economia do Ultramar portugueses contribuíam decisivamente para a manutenção do poderio britânico. Por essa razão, orientavam-se os diplomatas em Londres a provarem que o cumprimento dos tratados servia a interesses recíprocos (SERRÃO, 1982, p. 115).

A busca pelo equilíbrio deu-se de modo sutil. É sob essa perspectiva que a atuação de Pombal é descrita em *O marquês de Pombal* (1996), de Kenneth Maxwell, outra obra em que se pode ver a maneira pela qual este ministro procurou lidar com a Inglaterra. O próprio plano econômico para o restabelecimento do domínio português sobre suas riquezas teve como referência a Grã-Bretanha, da qual buscou aplicar várias técnicas à realidade portuguesa, mas sempre sem deixar transparecer que intentava retomar as áreas controladas pelos ingleses. A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, é representativa das ações que visavam, de modo sutil, à diminuição da influência britânica no comércio colonial, uma vez que trazia para as mãos dos comerciantes portugueses as transações comerciais que, outrora, eram dominadas por estrangeiros.

É relevante observar que, assim como no texto de Serrão e Azevedo, repete-se, em Maxwell, a ideia de que Pombal, embora ciente dos prejuízos que, por vezes, a aliança anglo-portuguesa gerava, reconhecia a necessidade de sua manutenção para a promoção dos interesses portugueses. Há, portanto, uma continuidade no que se refere à compreensão da atuação daquele ministro no atine à respectiva aliança. É em virtude da importância a esta atribuída que buscou equilibrá-la por meios que não colocassem em risco a sua existência.

Segundo Maxwell (1996, p. 88), “a companhia monopolista pombalina pretendia alcançar vários objectivos, nem todos explícitos”. No que dizia respeito ao comércio colonial, “o principal objectivo era diminuir a influência britânica, mas os métodos empregados para o conseguir eram subtis, pragmáticos e disfarçados por subterfúgios”. Isto era necessário porque as relações entre os dois países estavam amarradas por “tratados que, por razões políticas e de segurança, o Governo

português desejava manter”. A saída encontrada para fazer frente à tal influência sem incorrer em direta violação dos tratados era a “a utilização de diversas técnicas, em Portugal metropolitano e nas colónias, que retirasse aos estrangeiros vantagens económicas obtidas por concessão do Estado e as entregasse a grupos de comerciantes portugueses”.

Nesse sentido, segundo este mesmo autor, sua decisão de iniciar o processo através da Amazónia consistiu em uma “manobra muito inteligente”, pois

Só para o fim da década é que os Britânicos se aperceberam da ameaça que pairava sobre os seus interesses, enquanto em Viena Silva-Tarouca mostrava todo o entusiasmo pela subtileza das medidas pombalinas. Este era precisamente o tipo de disposição que ele apreciava, assim envoltas na camuflagem que ele sempre recomendara para disfarçar as mudanças da política governamental (MAXWELL, 1996, p. 80).

Com efeito, a criação da referida companhia, acompanhada da expulsão dos mercadores itinerantes, embora se configurasse à primeira vista como uma medida de alcance local, provou ser capaz de produzir efeitos para além do âmbito colonial. A razão estava no fato de que a concessão de privilégios e proteção aos portugueses pudesse reabilitar as casas comerciais para competir de maneira mais efetiva com os ingleses no comércio global e interno. Serviu, portanto, para “minar indiretamente” os interesses ingleses, porém, de tal modo que não desse ocasião para que estes convencessem seu governo a intervir, visto que lhes faltava justa causa (MAXWELL, 1996, p. 79).

Em relação aos indivíduos que praticavam o comércio, sabe-se que os comerciantes itinerantes, ou comissários volantes estavam associados a atividades ilegais e possuíam ligações com mercadores britânicos para quem realizavam o comércio com o Brasil, uma vez que aos estrangeiros era proibido o comércio direto com as colónias portuguesas, por força do exclusivo colonial, embora, na prática, as transações clandestinas fizessem parte do mundo colonial lusófono (PIJNING, 2001, p. 399-408). Esse problema, portanto, não era novidade. Na realidade, ele já havia sido apontado por Sebastião José na *Relação dos Gravames*. O inconveniente encontrava-se descrito na seção em que eram abordados os prejuízos causados aos portugueses, que resultavam da política britânica, os quais foram assim sintetizados por Francisco José Calazans Falcon:

os comissários levaram para fora do Reino o ouro que resultou dos seus ganhos à custa dos comerciantes e armadores lusos, na medida em que eles se apropriaram dos fretes e seguros, obtiveram lucros como fornecedores e também como compradores dos produtos locais, financiando assim e dominando a produção agrícola, impedindo por todos os meios a construção de navios em Portugal, e, em suma, especulando tanto em Lisboa quanto em

Londres com o sacrifício da pobreza dos lavradores e comerciantes nacionais, com reflexos até mesmo no tráfico da metrópole com as colônias (FALCON, 2005, p. 19).

Outra medida tomada por Pombal foi a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, por meio da qual se buscou a estabilização dos preços do produto e as condições do mercado, eliminando a concorrência dos pequenos produtores e fomentando a participação dos grandes proprietários com a criação de um monopólio. Segundo Maxwell (1996, p.83), não se intentava impedir o acesso britânico a este mercado. O objetivo da medida era o de “proteger os empresários agrícolas e assegurar mercados e preços estáveis”, mesmo porque, com a manipulação das tarifas, o produto português tinha boa entrada no mercado inglês. Daí não haver necessidade – além de não ser de bom alvitre – excluir os ingleses de maneira direta.

Sendo assim, foi possível “manter as aparências” de modo que nem a criação da Companhia do Grão-Pará tampouco a do Douro pareceram ameaçar abertamente o “poderio da economia britânica em Portugal”, já que não havia violação direta aos tratados que versavam sobre as relações econômicas entre os dois países, de sorte que Pombal “conseguiu durante algum tempo esconder dos Britânicos o alcance total destas medidas” (MAXWELL, 1996, p. 83).

No texto de Maxwell, assim como nos demais que se mencionaram até agora, Pombal é representado como um hábil estrategista, mas não só isso. Suas suspeições em relação à pretensão dos ingleses em relação ao Brasil e ao seu suposto conluio com os jesuítas também compõem o quadro apresentado por este autor. Na realidade, aqui elas aparecem intensificadas e, na opinião do autor, algo infundadas. Maxwell (1996, p. 143) escreve que

As relações de Pombal com a Grã-Bretanha tinham sido caracterizadas por uma boa dose de subterfúgios, mas imputar aos Ingleses uma dissimulação do mesmo nível nas suas relações com Portugal acerca do Brasil era subestimar a subtileza de que o Governo Britânico era capaz. A unidade de pontos de vista entre Britânicos e jesuítas, bem como os supostos desígnios da Grã-Bretanha sobre os territórios portugueses da América, tinham pouca razão de ser. As viagens dos capitães Byron e Cook, que tanto preocuparam o ministro português, foram motivadas tanto pelo expansionismo imperial como pelo progresso científico.

Houve, inclusive, ocasião em que o próprio governo inglês fez saber a Pombal que não tinha pretensões de se apoderar das possessões portuguesas e que, se o quisesse, fá-lo-ia com alguma facilidade, uma vez que a defesa de seus territórios era bastante deficiente, especialmente a do Brasil, como demonstrou em um relatório confidencial feito pelo seu serviço de espionagem no qual se enfatizava o “estado deplorável” em que se achavam as “fortificações que defendiam a

costa brasileira”, de modo que seria possível conquistar o Rio de Janeiro no espaço de vinte e quatro horas com o efetivo de um batalhão de infantaria (MAXWELL, 1996, p. 144).

Essa suspeição de Pombal em relação aos ingleses é dada a ver ainda nas primeiras páginas de Maxwell, quando se tecem algumas considerações sobre a estada do enviado de Lisboa a Londres. Uma de suas preocupações fundamentais na capital inglesa, comenta, fora o perigo que representava a Inglaterra aos territórios portugueses na região sul do Brasil, perigo esse, por vezes, exagerado, na opinião do autor. Acrescentem-se a isso as questões relativas às possessões portuguesas na Índia, nomeadamente a ameaça dos Maratas às ilhas de Salsete e Goa, que, em que pese a solicitação de socorro ao velho aliado pelo enviado português, a ajuda não se efetivou em razão dos obstáculos impostos pela Companhia das Índias (MAXWELL, 1996, p. 20-22).

No que se refere às suspeições de Sebastião José, Maxwell parece ser da mesma opinião que Azevedo, já que, como este, também considerava um tanto ou quanto exacerbada a preocupação do enviado português no que dizia respeito às intenções da coroa inglesa em relação aos territórios sob o domínio de Portugal nas Américas.

O apoio britânico aos portugueses na questão dos Maratas, por sua vez, mostrou-se volátil, visto que a atuação da Companhia das Índias variava conforme os avanços e reveses entre as forças beligerantes. Além do que, como era de se esperar, nunca se perdiam de vista suas pretensões comerciais, para cuja promoção sempre deveriam convergir as suas ações, razão pela qual a política britânica no subcontinente indiano em geral e no que se refere ao conflito luso-marata, em particular, pelo menos inicialmente, fora caracterizada pela neutralidade. As circunstâncias, entretanto, levaram os ingleses a prestar auxílios, embora pontuais e, por vezes, secretos, às forças portuguesas. Quando se tornou clara a impossibilidade de se opor abertamente à ameaça marata, a companhia assumiu uma postura oficialmente neutra. Foi somente após a conquista da ilha pelos maratas e depois de presentes as condições de ordem financeira e militar necessárias para fazer frente a estes que a companhia conseguiu assumir o controle da ilha, como desejava há algum tempo, pela posição estratégica que esta ocupava (NOBRE, 2015, p. 145-149).

Não obstante os insucessos sofridos por Pombal durante o período de 1739 a 1743, o destaque no texto em tela recai sobre aspectos positivos de sua viagem, entre os quais estava a obtenção de um “conhecimento notavelmente fino e pormenorizado da política britânica”, boa parte do qual proveio de seu contato com a *Royal Society* e do acervo que pôde acumular enquanto se encontrava em Londres. A variedade de escritos a que teve acesso abrangia desde textos voltados

para temáticas da economia, a exemplo de Thomas Man e William Petty, a relatórios especializados e textos de caráter técnico, com base nos quais, inclusive, irá, mais tarde, produzir relatórios sobre a situação econômica entre os dois países (MAXWELL, 1996, p. 23).

Embora o Pombal que emerge das páginas da obra em comento se mostrasse sempre cauteloso, quando não suspeito das reais intenções da Inglaterra, a ideia de que sua ação fora estritamente “nacionalizante” e “hostil à Grã-Bretanha” é, na visão de Falcon (2005, p. 15), “um pouco exagerada e um tanto anacrônica”. Seja como for, ela possui grande relevância para o compor o quadro das representações do marquês em textos de cariz biográfico, especialmente nas suas relações com os ingleses. E, conforme já se disse na abertura deste capítulo, não se pretende retificar as colocações, visões ou interpretações sobre esse personagem, mas antes identificar e descrever as representações por ele assumidas nas obras selecionadas de modo a traçar continuidades e rupturas.

Cumpramos agora algumas observações acerca dos textos apresentados. Primeiramente, não seria precipitado afirmar que as obras publicadas no transcorrer do primeiro centenário, pela sua proximidade histórica à figura que lhe serve de matéria, tendem a ser mais apaixonadas, visto que claramente tomam posição no sentido de condenar ou louvar a ação pombalina, a depender do sentimento que seus autores nutriam em relação àquela figura. No desenrolar do segundo centenário, por sua vez, embora as publicações de caráter panfletário continuassem a vir a público, é possível encontrar textos cujo objetivo central era o de produzir uma compreensão mais ampla e contextualizada da governação pombalina. São escritos informados por uma vasta documentação e, em alguns casos como o de Azevedo, resultado de um esforço investigativo pautado nos ditames do fazer histórico da época. Daí não se conclui, entretanto, que não tenham se posicionado no tocante ao significado das medidas tomadas por Pombal.

No tocante à atuação pombalina em relação aos ingleses, há dissonâncias. Enquanto, em alguns textos, constrói-se uma imagem de um indivíduo arguto, habilidoso, capaz de resistir aos abusos dos tratados entre as duas nações de maneira inteligente, em outros, enfatiza-se sua falta tino para tais negócios. Como já vimos, essas divergências estavam vinculadas ao posicionamento ideológico de seus autores. Há, por outro lado, continuidades. Uma delas se refere à representação dos ingleses e o reconhecimento de que, nas relações entre os dois países, a Inglaterra tirava maior proveito. Outro aspecto recorrentemente abordado, sobretudo nos citados textos do segundo centenário, fora a suspeição pombalina no que respeitava aos interesses da coroa britânica.

Ademais, o que os textos tanto do primeiro quanto do segundo centenários que foram cotejados colocam em evidência é a ambiguidade que sempre permeou as relações entre Pombal e os ingleses. Na realidade, os vínculos estabelecidos entre Portugal e Inglaterra têm raízes profundas, pois remontam ao período de formação da própria nação portuguesa, como já se disse em outro lugar. E, embora Pombal tenha, em certos momentos, se mostrado pouco simpático aos ingleses, a contribuição deste povo para formação de seu ideário reformista, e, por conseguinte, de sua ação política é inequívoca.

Acerca dessa contribuição inglesa, no próximo capítulo, discorreremos sobre um escritor inglês cujas ideias teriam concorrido para a formação intelectual de Sebastião José enquanto esteve em Londres e que, posteriormente, teria lhe servido para implementar as reformas, sobretudo as que tocavam à instrução pública.

3 THOMAS MUN E O SEU TEMPO (1571-1641)

Durante o seu período de permanência em Londres, como vimos apontado nos textos anteriores, Sebastião José dedicou-se a compreender as relações existentes entre Portugal e Inglaterra, e lá manteve um acervo pessoal, no qual se podiam encontrar obras de vários escritores, inclusive ingleses. Entre elas figura a de Thomas Mun, *Tresor du Commerce*, que, na versão original inglesa intitulava-se *England's Treasure by Forreign Trade*, de 1664. A edição de que dispunha, entretanto, datava de 1700 e foi publicada em Paris. Embora Barreto (1986, p. 175), na lista de títulos da biblioteca londrina de Carvalho, publicada em seu *Escritos Econômicos de Londres (1741-1742)*, somente tenha citado aquela obra, há autores que reconhecem a existência de “... livros de Thomas Mun” na “notável biblioteca” (MAXWELL, 2001, p. 23, grifo nosso). Há, também, livros de seus contemporâneos, com os quais Mun divergiu, como o de Misselden, *Free Trade or the Means to Make Trade Flourish* (1622), do qual se falará mais adiante.

A presença dessas obras na coleção pombalina, sobretudo a(s) de Thomas Mun, indica que os escritos desses comerciantes ingleses tiveram alguma relevância na formação obtida por Carvalho durante sua missão diplomática. Ao que nos parece, algumas de suas ideias encontraram guarida, como se buscará demonstrar na próxima seção, em suas reflexões, especialmente as que foram registradas na *Relação dos Gravames* e nos *Ofícios* trocados com seu tio Marco Antônio de

Azevedo Coutinho. Além disso, é possível notar a presença de ideias defendidas por este autor nos Estatutos da Aula de Comércio cuja criação está associada à ação reformista de Pombal no âmbito da instrução pública. Porém, antes de tratar especificamente de Mun nos escritos de Carvalho, é necessário tecer algumas considerações sobre esse comerciante e o seu tempo.

A figura de Thomas Mun é normalmente associada ao período histórico que posteriormente passaria a ser chamado de mercantilismo. Nesse período, teriam surgido os primeiros esforços de compreensão da economia de maneira mais ou menos sistemática. Segundo Appleby (1978, p. 26), o que distinguia os indivíduos classificados sob esse rótulo de seus predecessores não era o seu declarado apoio à intervenção estatal, mas sua tentativa de entender a economia, isolando os fatores essencialmente econômicos do seu contexto social.

Todavia, é consensual que os problemas enfrentados pela Inglaterra no início do século XVII concorreram para que a economia se tornasse um tema de mais alta relevância. A fragilizada situação do país culminaria na conhecida crise 1620¹¹, que atingiu pesadamente o comércio de tecidos, em razão da qual se formaram comitês para investigação de suas possíveis causas, ensejando a partir daí um debate que ocorreu, inicialmente, no parlamento e, em seguida, através da publicação de panfletos nos quais eram apresentados os possíveis motivos da crise que se abatia sobre o país.

Uma maneira de se traçar um quadro de alguns daqueles problemas, chegando assim a formar um panorama do contexto em que Mun viveu, é através da exposição das análises empreendidas por comerciantes proeminentes da época, os quais, através de suas publicações, buscaram identificar as origens da crise e propuseram soluções. Apesar do caráter panfletário de boa parte delas, e dos ataques pessoais que, não raro, continham, tais publicações são fontes importantes para que se possa acessar às preocupações econômicas do início do século XVII. Entre as figuras cujos escritos ocupam um lugar de destaque na historiografia sobre o período estão Gerard de Malynes (1585–1627), Edward Misselden (1608–1654) e Thomas Mun (1571-1641), todos de origem inglesa. Com efeito, houve um controvertido debate entre eles em relação a alguns aspectos da economia, do qual as ideias dos dois últimos parecem ter prevalecido (VINER, 1930, p. 254).

¹¹ A crise atingiu principalmente as exportações da Inglaterra. Sua origem foi alvo de debate entre os pesquisadores. Entre os fatores apontados estão, por exemplo, o fracasso do *Alderman Cockayne's Project* e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Cf. A. Friis, *Alderman Cockayne's Project and the Cloth Trade (Copenhagen, 1927)*; J.D. Gould, *The Trade Depression of the Early 1620s*. In: *The Economic History Review*, New Series, Vol. 7, No. 1(1954), pp. 81-90.

3.1 GERARD DE MALYNES (1585–1627) E A QUESTÃO DA TAXA DE CÂMBIO

Gerard de Malynes teria nascido na Antuérpia em uma família inglesa. Seu pai era um *mint-master* de Lanchashire, uma espécie de oficial responsável por gerir uma casa de moedas, ramo com o qual Malynes manteria contato durante sua vida adulta. Por volta de 1561, fugindo da agitação política e da perseguição religiosa desencadeada por Filipe II da Espanha, eles retornaram para a Inglaterra. Em 1600, foi nomeado para compor o *Privy Council*, conselho privado do rei, que, à época, estava incumbido de estabelecer as taxas de câmbio para o comércio externo. Chegou a ser nomeado *Assay Master*, oficial responsável por atestar a qualidade dos metais presentes nas moedas, da Real Casa da Moeda. Teve, também, contratempos ao longo de sua vida. Passou, por exemplo, algum tempo preso por dívida entre os anos de 1610 e 1612 (SPORTACK, 2017, p. 4515-4516).

Em seu tratado *The Canker of England's Commonwealth*, de 1601, ele se propôs a identificar as causas dos problemas enfrentados pela Inglaterra, entre os quais estavam a escassez de moedas – ocasionada pela sua exportação para outros reinos –, a queda nos preços dos produtos domésticos e a alta nos preços dos produtos externos, o que acarretava um desequilíbrio na balança comercial¹², provocando a diminuição da riqueza do reino. Com efeito, a balança comercial desfavorável ou deficitária era, na opinião de Malynes, o “cancro” – a que o título de seu texto se refere – de que padecia o comércio e aquele que se deveria urgentemente remediar.

A causa eficiente¹³ desse desequilíbrio encontrava-se no abuso das taxas de câmbio. Para compreender melhor o que dizia, deve-se resgatar como estava organizada a sua análise do comércio presente naquele tratado. Para Malynes (1601, p. 7 e seg.), o comércio era praticado de três maneiras. A primeira se dava através de mercadorias – ou *commodities* –. A segunda através

¹² O termo balança comercial ou *Balance of trade* refere-se ao cálculo da diferença entre as exportações e as importações de um país em um determinado período. Assim, diz-se que a balança comercial está favorável quando a quantidade de exportações é maior que a de importações ao passo que será desfavorável sempre que estas últimas excederem as primeiras. Geralmente, atribui-se a Thomas Mun o crédito de ter apresentado essa noção de maneira organizada.

¹³ O termo “causa eficiente” é tomado de empréstimo da Metafísica Aristotélica e significa a causa que deu origem a algo. Não sem razão, pois que a Europa ainda vivia o Renascimento, os panfletos de Malynes, Misselden e do próprio Thomas Mun exibem uma linguagem e organização inspiradas em pensadores clássicos, tais como Platão e Aristóteles. O próprio tratado de Malynes em tela, na primeira das três seções em que está dividido, principia da seguinte maneira “*Plato the Philosopher...*” (MALYNES, 1601, p. 2).

dos dinheiros¹⁴ – ou *moneys* – e a terceira por meio do câmbio – ou *exchange*. Grosso modo, ele apresenta um conciso histórico de cada uma delas, iniciando com as mercadorias que, antes do surgimento do dinheiro, eram trocadas entre indivíduos. Esse era considerado o comércio propriamente dito, o *commutatio mercium*, referido por Misselden em seu *Circle of Commerce* (1623), isto é, a comutação de mercadoria.

Com o tempo e muito em razão dos inconvenientes da troca de mercadorias, surgiu a necessidade de se obter algo que pudesse ser facilmente transportado, tivesse maior durabilidade e que por meio de que fosse possível apreçar com alguma exatidão os objetos envolvidos numa operação de troca. Aí estaria, segundo Malynes, a razão para o aparecimento do dinheiro, que encontrou nos metais preciosos a sua melhor forma. Ele passou a ser a *publica mensura*, isto é, a medida pública das coisas, fazendo com que as trocas se tornassem mais equitativas. A partir de então, as coisas seriam estimadas por meio do dinheiro.

Finda essa exposição acerca da origem do dinheiro, Malynes passa a falar sobre as moedas cunhadas na Inglaterra em diferentes reinados e sua respectiva valorização ao longo do tempo. É aí que ele se refere à maneira pela qual se dava o câmbio, isto é, a troca entre moedas de reinos diferentes. O entendimento dessa troca é indispensável para a compreensão do que ele descreveu como sendo o abuso das taxas de câmbio. Para trocar moedas de reinos diferentes, o parâmetro utilizado era o do seu valor intrínseco. As moedas possuíam um valor nominal, que era aquele nela impresso e determinado externamente pela autoridade real, e o seu valor intrínseco, que era determinado pela aquilatação do metal precioso – prata ou ouro – usado em sua cunhagem.

Essa aquilatação baseava-se na avaliação da pureza e do peso do metal presente em cada moeda. O câmbio ideal, dessa forma, deveria realizar-se com base nesse parâmetro, de modo que não houvesse prejuízo para nenhuma das partes envolvidas. Malynes sintetizou esse tipo de troca sob a denominação de “*par of exchange*” ou “valor por valor”, uma vez que a operação de câmbio estaria lastreada no valor real das moedas em troca.

Associado à questão do câmbio, é importante mencionar um instrumento que passou a ser largamente utilizado em suas operações e que concorria, segundo o juízo de Malynes, para a fuga de dinheiro do reino. Esse instrumento era a letra de câmbio, a qual consistia num documento que continha uma ordem de pagamento sem condição, emitida de uma pessoa para outra requerendo ao

¹⁴ O termo “dinheiros” refere-se às diferentes moedas em circulação na Europa.

destinatário o pagamento de certa quantia em dinheiro, a pedido ou a um tempo determinado, a pessoa especificada (AGABEG; BARRY, 1884, p. 9).

Assim, se um comerciante precisasse de dinheiro para negociar na França, ele não iria transportá-lo da Inglaterra para aquele país, a fim de que lá o pudesse trocar pela moeda local. Em vez disso, recorreria ao banco, que emitiria um papel com o qual, ao chegar a seu destino, poderia receber a quantia desejada na moeda local. O impasse era o de que as letras de câmbio eram emitidas com base na taxa de câmbio, que, por vezes, não era calculada levando-se em consideração o valor real das moedas envolvidas, fazendo com que houvesse prejuízo àqueles que se utilizavam desse instrumento de negociação, pois pagariam mais por moedas estrangeiras do que elas realmente valiam. Diante disso, tornava-se mais vantajoso transportar moedas em espécie – a despeito das proibições – para serem negociadas no estrangeiro com base no seu valor real, o que gerava lucro para os particulares, mas um grande prejuízo para o reino.

Dada sua relevância, esse tema tornou a aparecer numa segunda publicação de Malynes, intitulada *The Maintenance of Free Trade*, de 1622, redigida em resposta a Misselden, como se mostrará adiante, na qual ele aponta um erro capital na análise empreendida por seu adversário, a saber, o de ter ignorado o papel das letras de câmbio nas operações de compra e venda de dinheiro entre reinos e do lugar central dessas operações no estabelecimento do valor do dinheiro inglês.

Ainda a propósito desse tema, para Malynes (1601, p. 31 e seg.), os banqueiros figuravam como grandes vilões, pois eles manipulavam as taxas de câmbio e direcionavam o fluxo de moedas no reino, provocando oscilações nos preços das mercadorias e gerando prejuízos para o comércio, pois era a taxa de câmbio que regulava o preço das mercadorias internas e externas. Concorria nesse processo, segundo ele, os especuladores e alguns comerciantes, que realizavam operações cambiais sem levar em conta o parâmetro por ele indicado. Era, portanto, esse abuso da taxa de câmbio que ensejava a saída de moedas do reino, que, por sua vez, acarretava a queda nos preços dos produtos exportados e a alta nos produtos importados, gerando uma balança comercial desfavorável. Era aí que residia a causa da decadência comercial da Inglaterra.

A solução, apresentada na terceira parte de seu tratado intitulada *A remedie against the Canker of England's Commonwealth*, consistia na intervenção real no sentido de garantir que o câmbio ocorresse de maneira ideal. Isso só poderia acontecer através da estabilização da taxa de câmbio realizada na proporção correta em relação às de outras nações, tomando como base o valor da prata e do ouro. Além disso, o câmbio deveria levar em consideração o valor real das moedas

de maneira que não houvesse prejuízo nem ganho para nenhuma das partes. Isso faria estancar a sangria de moedas do reino, que não seriam mais transportadas, já que não haveria mais prospecção de ganho através do câmbio.

3.1.1 Misselden e sua análise acerca da escassez de moedas

A escassez de moedas na Inglaterra também foi apontada por Edward Misselden como sendo a origem da decadência comercial inglesa. Entretanto, ele divergiu de seu coevo no tocante ao que estava provocando a saída de metais do reino. Enquanto, para Malynes, a solução estava na regulação das taxas de câmbio, Misselden propunha a desvalorização da moeda inglesa como uma possível alternativa para interromper a saída de metais (BOOKS, 1991, p. x). Ademais, ele apresentou outros elementos em seus panfletos, aos quais vale a pena aludir, pois contribuem para a descrição dos problemas da época. Alguns desses problemas estão referidos em seu *Free Trade, or The Means to Make Trade Flourish*¹⁵, de 1622, panfleto que seria refutado por Malynes com seu *The maintenance of free trade according to the three essentiall parts of traffique; namely, commodities, moneys and exchange of moneys, by bills of exchanges for other countries, or, An answer to a treatise of free trade, or the meanes to make trade flourish*¹⁶, também publicado em 1622, ao que se seguiriam outros de ambas as partes.

Tal qual o de Malynes, o tratado de Misselden estava organizado conforme a seguinte lógica: a identificação do problema, a suposição de suas causas e a propositura de remédios ou soluções. A diminuição da quantidade de dinheiro em circulação no reino, por exemplo, também é abordada em Misselden, mas este lhe atribuiu um conjunto de razões que, em alguns aspectos, se diferenciavam daquelas expostas por Malynes. Para Misselden, a carência de moedas poderia ser explicada por causas de natureza imediata e de natureza mediata. Essas, por sua vez, foram subdivididas em internas, isto é, aquelas que existiam dentro das fronteiras do país e externas. E, ainda, essas foram classificadas em gerais e específicas.

Com base nessa classificação, a falta de moeda circulante tinha como causa imediata a dificuldade de sua importação e a sua exportação, ambas provocadas pela desvalorização da moeda

¹⁵ O Livre Comércio, ou os Meios de Fazer o Comércio Florescer (tradução nossa).

¹⁶ A Manutenção do Livre Comércio de acordo com as três partes essenciais do tráfico, a saber, as mercadorias, as moedas, o câmbio de moedas, por letras de câmbio para outros países ou, uma Resposta ao tratado O Livre Comércio, ou os Meios de Fazer o Comércio Florescer (tradução nossa).

inglesa em relação à de seus vizinhos. Concorria para isso a transformação de moedas em utensílios de prata que ficavam nas mãos de particulares (MISSELDEN, 1622, p. 8-9).

Entre as causas imediatas internas e de caráter geral, por sua vez, estaria o excesso no consumo de produtos estrangeiros, os quais eram comprados com o dinheiro que poderia retornar para o reino em forma de tesouro. Havia um aspecto social ligado a essa causa. Misselden (1622, p. 12-13) argumentava que muitos viviam acima da vocação – o termo usado é *calling* – para qual haviam sido designados. Assim, o camponês aspirava a viver como um cidadão, o cidadão como um *gentleman*, e este como um nobre, de sorte que esse estilo de vida algo extravagante fazia aumentar a importação de produtos dispensáveis, tais como vinhos da Espanha, açúcar, tabaco, e até mesmo as especiarias das Índias Orientais, todos desnecessários, segundo a sua avaliação, e comprados com dinheiro em espécie que, de outro modo, poderia ser importado de volta para a Inglaterra.

A preocupação em controlar o excesso no consumo de produtos estrangeiros já era uma realidade no início do século XVII e foi mencionada nos escritos de Misselden e Mun¹⁷. Essa preocupação, ao que parece, persistiu no século seguinte e, é possível afirmar, que esteve presente em um escrito equivocadamente atribuído a Sebastião José intitulado “Discurso Político sobre as Vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do Terremoto”¹⁸. O excesso de consumo de artigos estrangeiros ali toma a forma de luxo, que, salvo quando sob circunstâncias muito específicas, era sempre prejudicial para um reino. Entre as razões para isso estaria o dispêndio de recursos em produtos não essenciais. É por isso que, no juízo de Sebastião José,

Como a exorbitante autoridade envenena os reis, o luxo envenena uma nação. Costumam-se a *ter por cousas necessárias, as mais supérfluas*. Cada dia se inventam novas necessidades. Assim se arruinam as famílias, e os particulares se põem na *impossibilidade de contribuir para despesas necessárias do público* (MELO, 1861, Tomo II, p. 158, grifo nosso).

¹⁷ Thomas Mun (1621, p. 3), em seu *A Discourse of Trade, from England unto the East-Indies: answering to diverse objections which are usually made against the same*, afirma que a indústria e a frugalidade são os guardiões do tesouro de um reino: “*Wherefore, industry to increase, and frugalitie to maintaine, are the true watchmen of a kingdomes treasury*”.

¹⁸ Barreto, José. *O Discurso político falsamente atribuído ao marquês de Pombal*. In: *Revista História das Ideias da Universidade de Coimbra*, 1982.

Ademais, assim como em Misselden o consumo em excesso de artigos estrangeiros estava associado a uma desarmonia nos estamentos sociais, o luxo, no escrito supracitado, de igual modo, seria capaz de provocar um desarranjo na sociedade, uma vez que, “quando introduzido... em toda uma nação”, não haveria “mais harmonia nas classes”. Pois que

Os que por seu estado estavam de antes condenados a um trabalho duro e penoso, vindo a firmar-se pelo luxo, sacodem o peso que lhes parece grande. Logo se estabelece uma infinidade de ofícios e profissões frívolas. Para que parte de um povo, que está encarregada da primeira subsistência, vivia isenta da corrupção, que traz consigo sempre um certo luxo (MELO, 1861, Tomo II, p. 158).

Essa visão de sociedade e da economia parecia ser um lugar comum no século XVII e estava associada ao platonismo e ao cristianismo. Conforme E. Johnson (1991, p. 5, tradução nossa), para Malynes, por exemplo, a boa economia somente seria alcançada “quando cada membro da sociedade vivesse contente em sua vocação e cumprisse seu dever de acordo com sua profissão¹⁹”. Misselden partilhava desse entendimento e Mun não parecia divergir dele.

De volta às causas apresentadas por Misselden, as guerras travadas nos reinos cristãos foram elencadas como fatores externos que concorriam para a derrocada do comércio, pois dificultavam a importação. Além disso, o autor apontou o comércio mantido com a Turquia, a Pérsia e as Índias Orientais como igualmente prejudicial, uma vez que, por realizar-se em boa parte com dinheiro em espécie, contribuía para a fuga de moedas da Inglaterra. A propósito das relações comerciais com as Índias, não se deve deixar de mencionar a Companhia das Índias Orientais, responsável por aquele comércio, e, por conseguinte, a participação de Thomas Mun, em sua defesa.

A Companhia das Índias Orientais fora criada em 1600 e, desde então, passou a importar diretamente especiarias para Europa, o que antes se fazia por meio dos turcos. Quando da crise de 1620, ela foi acusada de provocar a escassez de moeda no reino, já que as importações eram pagas com prata e não com mercadorias, como seria desejável. Tais acusações ensejaram, em 1621, a publicação de “*A Discourse of Trade, from England unto the East-Indies: answering to diverse objections which are usually made against the same*”²⁰, de Thomas Mun, que chegou a ser diretor da referida companhia.

¹⁹ “...when Every member of the same should live contented in his vocation, and execute his charge according to his profession...”

²⁰ “Discurso acerca do comércio entre a Inglaterra e as Índias Orientais: respondendo às diversas objeções que geralmente são feitas contra o mesmo” (MUN, 1621, tradução nossa).

A primeira objeção que se fazia ao referido comércio respondida nesse discurso envolvia três aspectos: (i) a utilidade dos produtos importados para Europa, tais como drogas, especiarias, seda crua, índigo e chita; (ii) os meios pelos quais eram trazidos e (iii) a ideia de que esse comércio fazia diminuir o tesouro do reino, pois era necessária a exportação de dinheiro para a sua realização. Mun esforçou-se para responder a cada um dos pontos levantados. No que tange ao primeiro, ele discorreu sobre o valor medicinal e os benefícios das drogas e especiarias para a manutenção da saúde. Em relação à seda e ao índigo, eles seriam responsáveis pela geração de um comércio que empregava centenas de miseráveis. Por fim, a chita, além de ser usada dentro do reino, ajudava a controlar os preços de outros tecidos.

No que se refere aos meios, afirma-se que a descoberta do Cabo da Boa Esperança, por onde se passou a comerciar com o Oriente, trouxe grandes benefícios para a Europa e, em particular, para ingleses, pois, antes de sua utilização, o referido comércio era realizado através do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico pelos turcos, seus inimigos, que faziam o transporte dos produtos provenientes das Índias e os distribuíam para diversos lugares para o enriquecimento de seus cofres. Fora, no entanto, que, a partir da descoberta da nova rota que os reinos cristãos – especialmente os ingleses, portugueses e holandeses – passaram a disputar o sobredito comércio com os chamados “infiéis”. Além disso, passaram a gastar menos de seu tesouro para a aquisição desses produtos, o que, por sua vez, os barateava no comércio da Europa (MUN, 1621, p. 8 e seg.).

Por fim, referindo-se ao terceiro aspecto ligado à diminuição da riqueza do reino, Mun reconhecia a necessidade de exportação de dinheiro para o pagamento das importações. No entanto, assegurava que, desde sua criação até o momento de seu discurso, a companhia nunca havia excedido o limite a que estava autorizada, que era o de 720.000 (setecentos e vinte mil) libras esterlinas, das quais usou 548.090 (quinhentos e quarenta e oito mil e noventa) (MUN, 1621, p. 8).

A segunda objeção dizia respeito ao uso de matéria prima para a construção de navios. Muitos consideravam um desperdício o emprego de madeira, tábuas e outros materiais na construção de grandes embarcações, que eram usadas anualmente no comércio com as Índias, uma vez que, quando havia necessidades delas, ou estavam ausentes ou retornavam em estado impróprio para o serviço. Alguns se queixavam também do emprego de grande quantidade de alimento e marinheiros nas empreitadas da companhia e ainda se referiam ao fato de haver um grande número de navios que deixavam os portos rumo às Índias, mas que não retornavam. E, por fim, diziam que

aquele comércio havia também prejudicado a produção de moedas da casa real da Moeda, razão pela qual ele deveria acabar.

Todas essas objeções que deram origem a publicação de Mun circulavam durante o período da crise de 1620 e, em certa medida, constituíram-se como o pano de fundo não só das publicações de Malynes e Misselden de quem temos falado, mas também daquelas escritas por Mun (1621, p. 30). Havia, ainda, a questão das companhias e do monopólio, que dividia opiniões.

Apesar de Misselden ter apresentado o comércio com as Índias como um dos fatores externos que concorreram para a escassez de moedas na Inglaterra, ele defendeu, mais de uma vez, a Companhia das Índias, em suas refutações a Malynes, que era bastante crítico de tais monopólios. Em *Free Trade*, por exemplo, Misselden apresentou uma visão moderada acerca da presença do estado no comércio. Para ele, a ausência total do poder real provocaria desordem, ao passo que o controle abusivo seria igualmente nocivo. Sua compreensão de monopólio envolvia dois aspectos importantes: a restrição da liberdade de comércio a um indivíduo ou a certo grupo de indivíduos e o controle dos preços para benefício privado em detrimento do interesse público. Esse tipo de monopólio, portanto, deveria ser evitado. Estaria justificado, por outro lado, o controle sobre determinado ramo do comércio que tivesse como objetivo a sua melhor organização e a persecução da utilidade pública, caso, segundo ele, da *Merchant Adventurers*²¹, cuja criação melhorou significativamente o comércio de tecidos ingleses na Germânia (MISSELDEN, 1622, p. 64).

Ao fim, pode-se dizer que Misselden divergiu de Malynes em vários pontos, sobretudo naquilo que seria necessário para solucionar os problemas que acometiam o comércio inglês nas primeiras décadas do século XVII. A resposta não estaria nas taxas de câmbio, como queria Malynes, mas na restauração da balança de comércio. Essa reflexão foi apresentada em seu panfleto *The Circle of Commerce, or the Balance of Trade*, publicado em 1623. A situação da Inglaterra somente voltaria a melhorar quando a referida balança se tornasse favorável. Para tanto, era imperativo que se remediasses as causas de seu desequilíbrio: a “ociosidade” e o “excesso” (MISSELDEN, 1623, p. 135).

²¹ *The Company of Merchant Adventurers* foi uma companhia monopolista de comércio inglesa, criada em 1407, que exportava tecido, a principal *commodity* inglesa no exterior. Segundo Robert Brenner (2003, p. 3), na virada do século XVII, ela era a mais famosa companhia da cristandade e possuía uma posição de liderança na comunidade de comerciantes de Londres. Na primeira década desse século, essa *commodity* representava $\frac{3}{4}$ das exportações de Londres e $\frac{3}{4}$ de todas as exportações de tecido para a Germânia e os Países Baixos.

Portanto, no tocante ao que fazer internamente para reverter aquela situação, o combate a mendicância e a promoção da frugalidade deveriam ser priorizados. Isso contribuiria para a diminuição das importações, uma vez que se eliminaria o supérfluo e, empregando-se a massa de ociosos, aumentaria a capacidade de produção de artigos necessários que se importavam. No que dizia respeito às exportações, os Países Baixos eram, para ele, o melhor modelo no qual a Inglaterra deveria mirar-se. Suas fronteiras estavam sempre abertas, não havendo grandes restrições em relação à retirada de dinheiro. Entretanto, eles estavam sempre vigilantes ao equilíbrio da balança comercial. Além disso, não havia excesso no consumo de mercadorias estrangeiras. A imposição de taxas incidia sobre os produtos estrangeiros, não sobre os domésticos. Havia frugalidade, indústria e planejamento e boa parte do que se produzia não se destinava somente ao abastecimento do mercado interno, mas a manutenção do comércio externo e da navegação. “*This will restore our ballance of trade*”, dizia ele (MISSELDEN, 1623, p. 136).

3.1.1.1 Thomas Mun (1571-1641) e a balança comercial

Geralmente, atribui-se a Thomas Mun a melhor articulação da noção de balança comercial. No entanto, a ideia de uma balança de comércio não era nova para o seu tempo, pois já era conhecida no século XVI. O termo exato, porém, teria sido cunhado por volta de 1615 por dois oficiais da alfândega, Wolstenholme e Cranfield, que fizeram o cômputo das importações e exportações dos dois últimos anos a fim de que pudessem avaliar o impacto do “*Alderman Cockayne’s Project*”²² no comércio externo. A primeira aparição impressa, por sua vez, teria ocorrido com o já citado panfleto de Misselden, publicado em 1623, *The Circle of Commerce, or the Ballance of Trade*, após o qual o termo seria usado à exaustão (VINER, 1930, p. 8, grifo nosso).

Thomas Mun teria nascido em 1571. Exerceu o ofício comerciante na *Levant Company*²³ e, em 1615, tornou-se diretor da Companhia das Índias Orientais, cuja atuação passaria a defender em seus escritos. Ele também fez parte do comitê formado pelo *Privy Council* para a investigação

²² Trata-se de um projeto proposto, em 1614, por William Cockayne (1561- 1626), governador da *Eastland Company of English Merchants*. Seu objetivo era o de tingir o tecido inglês, principal produto de exportação à época, antes de comercializá-lo no exterior. O projeto fracassou e alguns atribuíram ao seu fracasso a crise enfrentada pela Inglaterra na década de 1620. Cf. FRIIS, Astrid. *Alderman Cockayne's Project and the Cloth Trade*. London: Milford, 1927.

²³ A *Levant Company* surgiu em 1592, durante o reinado de Elizabeth I, e resultou da fusão entre a *Venice Company* e a *Turkey Company*. Ela contribuiu para consolidar a presença do comércio inglês no Mediterrâneo e no Oriente Próximo. Muitos comerciantes que pertenciam a *Levant Company* também fizeram parte da *East India Company*. O primeiro governador desta companhia, por exemplo, Sir Thomas Smythe, também foi governador da *Levant Company*. Ademais, sete dos vinte e quatro diretores escolhidos em 1600 também foram diretores da *Levant Company*, entre os quais estava Thomas Mun (BRENNER, 2003, p. 21-22).

dos motivos da crise de 1620 (APPLEBY, 1978, p. 37-38). É durante esse período que publica seus panfletos. O primeiro veio a público em 1621 sob o título de *A Discourse of Trade from England unto the East Indies*, a cujo teor já nos referimos. Tratava-se de uma resposta às queixas e reclamações acerca dos supostos prejuízos causados pelo comércio com as Índias praticado pela dita companhia.

Em 1628, ele apresentou uma petição à Câmara dos Comuns intitulada *The Petition and Remonstrance of the Governor and Company of Merchants of London trading to the East-Indies*, na qual se submetia ao crivo daquela casa outra defesa do comércio realizado com as Índias, para que se decidisse acerca de sua manutenção ou interrupção. Alguns dos pontos abordados já haviam sido expostos em seu primeiro panfleto. Neste, entretanto, ele trata mais pormenorizadamente de outras queixas levantadas. Basicamente, ele as organizou em cinco eixos: o primeiro dizia respeito à força do reino (*strength*), como a que questionava se o dito comércio era mesmo capaz de aumentar o número de marinheiros, navios de guerra e munição ou de fazer crescer o comércio entre a Inglaterra e outras nações através da reexportação das especiarias. O segundo eixo seria o da riqueza (*wealth*). Aí estavam incluídos a questão dos impostos, o preço das terras e a capacidade de se aumentar a riqueza do reino. O terceiro era o da segurança (*safety*), que envolvia saber se de fato esse comércio seria capaz de enfraquecer o rei da Espanha, inimiga da Inglaterra, e os holandeses, que haviam se tornado fortes concorrentes no mar. O quarto e quinto eixos referiam-se, respectivamente, à capacidade de aumentar o tesouro ou a quantidade de dinheiro do reino e se aquele comércio não afetava de alguma maneira a honra do rei.

A obra mais conhecida de Thomas Mun, entretanto, veio a público em 1664, sob o título *England's Treasure by Foreign Trade*. Porém, há quem afirme que os escritos que lhe deram origem tivessem sido produzidos entre os anos de 1626 e 1628 (BOOKS, 1991, p. x). Trata-se de seu livro mais extenso e no qual ele discorreu acerca de vários problemas de sua época. O seu objetivo principal era o de demonstrar os verdadeiros meios pelos quais um reino poderia aumentar sua riqueza e tesouro, ao mesmo tempo em que buscava desbancar os remédios propostos por seus coevos, nomeadamente Malines e Misselden.

Para Mun, todas as soluções propostas não surtiriam o efeito desejado caso não se levasse em conta a balança comercial. Somente por ela se poderia obter ganho real no comércio externo. Essa ideia estava expressa na máxima de que as nações que não possuíssem minas somente

poderiam enriquecer-se de prata e ouro através da balança comercial²⁴ (MUN, 1664, p. 34). Partindo-se desse pressuposto, o livro organiza-se no sentido de analisar os elementos que compõem a referida balança, bem como as questões a ela associadas.

Como já dito, a balança comercial compunha-se de dois lados, o das exportações e o das importações. Idealmente, para que se pudesse aumentar o tesouro do reino, era necessário que as exportações sempre superassem as importações. Para tanto, a fórmula era simples *“to sell more to strangers yearly than we consume of theirs in value”*, isto é, “vender mais para os estrangeiros do que deles se consumia anualmente”. Sendo assim, em cada seção de seu livro, Mun tratará de algum aspecto que estivesse ligado a algum daqueles elementos da balança. É, assim, por exemplo, no capítulo terceiro, no qual ele discorre sobre os meios de aumentar a exportação e diminuir o consumo de produtos estrangeiros.

Ora, sendo a balança comercial o único meio de acumular riqueza e sabendo que, para que isso ocorresse, fazia-se necessário que as exportações ultrapassassem as importações, a solução para os problemas comerciais da Inglaterra deveria envolver o estímulo ao aumento das primeiras e estratégias para a diminuição dessas últimas. Para mitigar a carência dos produtos importados, Mun propôs a utilização das terras incultas para a produção de artigos importados e o combate ao consumo excessivo tanto no que respeitava à alimentação quanto ao vestuário. Como demonstrado anteriormente, a questão do excesso no consumo era uma preocupação à época e seu controle, ao que parece, era um ponto pacífico. Em relação ao vestuário, Mun afirma que o constante surgimento de modas contribuía para o desperdício. Como alternativa para o controle do consumo excessivo, dever-se-ia recorrer a leis, as quais teriam como objetivo refrear tais excessos e estimular a produção de artigos que fizessem cair a demanda por produtos estrangeiros. Além disso, o controle do excesso traria benefícios para as exportações, pois haveria um excedente que deveria ser destinado à venda no estrangeiro.

Em relação às exportações, para aumentar o seu valor, Mun defendia que a Inglaterra observasse as necessidades das nações com as quais comerciava e não somente exportasse o excedente de sua produção, sem levar em conta as carências de seus parceiros comerciais. Além disso, aqueles produtos dos quais ela era o único fornecedor deveriam ser vendidos a preços

²⁴ “... we must know that all Nations (who have no Mines of their own) are enriched with Gold and Silver by one and the same means, which is already shewed to. be the ballance of their forraign Trade” (MUN, 1664, p. 34).

maiores, ao passo que aqueles artigos que sofriam concorrência de outras nações deveriam ser vendidos a preços menores, a fim de que não houvesse queda em sua exportação.

Outra maneira de aumentar o valor das exportações seria através da realização do transporte por meio dos navios ingleses ao invés de permitir a participação de navios estrangeiros. Além de estimular a navegação, isso seria mais vantajoso para o aumento das rendas do reino. É curioso notar que essa prática se tornaria bastante característica no comércio externo inglês e uma das razões do crescimento de sua marinha. Essa situação será, inclusive, apontada por Sebastião José, na *Relação dos Gravames*, quando se referiu ao esforço feito pelos ingleses para obstaculizar a participação de navios estrangeiros no transporte de seus produtos. Com efeito, essa prática passou a afetar até mesmo seus aliados, como Portugal, que, apesar dos tratados, era, na prática, impedido de participar desse comércio, do qual se falará mais em outro lugar.

Ainda no que toca às exportações, Mun aproveitou para falar da exportação de moedas, prática realizada pela Companhia das Índias e que, segundo ele, também poderia contribuir para o aumento da riqueza do reino. Nota-se, como em panfletos anteriores, um esforço de demonstrar a utilidade dessa prática para o reino ao mesmo tempo em que se reforçava a defesa da companhia. Como já se disse em outro lugar, para ele, a exportação da moeda não era prejudicial, pois os produtos com ela comprados e importados para Inglaterra seriam reexportados para a Europa, o que geraria, ao fim do processo, uma quantia bem maior do que o valor inicialmente investido. Além do que essa operação comercial engajava vários setores, o que contribuía para a movimentação do comércio do reino.

Demonstrada a importância do valor da balança comercial no sucesso econômico da Inglaterra, Mun refere-se também às soluções propostas por seus coetâneos para melhoria do comércio, as quais, segundo ele, não seriam capazes de trazer benefícios duradouros. Referiu-se, por exemplo, a Malines, que preconizava o controle da taxa de câmbio, com a promessa de que ela seria capaz de reverter a situação em que o país se encontrava, ao que Mun respondeu negativamente, pois, na realidade, não era a taxa de câmbio que provocava desequilíbrio na balança comercial. Era exatamente o oposto que ocorria, isto é, era a balança comercial desfavorável que ensejava a desvalorização do câmbio. Quanto às façanhas praticadas pelos banqueiros a que Malines se referia, essas também não eram capazes de fazer diminuir a riqueza do reino, como ele acreditava.

Em relação a Misselden, com sua sugestão de depreciar ou apreciar a moeda conforme o que se fazia nos países vizinhos, Mun afirmou que, embora isto pudesse trazer ganhos temporários, estes não ficariam no reino, caso a balança comercial fosse deficitária. E nem mesmo o “*par of exchange*” ou “*par pro pari*” de Malines, que deveria ser aplicado às letras de câmbio traria resultado, sem o equilíbrio da balança. Em relação a isto, Mun (1664, p. 57-58) conclui “em vão, portanto, Gerard Malines tem longamente trabalhado, em tantas publicações, para fazer o mundo acreditar que a depreciação de nossa moeda através do câmbio exaure o nosso tesouro”, pois se tratava uma “falácia”. De igual modo, em vão, teria ele proposto a solução de regular o câmbio por meio do “*par of Exchange*” através de uma agência pública – *office* –, o que era infrutífero e prejudicial.

3.1.1.1.1 Thomas Mun e sua visão do “perfeito comerciante”

Nessa mesma obra, Mun expõe o que para ele parecia ser um elemento central sem o qual o comércio de qualquer nação jamais poderia prosperar: o comerciante ou *merchant*. O comerciante seria o agente da mais alta relevância para os interesses do estado e estaria entre as profissões mais nobres e dignas de respeito, que deveriam ser fomentadas pela coroa. Ele seria “*The Steward of the Kingdom Stock*”, isto é, “o mordomo da despesa do reino”. É por essa razão que, para que pudesse cumprir satisfatoriamente seu papel, o comerciante deveria adquirir habilidades específicas, sem as quais não estaria à altura de seu ofício.

Apresenta-se, portanto, uma lista não exaustiva das ditas habilidades, que foram organizadas em doze apontamentos. Preconizava-se a obtenção dos mais variados conhecimentos. No primeiro apontamento, por exemplo, Mun afirmava que o perfeito comerciante deveria ser um bom escriba, aritmético e contador. Além disso, deveria dominar a “ordem do débito e do crédito” e ser um esperto em contratos, letras de câmbio, seguros e matérias afins (MUN, 1664, p. 2-3).

No segundo apontamento, por sua vez, Mun refere-se à necessidade de se conhecer as medidas, pesos e moedas de todas as nações, sobretudo daquelas com as quais se comerciava. No tocante a estas últimas, o comerciante deveria saber o seu valor nominal, mas também o seu valor intrínseco, de acordo com o peso e a pureza do metal nelas presente relativamente ao padrão adotado no reino. A falta desse conhecimento certamente comprometeria os seus negócios. Ainda, deveria ter conhecimento dos encargos impostos sobre todo tipo de mercadoria, tanto aquelas que eram exportadas para aquelas nações quanto as que delas eram importadas.

Saber quais mercadorias abundavam em certas nações, bem como aquelas de que estas careciam era bastante útil, pois, como já se disse em outro lugar, Mun acreditava que a Inglaterra não podia limitar-se, em matéria de exportação, ao escoamento do excedente de sua produção, mas devia levar em consideração a necessidade das nações com que mantinha relações comerciais.

Ele também mencionou uma habilidade que estava relacionada à questão das taxas cambiais. No quinto apontamento, diz-se que o comerciante deve ser um observador diligente das taxas que eram utilizadas para a conversão de moedas entre estados diferentes realizado através das letras de câmbio, a fim de que não tivesse prejuízo ao exportar ou importar dinheiro. Como vimos, apesar de essas taxas não serem tão centrais na resolução dos problemas econômicos da Inglaterra, Mun não ignorava que o conhecimento do funcionamento do câmbio era relevante para o comerciante.

Era indispensável, por outro lado, que o comerciante estivesse bem familiarizado com a navegação e assuntos a esta correlatos, tais como seguros, taxas de frete, acidentes que poderiam acometer expedições, entre outros. Incluía-se aí o conhecimento dos materiais utilizados para a construção de navios, os vários ofícios presentes numa tripulação, provisões para viagens, soldos dos diferentes oficiais e marinheiros. Além disso, ele próprio deveria dominar a arte da navegação.

No apontamento de número onze – são doze ao total – Mun refere-se ao conhecimento das línguas. Como o comerciante era – por circunstâncias de seu ofício – um verdadeiro viajante, ele devia falar várias línguas e ser um arguto observador das leis, costumes, religião, artes e outros elementos da cultura dos países que visitava e saber relatá-los para o seu país a fim de que dessa inteligência pudessem tirar o melhor proveito. Por fim, Mun conclui – a lista, entretanto, não é taxativa, como já se disse – seus apontamentos sobre as qualidades do perfeito comerciante dizendo que este deveria ter algum conhecimento, também, da língua latina, que o ajudaria bastante na aprendizagem das demais línguas.

É possível notar que a recomendação dos saberes de que o comerciante deveria dispor esteve presente, também, na ação pombalina, sobretudo no que dizia respeito à formação de quadros para o comércio. Na realidade, se para Mun o comerciante era elemento central na manutenção da economia do reino, não seria exagerado afirmar que, para Sebastião José, a economia de Portugal não tornaria a florescer sem que se fomentasse esse ofício. É por essa razão que buscou, de maneira recorrente, em seu discurso enobrecê-lo, com o intuito de dissociá-lo do aspecto plebeu que frequentemente a ele se associava. Esse esforço de enobrecimento do ofício de

comerciante estava presente no escrito de Mun atrás referido e concorreu seguramente para a alta consideração que se mantinha na Inglaterra por essa profissão. Nesse país, as atividades mercantis – o próprio Sebastião chegou a referi-lo em carta ao Cardeal da Mota datada de 1742 – eram reputadas como nobres (OLIVEIRA, 2020, p. 13-14).

No tocante às qualidades do perfeito comerciante referidas por Mun, pode-se encontrar algumas delas nos documentos que balizaram as ações tomadas para a melhoria do comércio durante o período pombalino, a exemplo dos Estatutos da Aula de Comércio, nos quais se fala em “princípios necessários ao Negociante perfeito”. Entre as causas da decadência de muitos que lidavam com o comércio estava a ignorância dos métodos e conhecimentos indispensáveis para a organização de seu trabalho. Menciona-se a “falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros” de comércio, além do desconhecimento da técnica que deveria ser usada para a “redução dos dinheiros, dos pesos, das medidas, e da inteligência dos câmbios, e outras matérias mercantis”. Ou seja, nota-se a presença de Mun não somente na tentativa de enobrecer esse ofício – como já indicado –, mas também na compreensão das habilidades que o negociante deveria possuir.

3.1.1.1.2 O contexto das reformas no século XVIII: circulação e apropriações de ideias

Antes de passarmos a indicação da contribuição das ideias de Thomas Mun no pensamento de Sebastião José, cumpre tecer algumas considerações acerca do contexto em que as propostas de mudança foram apresentadas. De modo que se torne evidente o fato de que era comum a apropriação de ideias de figuras estrangeiras e a sua aplicação à realidade portuguesa. Além disso, a correta compreensão das intervenções ensaiadas em várias frentes no período pombalino – inclusive as relativas à instrução pública e comercial – depende da observação do que ocorria para além de suas fronteiras e de como as ideias que circulavam a Europa tomaram forma no âmbito interno.

Nesse sentido, as reformas empreendidas durante o período focalizado neste trabalho devem ser vistas como resultado de uma combinação de fatores históricos que as viabilizaram. Entre estes se encontrava a agência individual de um homem que detinha poder político para levá-las a cabo. Entretanto, seria bastante limitado asseverar que somente a vontade de um ator político tenha sido suficiente para provocar as transformações observadas. Embora não se possa excluir a contribuição individual de alguns, tais transformações foram consequência de um novo

pensamento vigente. É nessa compreensão em que se baseia a leitura de Carvalho acerca do sobredito período (1978, p. 3) para quem

As reformas da instrução pública encerram, mais do que um plano pedagógico, uma filosofia política, em função da qual se definem, em seus traços mais característicos, a fisionomia do período histórico de que são expressiva manifestação (CARVALHO, 1978, p. 3).

Sendo essa filosofia a força motriz das transformações ocorridas, o seu conhecimento é imperativo para que se tenha uma noção do contexto em que as reformas ocorreram. Essa filosofia chamou-se de iluminismo português que, na opinião de Moncada (*apud* CARVALHO, 197, p. 26), exibiu traços pedagógicos e reformistas, além de ter sido “não revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês”.

Embora tenha assumido características nacionais, o iluminismo português foi, em grande medida, uma apropriação dos ideais do iluminismo europeu. Seu pedagogismo, portanto, devia-se, pode-se dizer, ao papel central assumido pela educação no iluminismo europeu, uma vez que houve, “a partir de meados do século XVIII, uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa”. Para alguns, o homem era resultado do processo educativo ao qual fora submetido de modo que a educação, em razão disso, assumiu uma “perspectiva totalizadora e profética”, pois, “através dela, poderiam ocorrer as necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado” (BOTO, 1996, p. 21).

Daí, pois, a atenção voltada para instrução como instrumento de transformação da realidade portuguesa. Era por meio dela que as reformas ocorreriam a fim de que se pudesse modernizar a sociedade. Nesse sentido, “a criação das aulas régias, dos cursos militares, da aula de comércio e de náutica” consistiram em verdadeiros “ensaios preparatórios de uma renovação radical das estruturas”. As ações de Pombal refletiram, em certa medida, a crença na educação como meio idôneo para a transformação social, o que foi resultado da mentalidade iluminista. Isso se refletiu também nas mudanças que operou no ensino universitário. Conforme Carvalho,

Tanto no programa proposto pela *Junta de Providência Literária*²⁵ como no zelo com que o Marquês reformador acompanhou, com medidas prontas e eficazes, a remodelação dos estudos nas quatro faculdades, refletem-se as intenções, *acentuadamente iluministas*, que nortearam os homens de Pombal no esforço comum de fazer da Universidade uma escola que permitisse ao poder público formar o sacerdote, o jurista, o médico e o letrado de acordo com o espírito do regalismo doutrinário que a força das vicissitudes históricas

²⁵ A Junta da Providência Literária foi criada em 1770 pelo marquês de Pombal e o Cardeal da Cunha. Tinha o objetivo de analisar os motivos da decadência da Universidade e propor reformas.

transformara na razão política, mais caracteristicamente universal, de um governo” (CARVALHO, 1978, p. 46, grifo nosso).

Era a educação, portanto, a responsável pela formação de novos quadros para a sociedade que se pretendia reformar.

Outra característica do iluminismo português foi o fato de ele ter assumido uma postura eclética, isto é, havia uma apropriação de ideias, mas, por vezes, tentava-se harmonizá-las com as necessidades específicas de cada contexto. Houve também um acentuado antijesuitismo – o que não significava antirreligiosidade. A tradição escolástica que dominava o método de ensino dos inicianos não coadunava naturalmente com as novas ideias que enfatizavam a experiência como o caminho mais seguro para o conhecimento. O empirismo foi usado como arma de combate à tradição escolástica por figuras que concorreram para a disseminação de noções iluministas em Portugal, tais como Luiz António Verney, Antonio Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmiento, Manuel do Cenáculo Villas Boas, entre outros. Nesse movimento, observou-se também um influxo de ideias de pensadores ingleses em Portugal, pois estes figuravam, entre outros, como representantes das ideias modernas na Europa. Nomes como o de John Locke, Isaac Newton, Francis Bacon, David Hume apareciam nos escritos de portugueses ilustrados ou tinham suas obras por eles divulgadas. Tome-se como exemplo a publicação de Castro Sarmento, em 1737, da *Teórica Verdadeira das Marés conforme à Filosofia do Incomparável Cavalheiro Isaac Newton* (CARVALHO, 1996, p. 50).

Um sinal que evidencia como os tempos eram de mudança no século XVIII em Portugal é o fato de se poder identificar a presença de ideias modernas sendo divulgadas, ao contrário que se podia conceber, até mesmo por jesuítas, os quais eram frequentemente vistos como opositores das novas tendências, o que demonstra que houve uma assimilação – embora seletiva – do movimento de renovação intelectual que se desenvolvia na Europa. Assim, alguns jesuítas, apesar de não aceitarem sem reservas as novas ideias, incorporaram, no campo das ciências físicas e da lógica, visões modernas, distanciando-se, em algumas matérias, da escolástica (ANDRADE, 1965, p. 234).

Os jesuítas, portanto, não permaneceram indiferentes às inovações ocorridas nas ciências da época. Ao contrário, há relatos que dão conta de que eles estavam cientes da necessidade de renovação em algumas áreas de estudo. Houve resistência, entretanto. Serve de exemplo o ocorrido no Colégio das Artes, em Coimbra, na primeira metade do século XVIII, quando professores propuseram uma ampliação no ensino da Física, em razão dos significativos avanços que esta havia

sofrido com as contribuições de pensadores modernos. O pedido endereçado ao rei D. João V data de 1712 e foi indeferido pela *Provisão de D. João V, de 23 de Setembro de 1712*, na qual o monarca instava ao reitor do referido colégio, o Padre Domingos Nunes, que evitasse qualquer alteração nas cadeiras de Filosofia – à qual estava vinculada a de Física (MARTINS, 1999, p. 19).

A proibição renovou-se pelo Edital do Reitor do Colégio das Artes de Coimbra, de 7 de maio de 1746. Por ele estabelecia-se a vedação, nos exames ou lições, de “opiniões novas pouco recebidas ou inúteis”, as quais eram atribuídas, entre outros, a Descartes, Gassendi e Newton. Com efeito, vetava-se qualquer ideia que fosse aversa ao que se chamava de “sistema de Aristóteles”. Não obstante, algum tempo depois surgiram novas propostas de renovação no ensino dessas matérias (MARTINS, 1999, p. 19).

As novas ideias se fizeram ver em cursos ministrados por jesuítas em lugares diferentes. A esse respeito, António Alberto de Andrade traz informações relevantes quando escreveu, em sua obra *Verney e a cultura do seu tempo (1965)*, sobre as influências e consequências sofridas pelo ambiente intelectual entre o ano de 1747 até a expulsão dos jesuítas, em 1759. Entre as ideias que penetraram o ensino ministrado nos colégios sob a direção dos jesuítas encontram-se nomes de autores ingleses. Um dos exemplos mencionados é o do Padre Sebastião Abreu. Nascido em 1713, em Serpa, tornou-se jesuíta pelos idos de 1728, em Évora, onde lecionou, por algum tempo, matemática e filosofia. Foi ele um dos primeiros a incorporar, sem abandonar por completo as ideias tradicionais da escolástica, novas tendências no ramo da filosofia. É particularmente marcante a presença de pensadores ingleses na parte de seu curso que versava sobre a física, área que estava vinculada à filosofia. Aí ele valia-se de nomes como o de Locke, Newton, Robert Boyle e Samuel Clarke, sendo o segundo aquele que possuía maior destaque (ANDRADE, 1965, p. 237).

Banha de Andrade (1981, p. 25) também reconhece a notoriedade de Locke no campo das humanidades e da filosofia e sua presença no pensamento de intelectuais portugueses como o próprio Luís António Verney e Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem cujos *Apontamentos para a educação de um menino nobre (1734)* foram bastante influenciados pelos *Some thoughts concerning education (1693)*, do empirista inglês. E pontua que a penetração de tais ideias não se fez somente entre os estrangeirados, mas também, como quis demonstrar o autor citado no parágrafo anterior, entre os jesuítas.

Conforme esse mesmo autor, outro jesuíta que fez uso dos ensinamentos de Newton e Clarke fora o Padre João Leitão, que também ministrou curso em Évora pelos idos de 1758.

Mencionam-se outros nomes que ministraram cursos em outros lugares. No Colégio das Artes de Coimbra, por exemplo, encontrava-se o P. Inácio Monteiro, “o Professor mais bem informado do movimento científico e, porventura, filosófico, dentre os jesuítas desta época” (ANDRADE, 1965, p. 242).

Ele atuou nessa instituição de ensino mais de vinte anos antes da reforma pombalina, o que sinaliza como as ideias modernas estiveram presentes em Portugal antes do grande esforço de renovação do ensino objetivado pela intervenção ocorrida durante o ministério do marquês de Pombal. Há quem se refira a sua obra literária como sendo marcada pela “clareza, método, erudição e modernidade das ideias”, sendo “uma das expressões mais altas da cultura portuguesa” do período (GOMES apud MARTINS, 1999, p. 20). Assim como outros jesuítas, entretanto, o P. Inácio Monteiro adotou, em seu ensino, uma abordagem eclética por meio da qual se utilizava de autores antigos e modernos. Apesar disso, o seu pensamento científico balizava-se pela “experiência e a observação, abandonando o argumento da autoridade dos autores, para optar pelos métodos da ciência experimental e da Matemática” (MARTINS, 1999, p. 21).

Em seu *O Compendio dos Elementos de Mathematica* (1754), ele demonstrava que conhecia “Newton através de sua obra e da dos escritos de seus melhores discípulos”, tais como “S’Gravesande (*Elementa Philosophae Newtonianae*, edição de Genebra), Mussembroeck e Castel (Castel: *Vraie Système de Physique Générale de Mr. Isaac Newton*)” e não acreditava que houvesse muitos, em Portugal, que compreendessem as obras do filósofo inglês, os quais as admiravam por fé (ANDRADE, 1965, p. 247).

Outras circunstâncias indicativas de um cenário de mudança em terras portuguesas foram as viagens ao estrangeiro, realizadas por indivíduos que, por vezes, participavam na administração estatal direta ou indiretamente. Nesse quesito, os chamados estrangeirados – já citados mais de uma vez – tiveram um papel relevante na medida em que funcionavam como conduítes por meio dos quais as ideias circulantes na Europa chegavam a Portugal. Ideias que serviram de base para muitas das reformas implementadas durante o século. Havia também os representantes diplomáticos portugueses em cortes estrangeiras, que, em sua correspondência, anunciavam as novidades e acontecimentos que julgavam relevantes. Alguns dos quais, inclusive, pertenceram a *Royal Society of London* (Sociedade Real de Londres), como Francisco Xavier de Meneses, desde 2 de novembro de 1738, e Bento Moura Portugal, desde 5 de fevereiro de 1741. Porém, não eram somente as viagens nem a correspondência oficial que estimularam a circulação de ideias novas. Observava-

se um clima de curiosidade, de busca pelo conhecimento útil, o que se manifestou através do surgimento de academias e com o aparecimento de várias publicações.

Entre as academias que merecem destaque encontrava-se a Academia dos Generosos, que, embora tenha surgido no século XVII, perdurou – não sem alguns intervalos de inatividade – até o século XVIII. Apesar de ter sido uma instituição de cariz literário, também se preocupou em revelar uma “cultura científica e moderna”. Mencionem-se, ainda, a Academia dos Ilustrados e a Academia dos Anónimos, criadas, respectivamente, nos anos de 1716 e 1717. Da primeira figuravam como juízes os marqueses de Valença, de Alegrete e o Conde de Ericeira. Teve sua atividade interrompida pela criação da Academia Real de História, em 8 de dezembro de 1720, porém, tornou às atividades em 1721 nas casas de Sebastião José de Carvalho e Melo. Ocupava-se, principalmente, de literatura e filosofia (MORENO, 2001, p. 81).

Surgiu, ainda, em 10 de março de 1720, no Colégio de Santo Antão, a Academia dos Retóricos, em que se estudavam as letras, as ciências e as artes. Teve, entretanto, uma existência breve. Neste mesmo ano, pelo decreto de 8 de dezembro de D. João V, criou-se a Academia Real de História, na qual o próprio Sebastião José teria ingressado anos mais tarde, em 1733. Ela teria como objetivo escrever a história eclesiástica e secular do reino português e de suas conquistas. Esta instituição foi precursora da Academia das Ciências, criada, já sob o reinado de D. Maria I, em 1779 (MORENO, 2001, p. 81-82). Fato curioso a respeito da Academia Real de História é que ela estabeleceu relações com a *Royal Society of London*, as quais teriam sido fomentadas por Jacob de Castro Sarmiento.

Além de tais instituições, devem ser referidas as publicações. O aparecimento de publicações periódicas e a disseminação do livro contribuíram para pôr em circulação, em Portugal, notícias e ideias de várias partes do continente. Entre os periódicos que noticiavam o que ocorria no estrangeiro, talvez o mais conhecido tenha sido a *Gazeta de Lisboa*. Teve início em 10 de agosto de 1715, sob a redação de José Freire Monterroio Mascarenhas, com quem permaneceu até 1760. Segundo o seu próprio frontispício onde se lia “História Anual cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa”, o periódico propunha-se a veicular notícias acerca do governo, do país e do estrangeiro. No que concerne às notícias de fora do reino, poderiam ser encontrados relatos de acontecimentos variados desde notícias de guerra ao que se discutia nas academias da Europa – como as novidades da Academia Real de Ciências de Paris e da Academia da Língua alemã, sediada em Leipzig. Entre os anos de 1760 e 1762, ele passou a se chamar *Gazeta dos Oficiais da Secretaria*,

uma vez que sua organização e publicação se tornaram responsabilidade dos funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, por vontade real. (SOUZA, 2008, p. 8).

Outras publicações, sob a denominação de gazetas, mas com teor filosófico, literário ou científico, surgiram, tais como a “Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente se Vão Publicando na Europa”, de 1761, que se ocupava de matérias de cariz literário, filosófico ou moral. Vieram a público, também, a “Gazeta Extraordinária de Londres”, de 1762 e o “Hebdomadário Lisbonense”, em 1763. Além desses, era possível encontrar periódicos com caráter médico, científico, histórico e até mesmo enciclopédico, resultado, certamente, da mentalidade iluminista que se disseminava pela Europa. Nesse grupo, incluía-se o “Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para Instrução Geral com a Notícia dos Novos Descobrimentos em todas as Ciências, e Artes”, cujo primeiro volume foi lançado em julho de 1779 (SOUZA, 2008, p. 9-10).

Há que se mencionar o surgimento dos mercúrios. Tratava-se de livros noticiosos compostos por listas de notícias, por vezes, não encadeadas e sem periodicidade. Havia, por exemplo, o “Mercúrio Histórico e Político do mez de maio de 1742”, que consistia numa tradução de publicações estrangeiras. Além desse, as “Memórias Históricas para o presente século nas quais se veem as causas mais importantes que se passa em todas as Cortes no mês de Janeiro de 1744”, que se publicaram em língua francesa e foram traduzidas para o português. Junte-se aos anteriores o “Ano Histórico, Diário Português: notícia abreviada das pessoas grandes e cousas notáveis de Portugal (1744)”, de Francisco de Santa Maria (ANDRADE, 1965, p. 123). Muitas dessas publicações assumiram uma feição “filosófica e literária” a partir de meados do século, a exemplo do “Mercúrio Filosófico (1752)”, do “Mercúrio Gramatical (1753)”, e do “Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa (1794)” (TENGARRINHA apud SOUZA, 2008, p. 8).

No que respeita aos livros, além daqueles que vieram a público pela mão dos chamados estrangeirados, existiam também os que eram trazidos para o país por meio dos livreiros. Entre esses se podiam encontrar livros de faculdades que versavam sobre direito canônico, civil, teologia, filosofia, além de escritos polemistas. Eram particularmente numerosos os livros de história. As traduções também se faziam ver, como a “História de Carlos XII, Rei da Suécia” de Voltaire, vertido para o português por Francisco Xavier Freire de Andrade. Essa teria sido a primeira obra desse autor publicada em Portugal, em 1739, pelo padre Manoel Monteiro (1667-1758), que se

valia de um pseudônimo, segundo Barbosa Machado. Ele pertencia a congregação do Oratório e também era membro da Academia Real de História (MAGALHÃES, 2016, p. 16).

Como se pode notar, circulavam, em Portugal, as ideias que corriam a Europa, de maneira que não constituía um evento infrequente a aplicação de tais ideias à realidade do país. O seu modo de entrada era variado: podia se dar através de representantes em outras cortes, de experiências adquiridas por meio de viagens a outras regiões, por publicações periódicas e também pela maior circulação de livros que versavam sobre diferentes assuntos. Ademais, havia os propagadores das novidades, que atuavam em instituições de ensino ou que se valiam de publicações para divulgar as ideias de figuras que ganharam notoriedade na Europa. Entre esses indivíduos, encontram-se, sem dificuldade, figuras inglesas, o que evidencia a presença desses pensadores na formação e no pensamento de súditos portugueses.

4 A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS MUN NO PENSAMENTO DE SEBASTIÃO JOSÉ

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar a presença de ideias associadas a figuras inglesas – sobretudo Thomas Mun – no pensamento de Sebastião José. Ele subdivide-se em duas seções. Na primeira, faz-se referência à *Relação dos Gravames* e a algumas cartas de ofício enviadas por Sebastião José, durante sua estada em Londres, a expoentes da administração portuguesa, apontando a semelhança entre algumas noções empregadas nesses escritos com aquelas presentes nos textos de Mun. Na segunda, sem perder de vista este autor, contrapõem-se as ideias veiculadas por Postlethwayt – muitas das quais foram retiradas dos escritos de Mun –, especialmente em seu livro *The Merchant Public Counting House*, com aquelas que nortearam a criação da Aula de Comércio, presentes em seus Estatutos, com o interesse de demonstrar sua contribuição na criação desta última.

4.1 RELAÇÃO DOS GRAVAMES

A relação dos gravames está entre os documentos redigidos por Carvalho durante sua estada em Londres e, embora inacabado, contém muitas das ideias que seriam por ele implementadas durante o seu ministério. É perceptível a presença do pensamento inglês nesse e noutros escritos. Barreto (1986, p. L), por exemplo, afirma que, para se opor às “usurpações” da Inglaterra, o enviado da corte de Lisboa “advogava um ressurgimento do comércio, da navegação e da indústria nacionais, mas rigorosamente moldado pelos princípios e máximas por que se regia a própria economia inglesa”.

Há indícios de que Carvalho tenha tido algum contato com figuras que, posteriormente, foram associadas ao mercantilismo inglês, a começar pela presença de livros desses autores, como já se disse em outro lugar²⁶, em seu acervo de Londres. A presença de tais autores nos escritos de pensadores portugueses não seria novidade, pois ela é identificável em personalidades que precederam Sebastião José. Quando esta presença não se dava de maneira explícita, ela podia ser sentida através das máximas que nortearam os escritos de muitos pensadores portugueses.

²⁶ Cf. *Escritos Econômicos de Londres*, de José Barreto, p. 175 e 176, onde se encontram livros de Thomas Mun, Misselden e Josiah Child, entre outros autores.

A exemplo de Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680), que, entre outros ofícios, exerceu também o de embaixador. Embora seu *Discurso sobre a introdução das artes no reino* (1675)²⁷ tenha se inspirado principalmente na política de Colbert (1619-1663), muitas de suas ideias já estavam presentes em Thomas Mun, a cuja obra provavelmente teve acesso na versão francesa, pois, em 1674, período em que preparava o seu *Discurso*, vinha a público, em Paris, o *Traité de Commerce*, a tradução em francês de *England's Treasure by Foreign Trade*, inicialmente publicada em 1664, na Inglaterra (MAGALHÃES, 1967, p. 66-67). Ademais, o próprio Colbert, no que respeitava à balança comercial, em seu papel de regular o que saía ou entrava no reino, fiava-se nas ideias propaladas por mercantilistas ingleses, especialmente Mun.

Outros exemplos se poderiam juntar ao anterior de figuras portuguesas que, em que pese não terem mencionado Thomas Mun explicitamente em suas produções, fazem lembrar este autor pelo uso de algumas noções a ele associadas. D. Luís da Cunha (1662-1749), a quem Sebastião José chamava de mestre e por quem este fora sugerido para o posto de ministro do reino, está entre aquelas figuras. No texto de seu *Testamento Político*, dirigido a D. José I antes de assumir o trono, nota-se uma preocupação com a balança comercial, com a baixa produtividade das terras, o perigo do luxo, a ociosidade e a falta de gente, matérias que se tornariam recorrentes nos autores mercantilistas, mas que já estavam presentes na obra de Thomas Mun, sobretudo naquilo que respeitava à balança comercial.

O modelo em que se mirava aquele diplomata, como ele mesmo o disse, foram “as máximas” que viu “praticar em Inglaterra, em Hollanda, e França”. E compreendia a necessidade de adaptá-las à realidade da nação, pois continua afirmando que “nem todas se possam seguir pela diferença dos Climas, dos Governos, dos interesses, dos tempos, e pelos diversos gênios das Nações (CUNHA, 1976, p. 4).

Tal qual em D. Luís da Cunha e Ribeiro de Macedo, essas máximas e noções também se fazem ver nos escritos de Sebastião José que, apesar de não nomear Mun diretamente, emprega noções que haviam sido defendidas por esse comerciante inglês no século anterior ao de sua atuação. Nesta seção, nosso foco recai sobre a *Relação dos Gravames* e algumas cartas, além dos Estatutos da Aula de Comércio, no que for pertinente. Pretende-se demonstrar a presença de Thomas Mun nas ideias que usou para a construção desses documentos cujo caráter programático

²⁷ Este discurso foi escrito em Paris em 1675. Porém, publicou-se pela primeira vez somente em 1813, no *Investigador Português*, em Londres (MAGALHÃES, 1967, p. 63).

já foi apontado por diversos autores. José Barreto, referindo-se a esse aspecto, afirma que aquela *Relação* é um escrito fundamental para a compreensão da atuação de Sebastião José como ministro.

A *Relação* fora escrita originalmente para servir de anexo à carta de ofício de 2 de janeiro de 1741, endereçada a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, na ocasião, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Nela, Sebastião discorre, entre outros assuntos, sobre as negociações acerca do tratado que se pretendia firmar com a França. Os franceses queriam introduzir seus panos em Portugal para o que se fazia necessário tornar sem efeito a lei que proibia a entrada de lanifícios de outras nações em território português, da qual os ingleses haviam sido excetuados por força do Tratado de Methuen, de 1703. O pano de fundo dessas negociações foi a Guerra da Orelha de Jenkins (1739-1748), na qual a coroa francesa participou como aliada da Espanha.

Aqui, Sebastião José aponta as razões do sucesso da Inglaterra: o comércio e a marinha, ambas interligados. Tratava-se de verdadeiros pilares sobre os quais se amparava a nação inglesa. Em suas palavras,

(...) a Gram Bretanha não he mais do que huma ilha per si fértil para manter com os fructos da terra os seus habitantes, mas aberta e exposta, sem meyo para se defender a si própria pella natureza, se lhe faltarem a arte e a indústria, com que faz o *comercio* para nutrir a sua *marinha*, *donde resultao as forças com que se deve sustentar a si própria e defender a causa comum* (MELO apud BARRETO, 1986, p. 15, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que concorriam para o sucesso inglês, foram essas áreas que sofreram grande dano do lado português em virtude da política inglesa, que dificultava seu desenvolvimento, de modo que “pereceu a marinha, e o nosso comércio activo e passivo ficou monopolizado a favor dos Inglezes”. Esses eram, segundo Sebastião José, os “grandes males” de que padeciam os portugueses (MELO apud BARRETO, 1986, p. 5).

A atenção ao comércio e, em especial, ao importante papel da navegação para o desenvolvimento deste relaciona-se, como se verá adiante, com as máximas segundo as quais se regia o comércio da Inglaterra. Essas máximas, como será demonstrado, foram preceitos já preconizados na obra de Thomas Mun e postos em prática pela política inglesa ao longo do século XVII. Sendo aqueles os sustentáculos da nação inglesa, todas as ações que visassem à prosperidade do reino deveriam efetivar medidas de fomento e proteção a esses setores interdependentes.

No seu escrito mais conhecido²⁸, Mun (1664, p. 11), referindo-se aos meios de aumentar o ganho nas exportações, propôs que o transporte de mercadorias vendidas ao estrangeiro fosse realizado por embarcações inglesas ao invés de se permitir a participação de navios de outras nações. A medida era duplamente vantajosa: por um lado, aumentava-se o valor dos produtos exportados, pois ao seu preço eram acrescidos os custos do transporte; por outro, protegia-se – ao mesmo tempo em que se fomentava – a navegação. O exemplo mais ostensivo dessa máxima que passou a ser praticada de maneira mais ou menos sistemática pela política inglesa ao longo do século XVII foram os *Navigation Acts*.

O objetivo principal dos chamados “Atos de Navegação” consistia na proteção da navegação inglesa contra a Holanda, sua principal rival, e o fomento à indústria naval. Esse protecionismo, a propósito, é referido pela segunda máxima proferida por Sebastião, segundo a qual os ingleses haviam estabelecido leis e derogado costumes há muito praticados, a fim de impedir que outros estados tirassem proveito do seu comércio. Nesse particular, o primeiro daqueles “Atos” data de 1651, sob o governo de Oliver Cromwell (1599-1658). Por meio dele se proibia, entre outras coisas, a importação de produtos oriundos de territórios sob o domínio da coroa inglesa em navios estrangeiros. Somente embarcações de bandeira inglesa poderiam fazer o referido transporte (DICKERSON, 1951, p. 7).

Com efeito, a relevância da indústria naval e da navegação para a segurança e desenvolvimento econômico do reino, como posteriormente apontado por Sebastião em sua carta de ofício, é expressa já nas primeiras linhas do *Ato* de 1651, que assim expõe o fim para o qual fora idealizado:

Para o **aumento da exportação e fomento à Navegação** desta Nação, o que sob a boa Providência e Proteção de Deus, é o grandioso meio para o **Bem-Estar e Segurança** desta República, seja decretado pelo presente Parlamento... (COMPANY, 1895, p. 6, tradução e grifo nossos)²⁹.

A lei vedava também que os produtos advindos da Europa fossem trazidos por navios estrangeiros, excetuando-se as embarcações de nações onde o referido produto fosse cultivado, produzido ou manufaturado. Sendo assim, por exemplo, o vinho cultivado em Portugal, em princípio, poderia ser levado para Inglaterra em navios portugueses, embora, na prática, essa

²⁸ *England's Treasure by Foreign Trade* (1664), cap. III.

²⁹ *For the **encrease of shipping** and the encouragement of the Navigation of this Nation, which under the good Providence and Protection of God, is so great a means of the **Welfare and Safety** of this Commonwealth, Be it Enacted by the present Parliament...* (COMPANY, 1895, p. 6, grifo nosso).

navegação tenha sido grandemente estorvada, como se queixa Sebastião José na *Relação*. Havia, ainda, restrições referentes à pesca, aos produtos provenientes de nações estrangeiras e a citação das sanções que deveriam ser aplicadas aos que infringissem a norma.

Ao Ato de Navegação de 1651 seguiram-se outros, como os de 1660, 1663, 1673 e o de 1696, todos visando à proteção e fomento da navegação inglesa. O resultado dessa política foi um comércio cujo transporte de mercadorias era praticamente monopolizado pelos ingleses, o que permitiu o desenvolvimento de sua marinha e de seu comércio externo. A atenção a esse ramo, que se pode dizer fruto das ideias de comerciantes ingleses como as de Thomas Mun, tornou-se, efetivamente, uma máxima do comércio na Grã-Bretanha.

E é assim que Sebastião José a caracteriza na sua *Relação*. Em sua primeira “reflexão”³⁰, dedicada à exposição das “máximas geraes do comercio que formao o espirito da nação ingleza”, ele afirma que “A terceira máxima estabeleceu que o puro ganho que pode provir de qualquer ramo do comercio não he o único objecto de quem nelle trafica”. Isto é, não se deve preocupar-se somente com gênero com que se comercializa, mas “Principal ou juntamente se deve logo atender à *navegação* que o mesmo comércio pode ocasionar”. Pois que “a navegação mercantil é a base da marinha, o fundamento do Estado e a fonte donde se derivam as riquezas dos povos” (MELO apud BARRETO, 1986, p. 38, grifo nosso).

Essa visão de que o lucro do comércio também se dava por meio da navegação que este podia acarretar encontrava-se presente em Mun, especialmente quando discorreu sobre as maneiras de elevar o preço das exportações da Inglaterra. Segundo ele,

De maneira semelhante, o valor das nossas exportações pode ser elevado quando as fizermos em nossos próprios navios, pois assim obteríamos não somente o preço das mercadorias pelo valor que possuem aqui, mas também os ganhos dos mercadores, as taxas de seguro, e do frete para levá-las ao estrangeiro (MUN, 1664, p. 11, tradução nossa)³¹.

³⁰ O documento está organizado em doze seções intituladas de *reflexões*, nas quais Sebastião trata tanto de assuntos de cunho geral, como as máximas do comércio praticadas na Inglaterra quanto os de caráter específico, como suas ponderações acerca dos gêneros comercializados por Portugal, entre os quais se destaca o vinho.

³¹ *The value of our exportations likewise may be much advanced when we perform it ourselves in our own Ships, for then we get only not the price of our wares as they are worth here, but also the Merchants gains, the charges of ensurance, and freight to carry them beyond the seas (MUN, 1664, p. 11).*

Mun menciona um exemplo prático das vantagens que se poderiam tirar da referida navegação. Diz ele que, se mercadores italianos fossem buscar cereais e arenques vermelhos³² em Inglaterra, o ganho para o reino seria de 25 (vinte e cinco) xelins em relação ao quarto de trigo e 20 (vinte) xelins para o barril do pescado, ao passo que, se empregados os navios ingleses, poder-se-ia obter o dobro para cada um dos gêneros citados. Não se tratava, portanto, somente de atentar-se para a venda de tais produtos, mas também de fomentar a navegação necessária para o seu transporte, a fim de que se pudessem maximizar os ganhos.

Sebastião apontou também, em sua *Relação*, referindo-se às máximas atrás mencionadas, os vários efeitos positivos do desenvolvimento da navegação ligada aos diversos ramos do comércio. Entre esses efeitos gerados pela navegação mercantil estava o de dar “ao Estado os homens do mar”. Esse tipo de navegação “cria, instrui, sustenta e multiplica o número destes utilíssimos vassalos”. “Todos”, segundo ele, “contribuem ao respeito, à abundância e força do Estado”. Eles contribuem, ainda, para a própria defesa do reino, pois “as praças numerosas em grossíssimos mercadores”, “nas ocasiões de interesse ou necessidade contribuem para armar o Estado”. O exemplo disso eram os subsídios que estava recebendo a Inglaterra na guerra anglo-espanhola (MELO apud BARRETO, 1986, p. 39).

Thomas Mun, por sua vez, pouco menos de um século antes, pioneiramente defendia a grande utilidade da navegação para o reino, valendo-se de argumentos semelhantes. Em seu *Discourse of Trade, from England unto the East-Indies...* (1621)³³, em que responde às objeções feitas contra o comércio com as Índias, ele se refere à importância dos bons marinheiros para a nação. Eles eram de grande uso para o reino. Porém, havia necessidade de mantê-los empregados, a fim de que não tomassem lado com os turcos ou infiéis para espoliar nações cristãs, daí a razão de não somente criá-los, mas também de garantir-lhes a subsistência por meio do comércio³⁴ (MUN, 1621, p. 37).

³² Arenques eram peixes cuja pesca ocorria nas águas do reino da Grã-Bretanha.

³³ O título completo é “*A discourse of trade, from England unto the East-Indies answering to diverse objections which are usually made against the same*”.

³⁴ O texto original é o que se segue: *Thus may we esteeme our good Marriners, to be of no small use unto this Commonwealth: but take them from their laudable and accustomed imployments, for want of voyages to Sea; we see what desperate courses they doe then attempt, by joyning, even with Turkes and Infidels, to rob and spoyle all Christian Nations; so that we may conclude, we must not onely breed up Marriners, but also seeke by Trade, to give them maintenance* (MUN, 1621, p. 37).

Sebastião (apud BARRETO, 1986, p. 39), por seu turno, também afirmava que a navegação mercantil “a muitos outros ministra os meios de se ocuparem, de subsistirem e de enriquecerem os Estados enquanto os próprios se enriquecem”. Ora, do mesmo modo, Mun menciona esses benefícios no documento ora citado. Além de empregar um grande número de pessoas pobres, o que remediava um dos problemas recorrentemente apontados pelos mercantilistas – o da mendicância –, a navegação para as Índias estimulava a indústria naval que, por sua vez, fazia crescer a marinha, responsável pelo sucesso inglês.

Sucesso devido, conforme o juízo de Sebastião, não somente à marinha, mas também ao comércio. Ao descrever a ascensão inglesa, esses elementos são considerados – reitere-se – interdependentes. Como já foi atrás referido, com o comércio nutria-se a marinha. A noção da interdependência entre essas atividades se faz ver em outros escritos diplomáticos, além da *Relação*, a exemplo da carta de ofício de 19 de fevereiro de 1742, endereçada ao cardeal da Mota. Em sua abertura, ele reconhece que “sem comercio não pode haver Marinha que tenha subsistência” (MELO apud Barreto, 1986, p. 133).

Não é somente pela sua atenção à navegação, entretanto, que se pode perceber a presença de Mun na *Relação* do enviado português a Londres. Este também fez uso da noção de balança de comércio, fazendo menção a ela ao expor a “primeira máxima” do comércio inglês. Para os ingleses, a riqueza só poderia ser corretamente medida relativamente ao que possuíam as outras nações. Aí subjazia a ideia de que o comércio era um jogo de soma zero, no qual o ganho de um implicava a perda do outro, razão pela qual o comércio – leia-se comércio externo – era “de todos os meyoys que podem enriquecer hum Estado, aquelle que se julga mais vantajoso”, pois que, ao mesmo tempo em que aumentava a riqueza de um, fazia diminuir a do outro (MELO apud BARRETO, 1986, p. 36).

Lançando mão da metáfora que, recorrentemente, passou a empregar-se a partir de Misselden e Mun, Sebastião ilustra a noção anterior dizendo que “He o mesmo que tirar parte do pezo de hua *balança*, para o contrapor ou acrescentar na outra”. Reconhece, ainda, o pioneirismo inglês na compreensão de que a balança de comércio era determinante para a “balança do poder”, como expressa na seguinte passagem.

Ao estrondoso ruído que Inglaterra e Holanda fizeram com as suas forças, abriram os olhos todas as mais potências. Vendo então, desde a evidência, que o poder destas duas nações só consistia no comércio que haviam monopolizado apesar das outras, cada uma ficou persuadida dos utilíssimos efeitos do negócio e da indispensável necessidade de o

contemplar. Então, viram que a *balança do comércio faz a do poder*, pois que todas as forças de França se exauriram na mesma guerra que a Grã-Bretanha ainda podia sustentar muitos anos por meio do comércio, quando foi tão rogada para fazer a paz. Esta experiência fez que a França, acabada a guerra, mudou de máximas (MELO apud Barreto, 1986, p. 37, grifo nosso).

Com efeito, essa noção da balança de comércio pode ser encontrada nos três escritos de Mun, embora tenha sido exposta mais extensamente em *England's Treasre by forraign trade*.

Sebastião afirma que decorria dessa noção e da ideia de que o ganho de uma nação implicava o prejuízo de outra a visão mantida pelos ingleses de que era preferível perder prata ou ouro, lançando-o ao mar, do que transferi-lo para outra nação, daí sua tolerância às fraudes e aos abusos cometidos pelos nacionais contra os estrangeiros e os embaraços criados à entrada de produtos oriundos do exterior. Buscava-se, com isso, dificultar a saída de riqueza do reino.

Outra máxima referida por Sebastião cujo germe encontra-se na obra de Mun é a que alude à importação de matéria prima para produção de manufaturados para exportação. Em suas palavras, essa máxima

consiste em que toda a nação deve procurar no comércio que faz receber os gêneros alheios em materiais indigestos e crus, e transportar os próprios para os introduzir nos domínios estranhos depois de serem digeridos e beneficiados pelas manufaturas (MELO apud BARRETO 1986, p. 41).

Entre as vantagens de se produzir manufaturas com matéria prima estrangeira estava a de fazer aumentar no reino a quantidade de artífices e produzir um crescimento populacional.

Essa ideia fora expressa por Mun no capítulo III de seu *England's Treasre*, no qual afirmava que geraria lucro para o Estado, se este autorizasse a venda, livre de taxas, de manufaturas feitas com matéria prima importada, como veludos, seda trabalhada e fustões. Daí decorreria a geração de ocupação para pessoas pobres e o aumento da exportação para outras nações, o que, por conseguinte, faria aumentar a entrada de matéria prima, trazendo lucro para o reino com as taxas alfandegárias, além do que era um grande estímulo ao desenvolvimento das manufaturas.

No que se refere ao aumento do número de artífices, Mun também disse algo a esse respeito, no mesmo capítulo. Partindo da constatação de que as pessoas que viviam das “artes³⁵” eram mais numerosas do que as que viviam da agricultura³⁶, fazia-se necessário manter as primeiras, pois era

³⁵ O sentido dessa palavra, nesse contexto, parece estar mais próximo ao de ofício.

³⁶ O termo usado por Mun é o de “*masters of the fruits*”.

delas que provinham a força e a riqueza do reino: “onde as pessoas são muitas, e as artes boas, aí o comércio deve ser grande, e a nação, rica³⁷” (MUN, 1664, p. 17). Ademais, na visão de Mun, a indústria era mais lucrativa do que a venda dos produtos nativos para outras nações. O minério de ferro, por exemplo, seria mais rentável se empregado para a produção de mosquetes, âncoras e outros utensílios que, posteriormente, poderiam ser vendidos a melhores preços do que se fosse exportado em seu estado primitivo.

Na quarta máxima referida por Sebastião, segundo a qual se guiava o comércio inglês, notam-se ainda algumas outras preocupações já aludidas por Mun, que já haviam sido aventadas em outras máximas. São elas a ociosidade e a escassez de gente. Diz ele que “o comercio das mercadorias grosseiras e voluminosas é mais vantajoso a um Estado do que o dos gêneros mais finos e preciosos no seu valor intrínseco”. Entre as razões estava o fato de que o comércio de mercadorias grosseiras era capaz de gerar ocupação para um maior número de pessoas em relação aos gêneros mais finos. Isto, por conseguinte, contribuía para cortar pela raiz o que chamou de “os insultos da ociosidade e da indigência”, já referidos em outras máximas. Ademais, achava-se utilidade para os vassalos que, tendo providos os meios para sua subsistência, poderiam contrair matrimônio, fazendo multiplicar o número de “homens, principal riqueza de todos os Estados” (MELO apud BARRETO, 1986, p. 39).

Na sua *Petition and Remonstrance*, apresentada ao Parlamento em 1628, ao fazer a defesa da Companhia das Índias Orientais, Mun apontava este estabelecimento como responsável pelo emprego de uma grande quantidade de pessoas que, de outro modo, seriam um grande fardo para o estado. Boa parte desses vassalos eram homens sem ofício que, após serem introduzidos no comércio com as Índias, tornavam-se bons marinheiros e úteis para coroa. De maneira semelhante, tal comércio concorria para o surgimento de diversas ocupações (MUN, 1628, p. 3). Como se vê, tanto em um como noutro há uma clara relação de afinidade no tocante às preocupações com o comércio do reino, bem como com as questões que se tornaram recorrentes nas figuras geralmente rotuladas de mercantilistas. Na realidade, Sebastião se refere em seus escritos a questões que já haviam sido colocadas por figuras inglesas.

No seu esforço de capturar o “modo de ser” inglês no tocante ao comércio, Sebastião faz ecoar noções cuja difusão estava, pode-se dizer, associada a Thomas Mun, embora este não tenha sido seu único defensor. É assim, sobretudo, em relação à noção de balança comercial. Porém, não

³⁷ “for where the people are many, and the arts good, there the traffique must be great, and the Countrey rich”

se limita a isso. Há outras ideias apontadas por ele como traços característicos do comércio inglês que já haviam sido indicadas por Mun, a exemplo da preocupação com a navegação e o comércio, considerados elementos interdependentes que possuíam valor estratégico para o desenvolvimento do reino. Essas máximas certamente concorreram para a formação do ideário político-econômico de Sebastião, como outros de seus escritos diplomáticos evidenciaram.

Um sinal de que as ditas máximas do comércio inglês, bem como ideias preconizadas por Mun, concorreram para a formação do pensamento de Sebastião José acerca de determinadas matérias pode ser observado, por exemplo, nas cartas que enviou a Lisboa, ainda quando ocupava seu posto em Londres. Em carta datada de 14 de junho de 1741, por exemplo, ao fazer a comunicação a Marco Antônio de Azevedo Coutinho de que os ingleses introduziam pimenta clandestinamente em Portugal, Sebastião refere-se a uma prática consolidada na Inglaterra, que consistia em “mandar para a fora as fazendas da Índia”, pois, assim, os proprietários desse produto conseguiam recuperar os gastos realizados com a sua entrada em Londres.

Ora, essa prática remontava ao tempo de Mun³⁸ e é por ele sugerida, pelas vias legais, entretanto. Ao defender que o comércio realizado com regiões distantes era mais vantajoso do que aquele mantido com lugares menos remotos, ele afirma que a reexportação para outras nações da Europa dos produtos trazidos do Oriente era uma maneira de aumentar a riqueza da Inglaterra. A mercadoria a que ele faz alusão para sustentar seu argumento é, coincidência ou não, a pimenta. Se a pimenta custasse 2 (dois) xelins³⁹ a libra em média, o mercador poderia comprá-la em Amsterdã a 20 (vinte) pences, que já seria vantajoso. Caso a comprasse, entretanto, nas Índias Orientais, não pagaria mais que 3 (três) pences a libra, o que faria sua aquisição bem mais vantajosa não somente para o consumo interno, mas também para a reexportação a preços mais altos. Dessa forma, os ingleses ganhavam mais com a comercialização dos produtos das Índias Orientais do que os próprios povos dessas regiões. Tudo por meio da reexportação.

Evidente que no momento em que Mun apresentava tais ideias, havia interesse na defesa desse comércio, como já se indicou em outro lugar. No entanto, é importante assinalar como esse mercador já havia vislumbrado o que se tornaria uma prática comum nos portos ingleses. No entanto, é talvez na carta de 19 de fevereiro de 1742 que se pode perceber a influência do exemplo inglês de forma mais clara. Nesse documento, endereçado ao Cardeal da Mota, Sebastião discorre

³⁸ Cf. capítulo III de *England's Treasure by Forraign Trade*, p. 13.

³⁹ 1 xelim equivalia a 12 pences.

sobre o projeto de criação de uma companhia oriental. A sua implementação seria o caminho, seguido pelas demais nações da Europa, sobretudo a Inglaterra, para o desenvolvimento de suas marinhas, que foram cruciais na ascensão desses povos ao *status* de potências. Os dois grandes exemplos nos quais se deveriam mirar as demais nações eram o da Holanda e o da Inglaterra e, no caso português, pode-se dizer, mais ainda nesta última, dada a proximidade nas relações entre ambas. Na realidade, os ingleses haviam aprendido com os holandeses.

E Portugal, portanto, deveria aprender com os ingleses, pois era o exemplo mais próximo. Disso resultava a importância que deveria ser dada ao projeto, o qual havia sido originalmente proposto por um inglês, ex-funcionário da *East India Company*, chamado John Cleland⁴⁰. Em sua argumentação, Sebastião afirma que tais estabelecimentos só conseguiam manter-se bem-sucedidos quando dispunham, em sua administração, de indivíduos experientes, que conheciam o comércio oriental, daí a grande oportunidade que se apresentava por meio da ajuda de um ex-funcionário que, além da expertise, também possuía manuscritos “em que se contém os exemplos de tudo o que a Companhia Oriental Inglesa pratica na administração do comércio da Ásia e os planos das suas ideias sobre ele”, material que reputava de grande valor (MELO apud BARRETO, 1964, p. 134).

A conclusão a que chegou ao fim de sua exposição foram as seguintes: (i) para ser útil a Portugal, o comércio com o Oriente deveria se dar por meio de uma companhia, e (ii): que a dita companhia só poderia subsistir quando os mercadores portugueses fossem suficientemente instruídos naquele comércio. Ou seja, além do estabelecimento, que gozaria de privilégios para realizar o comércio, era necessária a formação adequada para os mercadores que neles estivessem envolvidos, sob pena de insucesso, caso esses dois aspectos fossem desconsiderados.

No que se refere ao primeiro aspecto, isto é, o do monopólio, é possível estabelecer um paralelo com o posicionamento de Mun em relação ao comércio com as Índias. Os privilégios da Companhia Inglesa das Índias Orientais, como já sinalizado anteriormente, foram defendidos por ele. De modo semelhante, Sebastião José, na carta em comento, não somente sugeriu a criação de uma companhia como também argumentou que esta só poderia subsistir se lhe fosse concedido o controle exclusivo do comércio com o Oriente. Seu prognóstico fundamentava-se no seguinte raciocínio. Todas as nações europeias praticavam esse comércio por meio de companhias com

⁴⁰ John Cleland (1709- 1789) é mais conhecido como romancista, autor de *Fanny Hill* ou *Memoirs of a Woman of Pleasure*, publicado em 1749.

privilégios exclusivos, de modo que não seria possível com elas concorrer sem a adoção de medidas semelhantes. Mais especificamente, Sebastião explicava que as nações da Europa não passavam sem os produtos orientais e estes somente poderiam ser obtidos de duas maneiras: ou pela mão dos comerciantes estrangeiros ou pelos nacionais.

Em cada caso, ter-se-ia um resultado diverso. Na primeira situação, privar-se-ia o Estado de desenvolver sua marinha, “útil meio de empregar e enriquecer os vassalos que exercitam as muitas artes fabris e liberais de que depende o manejo de um tal comércio”, além de ensejar a saída do ouro das fronteiras do reino. Em contrapartida, caso a obtenção dos produtos orientais ocorresse por meio dos comerciantes nacionais, o efeito contrário seria produzido. “Da comparação desses dois verdadeiros extremos resulta, pois, a razão para o monopólio”, arrematava Sebastião José. Acresceu ainda aos motivos acima o fato de que somente por meio do monopólio poder-se-ia aglutinar os recursos necessários para a criação e manutenção de uma empresa tão dispendiosa (MELO apud BARRETO, 1986, 146-147).

Reitere-se, portanto, que, em matéria de monopólio, as ideias de Mun parecem fazer eco em seu pensamento, uma vez que ele foi, em seu tempo, um grande defensor da Companhia Inglesa das Índias Orientais, bem como de suas prerrogativas. Além disso, como já sinalizado, compreendeu a necessidade de qualificação para o comerciante, que, para ele, consistia num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento do reino. É da compreensão por Sebastião José da relevância de mão de obra qualificada para atuação no comércio que surgirão ações como a criação da Aula de Comércio durante sua administração, sendo esta preocupação tributária, em razoável medida, embora não exclusivamente, às reflexões de Thomas Mun. Na próxima seção, apontaremos o quanto a criação da Aula de Comércio foi tributária dessas ideias, mencionando, também, outra figura inglesa que ensaiou a aplicação do ideário de Mun acerca da formação do comerciante, enfatizando as semelhanças entre as iniciativas para fundação de estabelecimentos de ensino comercial e os escritos de Mun.

4.1.1 Thomas Mun, Postlethwayt e aula de comércio

A Aula de Comércio, criada em 1759, foi o resultado de um esforço de organização da profissão mercantil, que, como sugerido anteriormente, tem suas raízes em pensadores ingleses, sobretudo Thomas Mun. Na própria justificativa de sua criação, constante de seus estatutos, destacava-se como causadores da decadência de muitos negociantes a carência de conhecimento técnico acerca do registro dos livros de comércio, mas não somente isso, pois o comércio externo sofria significativos prejuízos em razão da “ignorância da redução dos dinheiros, dos pesos, das medidas, e da inteligência dos câmbios” (SILVA, 1830, p. 655). Tratava-se, segundo esse documento, de um estado de desordem total, que se objetivava remediar pela criação da referida Aula.

A preocupação com o reordenamento do comércio propunha, portanto, a profissionalização do ofício de comerciante e a otimização do comércio externo, elementos que ocuparam um lugar central no pensamento de Mun, pois deles dependia o sucesso comercial inglês. Há, entretanto, outra figura inglesa, a qual também bebeu dos escritos de Mun, que parece ter concorrido para a formação de ideias que balizaram a criação da Aula de Comércio, uma vez que alguns paralelos podem ser traçados entre as instituições que seriam criadas. A presença desse escritor inglês no pensamento de Sebastião José já está relatada na bibliografia acerca do ensino comercial em Portugal, haja vista os textos de Rodrigues et. al (2014)⁴¹.

Trata-se de Malachy Postlethwayt (1707-1767), escritor econômico inglês contemporâneo de Sebastião José. Autor de vários textos, dos quais o mais conhecido é *The Universal Dictionary of Trade and Commerce* (1756), em grande parte uma tradução de *Dictionnaire universel du commerce*, do francês Jacques Savary des Brûlons⁴². Embora o tenha retocado, há quem alegue que seu texto contivesse passagens inteiras de Brûlons sem a devida citação (MCCULLOCH, 1845, p. 52). Não obstante ser possível notar a presença de figuras francesas em seus escritos, os ingleses também são mencionados, a exemplo de Josiah Child, Charles Devant e o próprio Thomas Mun⁴³. Este faz sua aparição em seu *Dictionary...*, quando se trata da noção de Balança Comercial, e em

⁴¹ As autoras indicam Malachy Postlethwayt e Cleland como influências inglesas no pensamento de Sebastião José, com as quais ele teria entrado em contato durante sua estada em Londres no período 1738-1743. Cf. *English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce*, de Rodrigues e Craig, publicado no *Atlantic Economic Journal*, v. 32, n. 4, p. 329-345, 2004.

⁴² Jacques Savary des Brûlons, além de lexicógrafo, foi inspetor geral de manufaturas na alfândega de Paris no século XVIII.

⁴³ Em seu acervo pessoal em Londres, Sebastião mantinha livros dessas três figuras, todas ligadas a *East India Company*.

Britain's Commercial Interest Explained, na qual Postlethwayt refere-se a Mun como “*the skilful and eminent English Merchant*” (o eminente e talentoso comerciante inglês), para discorrer sobre a importação e exportação de metais preciosos e como esse processo poderia trazer riqueza para um reino ao contrário do que pensavam muitos⁴⁴. Pode-se dizer que, em certa medida, ele foi um aplicador de algumas ideias que haviam sido propaladas por Mun, sobretudo no que tangia ao comércio. São contribuições suas, presentes em seu *Universal Dictionary of Trade and Commerce*, o desdobramento das “qualidades do perfeito negociante” elencadas por Mun em propostas curriculares para matérias específicas e a defesa de que seu ensino deveria dar-se em uma instituição destinada especificamente à educação comercial (RODRIGUES e CRAIG, 2014, p. 333).

A obra de Postlethwayt que interessa aos propósitos deste escrito, no entanto, chama-se “*The Merchant Public Counting House: or new mercantile institution... with a practicable plan for that purpose*”⁴⁵, publicada em 1751. Por meio dela se preconizava que um bem regulado e extensivo comércio era o elemento mais importante para a vida de uma nação. Entretanto, leis sábias não eram suficientes para mantê-lo em bom estado.

Necessitava-se de comerciantes hábeis. À semelhança do que se vê em Mun – e posteriormente nos escritos de Sebastião José – Postlethwayt também coloca em evidência o relevante papel exercido por essa classe de indivíduos e a elevada estima de que deveriam gozar pelos serviços que poderiam prestar. Para tanto, refere-se a circunstâncias pregressas nas quais eles teriam socorrido monarcas e financiado grandes projetos. Um dos exemplos ilustrados é o de Thomas Gresham (1519-1579), comerciante e financista inglês que teria ajudado o rei Eduardo VI a quitar as dívidas da Inglaterra com a Antuérpia no século XVI (POSTLETHWAYT, 1751, p. 60 e seg.).

Para a preparação dessa classe de indivíduos, no entanto, carecia-se do que chamou de “educação mercantil apropriada” – ou *a proper mercantile education*, uma vez que “a menos que os comerciantes fossem peritos e judiciosos no desenvolvimento e cultivo das ‘artes práticas’ do comércio, as melhores leis não seriam mais que letra morta”, pois é o sábio comerciante que lhes deve dar o espírito e fazê-las operativas e benéficas (POSTLETHWAYT, 1751, p. 3).

⁴⁴ Ver *Britain's commercial interest explained*, 1986, p. 252

⁴⁵ A Casa Pública de Contabilidade Comercial: ou a instituição mercantil... com um plano prático para aquele fim (tradução nossa).

Por isso, era imperativo que se fomentasse a qualificação dos praticantes do comércio, sem o que não seria possível otimizá-lo. Postlethwayt observou que, apesar da importância dada ao comércio pela nação inglesa, não havia, até aquele momento, uma instituição apropriada para o ensino de conhecimentos necessários ao seu correto desenvolvimento. De acordo com o seu julgamento, isso era resultado de um mal-entendido: o de que, para se praticar o comércio, era necessário somente dispor de algum capital e possuir um espírito aventureiro. A ideia que se fazia da atividade comercial era bastante limitada, pois – achavam muitos – que ela consistia unicamente em comprar e vender, pagar e receber, exportar e importar. Essa rasa compreensão das transações comerciais, atinou ele, era o motivo pelo qual um sem número de indivíduos aventuravam-se no comércio e, por carência de qualificação, tornavam-se vítimas de sua própria ignorância (POSTLETHWAYT, 1751, p. 4).

Por essa razão ele passou a advogar, fazendo eco ao que havia sido dito por Mun, que ao comerciante competia dominar conhecimentos específicos para obter sucesso em seu ofício. A contribuição de Mun em seu pensamento é tal que se repetem boa parte das matérias de conhecimento que deveriam ser aprendidas pelo perfeito comerciante. São elas o domínio das obrigações, impostos, subsídios, recompensas, moedas estrangeiras, câmbios, pesos, medidas, método de conversão de moedas, além de seu valor extrínseco e intrínseco. Daí a premente necessidade de se erigir um estabelecimento onde se ministrasse esse ensino.

Embora não se possa dizer que a Aula de Comércio tenha sido uma cópia exata do projeto de Postlethwayt, ela certamente se inspirou nele, em alguma medida, uma vez que é possível identificar semelhanças entre a referida Aula e a “instituição mercantil” proposta pelo inglês. Nesse sentido, há quem afirme que Sebastião José tenha sido um aplicador das ideias de Postlethwayt – boa parte das quais, repita-se, foram retiradas dos escritos de Mun –, com as quais ele teria entrado em contato quando da sua permanência em Londres. Há razão, aliás, para se cogitar que Sebastião José tenha tido algum tipo de contato pessoal com Postlethwayt, em Londres, sobretudo após ter se tornado membro da *Royal Society*, cujos membros mantinham ligações com indivíduos que pertenciam a outras sociedades, como a *Society of Antiquaries of London*, de que Postlethwayt passou a fazer parte, em 1734 (RODRIGUES e CRAIG, 2014, p. 334).

4.1.1.1 A Aula de Comércio e a *Merchant Public Counting House*: dois projetos e uma inspiração

A primeira semelhança que pode ser apontada entre esses dois estabelecimentos diz respeito ao público a que originalmente se destinavam. De maneira geral, ambos pretendiam servir os filhos de comerciantes. É o que se lê no capítulo XVI dos Estatutos da Junta de Comércio, que dispõe sobre os mestres da Aula de Comércio e seus exercícios. Por ele, estabelecia-se que seriam admitidos vinte assistentes, “filhos de Homens de Negócios”, aos quais seriam reservados emolumentos suficientes para estimular os já providos de meios para subsistência, bem como para suprir a carência dos menos abastados (SILVA, 1830, p. 471).

O estabelecimento inglês, por sua vez, também se destinava primordialmente aos filhos de *Merchants*, que se traduz por “comerciantes” ou “mercadores”. No entanto, seu escopo abrangia outros grupos. À pagina 54 de seu *Plan*, Postlethwayt define seu público alvo, dizendo que sua *institution* tencionava atingir grupos específicos, entre os quais estavam os filhos de *planters* da América, isto é, a prole dos proprietários de *plantations* das Treze Colônias Inglesas, e aqueles que pretendiam tornar-se cônsules, para quem o conhecimento das artes práticas seria útil e ainda para quaisquer outros indivíduos que se interessassem por dedicar-se a qualquer ramo do comércio.

Antes da instituição, os filhos de homens de negócios, para que pudessem obter uma educação voltada para o comércio, precisavam ser enviados ao exterior, sobretudo para Holanda, já que não havia lugar no reino onde a juventude pudesse ser instruída, o que era causa de vergonha e consternação, segundo Postlethwayt. Algo semelhante, pode-se dizer, ocorria em Portugal, onde, no período anterior à criação da Aula, não havia lugar em que se ensinassem assuntos atinentes ao comércio, razão pela qual alguns iam buscar esse saber em outras nações. Jacome Ratton (1920, p. 191-192), contemporâneo de Pombal, em suas *Recordações*, afirmava que, com raríssimas exceções, “... não se conhecia nenhum nacional que tivesse prática da escripturação dos livros em partidas dobradas, nem que fosse versado no conhecimento dos pezos, medidas, e moedas, estrangeiras, dos câmbios e suas combinações”. E os que conheciam como os “Jorges, Palyarts, Despies, Vanzelleres, Crammer, Vanpraetz”, eram filhos de estrangeiros, os quais os havia enviados para estudar no exterior.

Com efeito, a “digrafia” – ou método das partidas dobradas – era pouco conhecida em Portugal em meados do século XVII. Somente três firmas a conheciam, em razão de comerciarem com outras nações ou colônias e por possuírem em seus quadros estrangeiros que tiveram uma

educação comercial em outro país. Eram elas a Bandeira & Bacigalupo, Bom & Ferreira e Emeretz & Brito (THIAGO, 1929, p. 379).

Um paralelo pode ser traçado, também, com relação aos critérios estabelecidos para a admissão de assistentes em ambas as instituições. Tanto para uma quanto para outra exigia-se, além do pertencimento a algum dos grupos acima referidos, o domínio de alguns conhecimentos básicos. Além disso, havia restrições etárias. Na Aula, por exemplo, não se deveria admitir pretendente que não tivesse catorze anos completos. E, embora não houvesse impedimento para a aceitação de indivíduos mais velhos, dever-se-ia preferir os mais jovens, sob a justificativa de que estes eram mais próprios para o ensino.

Quanto ao conhecimento prévio exigido, o ingresso estava vinculado ao domínio da leitura, escrita e contagem, nas quatro operações, pelo modo mais simples. A avaliação dos pretendentes seria realizada pelo Lente da Aula, responsável por dizer quem estava apto a ser admitido. Além disso, não obstante a preferência pelos filhos de “Homens de Negócios”, haveria um período de teste, para avaliar o aproveitamento de cada aluno, ao fim do qual se aplicariam exames para que se pudesse decidir sobre o destino do aulista.

O *Plan of the Counting House*, por sua vez, estabelecia o limite de dezesseis anos para a matrícula, dois a mais em relação à Aula. Embora houvesse uma pequena diferença no limite de idade para o ingresso, nota-se, por outro lado, uma semelhança significativa no que se exigia que o pretendente soubesse. O candidato deveria ter o domínio da aritmética e a caligrafia ou escrita corrente – a expressão originalmente usada é *current handwriting*. (POSTLETHWAYT, 1751, p. 12). Sendo assim, os critérios para admissão à Aula eram, ressalvadas pequenas dissemelhanças, os mesmos exigidos pela *Counting House*. Há, no entanto, uma diferença no modo como se deu a enunciação de tais critérios.

Nos Estatutos da Aula, escreve-se que “supõem como necessária a suficiente expedição em ler, escrever e contar, ao menos nas quatro espécies, pelo modo mais ordinário” (SILVA, 1830, p. 657), ao passo que, no referido *Plan*, diz-se que “ninguém seria admitido caso não dominasse a aritmética escolar e a escrita corrente⁴⁶”. Ora, as habilidades de “ler e escrever” estavam diretamente vinculadas ao domínio da “escrita corrente” e o “contar nas quatro espécies” era,

⁴⁶ *It is proposed to take no young Gentleman into our Counting-House under sixteen years of age; nor any but such who are qualified in school-arithmetic, and masters a tolerable current hand-writing* (POSTLETHWAYT, 1755, p. 15, grifo nosso).

grosso modo, outra maneira de se referir à aritmética. Isso evidencia a grande semelhança nos critérios exigidos para a admissão nas instituições supracitadas.

Tal semelhança também se faz ver na organização curricular. Nesse quesito, o *Plano* de Postlethwayt se mostrou mais ambicioso, pois abrangia mais conteúdos do que o currículo anunciado nos Estatutos da Aula de Comércio. Mesmo assim, notam-se aspectos que nos permitem dizer que uma – em maior ou menor grau – inspirou-se noutra. No caso em tela, a Aula seria tributária da *Counting House*, idealizada pelo inglês. Naturalmente, o currículo buscava atender às carências diagnosticadas em ambos os países no que tangia à atividade comercial. E, como vimos, tais diagnósticos são, até certo ponto e ressalvadas as particularidades de cada país, semelhantes e estão diretamente relacionados ao pensamento de Mun no que respeitava às qualidades do perfeito negociante. Recapitulemos, portanto, tais predicativos, fazendo alusão aos currículos de ambas as instituições.

“1. Ele deve ser um bom *aritmético*” (MUN, 1664, p. 2, tradução e grifo nossos)⁴⁷

Uma das primeiras lições a ser ministrada na Aula de Comércio era a de Aritmética. Esta era considerada o “fundamento e princípio de todo e qualquer comércio”, razão pela qual deveria ter primazia entre os conteúdos a serem estudados. Por meio dela, seriam ensinados as quatro operações e os diferentes modos de se proceder a elas, incluindo-se suas respectivas provas. Inicialmente, as operações seriam desenvolvidas com números inteiros, para que, alcançado o nível de excelência pretendido, se procedesse ao que se chamou de “ensino da conta de quebrados”, isto é, de números com vírgulas. Havia previsão, ainda, para o estudo da regra de três considerada indispensável ao comerciante. O objetivo era que não se avançasse para outros assuntos antes que se tivesse desenvolvido suficientemente bem nesses quesitos.

“2. Ele deve conhecer as medidas, pesos e moedas de todas as nações estrangeiras, especialmente dos lugares onde comercializamos, e não somente as denominações das moedas, mas também o seu valor intrínseco conforme seu peso e pureza, em comparação com o padrão deste reino, sem o que ele não poderá dirigir bem seus negócios” (MUN, 1664, p. 3, tradução nossa)⁴⁸.

⁴⁷ *He ought to be a good Arithmetician* (MUN, 1664, p. 2).

⁴⁸ “2. *He ought to know the Measures, Weights, and Monies of all forraign Countries, especially where we have Trade, & the Monies not onely by their several denominations, but also by their intrinsique values in weight & fineness, compared with the Standard of this Kingdome, without which he cannot well direct his affaires*” (MUN, 1664, p. 3).

A passagem acima refere-se a dois tipos de conhecimento cujo domínio era indispensável para o perfeito comerciante. Um mais direto e outro mais complexo, que requeria a compreensão do valor real de uma moeda. Essa mesma recomendação está presente tanto nos Estatutos da Aula quanto na publicação de Postlethwayt que contém o plano para sua *Counting House*.

No primeiro documento, mantém-se até mesmo a ordem em que se dá a recomendação para a obtenção daqueles conhecimentos. Fala-se, inicialmente, em conhecer as diferentes unidades de medida usadas nos lugares onde Portugal mantinha comércio. Dispunha-se que

Ao ensino da Aritmética perfeita se deve seguir a notícia dos pesos em todas as Praças do Commercio, especialmente aquelas com que Portugal negocia; como também das medidas, assim de varas, e côvados, como de palmos, e pés, cúbicos, e singelos, e do valor comum das moedas no País, em que correm, até que qualquer dos Assistentes da Aula possa reduzir, por exemplo, as varas de Espanha, as Jardas de Inglaterra, ou os Palmos de Genova à medida de Portugal, ou de outro Reino, e o custo, e despesa da fazenda, na Praça estrangeira, ao dinheiro da outra Praça, para que se fez o transporte (SILVA, 1830, p.658).

Igualmente, havia previsão para esse tipo de ensino na instituição inglesa proposta por Postlethwayt. Este, no entanto, enfatizou a necessidade de se ensinarem métodos de conversão da moeda inglesa para as demais moedas das nações com quem se comercializava⁴⁹.

Do conhecimento desses particulares, devemos avançar para a comparação dos pesos e medidas, e os métodos de conversão daqueles de um país para os de outros (POSTLETHWAYT, 1751, p. 20, tradução nossa)⁵⁰.

Uma vez aprendidos os pesos, os Estatutos previam o estudo dos câmbios, tema diretamente relacionado ao valor intrínseco e extrínseco das moedas falado por Mun. Sem ele, seria impossível saber o real valor dos produtos comprados ou vendidos no estrangeiro.

Porque o referido conhecimento não seria bastante para adquirir a certeza do custo das fazendas sem a notícia dos câmbios, visto que nesta imaginária passagem da moeda se não atende somente ao seu valor real, mas também à maior, ou menor necessidade de dinheiros em cada uma das Praças, pela qual se aumenta, ou diminui o valor arbitrário dessa mesma moeda... (SILVA, 1830, p. 658).

Por valor arbitrário referia-se ao valor assumido pela moeda em virtude de sua abundância ou escassez em um determinado lugar ou região.

⁴⁹ Cf. página 16

⁵⁰ *From the knowledge of these particulars, we shall advance to the comparison of foreign weights and measures, and the methods of converting those of one country into those of any other.*

Postlethwayt, por sua vez, via a compreensão do funcionamento do câmbio como extremamente necessária, pois por meio dela o comerciante poderia tirar grandes vantagens. A respeito dessa temática, ele destacou o papel da “arte da arbitragem”, que definiu, valendo-se das ideias tiradas do *Traité General du Commerce*, de Samuel Ricard, como sendo “em matéria de câmbio, um pressentimento de uma vantagem considerável que alguém deve receber de uma remessa ou saque feito para um lugar em vez de outro” (POSTLETHWAYT, 1751, p. 16). Por outras palavras, tratava-se de identificar quando e onde a compra ou venda de uma determinada moeda poderia trazer lucro para aquele que a comercializava. Mal comparando, seria o que, em tempos modernos, chamar-se-ia de arbitragem cambial, que nada mais é que a comercialização de uma mesma moeda em diferentes mercados, visando ao lucro com base na diferença de preço a ela atribuída em cada um deles⁵¹.

Aprendidas as denominações das diversas moedas, bem como seu valor intrínseco e extrínseco assumido nas Praças de comércio, os Estatutos da Aula previam, ainda, a aprendizagem sobre seguros, apólices e todas as obrigações pertinentes a esses assuntos. O ensino dessa matéria relaciona-se inteiramente com o que Mun escreveu ao falar sobre a necessidade de seu “*perfect merchant*” estar familiarizado com os diversos encargos, taxas e outras imposições que incidiam sobre os produtos importados ou exportados. Além disso, ele deveria ser um conhecedor das leis e taxas alfandegárias que se praticavam à época e das condições exigidas para os seguros, bem como dos acidentes que poderiam acometer uma viagem.

“1. Ele deve ser um bom contabilista, pelo nobre método de Devedor e Credor, que é usado somente entre os comerciantes” (MUN, 1664, p. 3)⁵².

No trecho acima, o termo “nobre método de Devedor e Credor” (*noble order of Debtor and Creditor*) é usado por Mun para referir-se ao método das partidas dobradas. O conhecimento de tal método fazia parte da formação necessária ao comerciante. Nos Estatutos da Aula, seu aprendizado deveria ser realizado na última etapa do curso. Eles dispunham que “ultimamente se passará a ensinar o methodo de escrever os livros com distinção do Comércio em grosso, e da venda a retalho,

⁵¹ Não é objetivo deste trabalho tratar pormenorizadamente de noções da área econômica, mas tão somente apontar a presença delas nos textos em análise, pela simples razão de elas terem sido abordadas por Thomas Mun.

⁵² 1. He ought to be [...] a good accountant, by that noble order of Debtor and Creditor, which is onely used amongst Merchants (MUN, 1664, p. 3).

ou pelo miúdo, *tudo em partida dobrada*, ainda que com diferença dos dois referidos comércios” (SILVA, 1830, p. 659, grifo nosso).

Esse método teria sido popularizado por toda a Europa através da obra do italiano Luca Pacioli *Particularis de computis et scripturis* (1494). A maioria dos livros sobre escrituração contábil – *bookkeeping* – publicados no século XVII, não somente em italiano, mas também em alemão, holandês, francês e inglês, baseavam-se diretamente no texto de Pacioli. Todo esse alcance só foi possível em virtude da revolução provocada pelo desenvolvimento da imprensa, que concorreu para a circulação dos textos que continham o Método Veneziano de Pacioli de modo que este fora amplamente adotado pelos comerciantes e fortemente recomendado pelos mestres (WHITE, 2011, p. 117).

Esse método também estava presente no currículo da *Counting House*, segundo o qual a devida atenção deveria ser dispensada à “arte da contabilidade” – *the art of accountantship* –. Sendo assim, a escrituração dos livros deveria ser realizada a partir do *double-entry method*, isto é, o método das partidas dobradas, utilizado pelos comerciantes mais hábeis. A ideia era a de tornar mais racional e, portanto, mais confiável, o registro das transações comerciais, a fim de que se evitassem os problemas causados pela falta de formalidade. Tão relevante era o domínio desse método que sem ele o comerciante é comparado a um marinheiro em alto mar sem mapa ou bússola para guiar o seu curso (POSTLETHWAYT, p. 1751, p. 24-25).

11. Ele deve, por ser um viajante e, por vezes, ter de permanecer em terras estrangeiras, falar várias línguas (MUN, 1664, p. 4, tradução nossa)⁵³.

Embora os Estatutos da Aula não indiquem, de maneira expressa, o ensino de línguas, sabe-se, pelo que pode ser encontrado nas *Recordações* de Ratton (1920, p. 191), que ele ocorreu. Ao apontar a utilidade do estabelecimento para a formação de pessoal habilitado para o provimento de cargos importantes na administração tanto da metrópole quanto das colônias, Ratton afirma que a aula fora responsável pela generalização da caligrafia recomendada pelo governo, bem como da língua francesa, pois um mestre de francês havia sido a ela ajuntado. A esse respeito, sabe-se, ainda, que até mesmo o ensino de língua inglesa teria sido fomentado, em Portugal, muito pela necessidade de se comercializar com os ingleses, seus principais parceiros comerciais. O francês,

⁵³ 11. *He ought to as he is a traveler, and sometimes abiding in foreign countries to attain to the speaking of divers languages...* (MUN, 1664, p. 4).

entretanto, gozou de certa primazia, por se tratar da língua da diplomacia, à época (TELES, 2019, p. 87).

Semelhantemente, a instituição inglesa, em linha com o ideário de Mun, previa o ensino de línguas. O método a ser utilizado seria o do Dr. Stirling, que preconizava o ensino da gramática da língua inglesa como fase inicial, sem o qual a aprendizagem das demais línguas seria comprometida. As línguas a serem aprendidas seriam “o francês, o italiano, o espanhol, o português, e o *High* ou *Low Dutch*”, por serem as principais línguas vivas, por meio das quais o comércio externo era realizado. Para seu ensino, seria erigida, adjunta ao prédio da *Counting House*, uma *Classical Academy*.

Ainda em sintonia com a recomendação de Mun, para quem, embora o comerciante não precisasse ser um *scholar*, era necessário que ele aprendesse o latim, o plano da instituição mercantil previa o estudo das línguas latina e grega. Este seria feito, entretanto, por meio da língua inglesa, que seria ensinada no período inicial da *Classical Academy*, daí a necessidade de se ensinar, em primeiro lugar, a gramática do vernáculo para, em seguida, proceder-se à aquisição dos demais idiomas, como mostra a passagem a seguir.

A razão do Doutor Stirling para isto é que, como o Latim e o Grego somente podem ser aprendidos com sucesso com a ajuda da gramática, e devem ser traduzidos por nós para o vernáculo, a fim de que possamos aperfeiçoar nosso conhecimento sobre eles, então é sem dúvida razoável que sejamos iniciados, primeiramente, na gramática da nossa própria língua, se quisermos atingir um rápido progresso no estudo das demais⁵⁴.

John Stirling, em cuja obra *Postlethwayt* baseou-se para a elaboração de seu plano de ensino de línguas, escreveu diversos livros destinados ao ensino do Latim e do Inglês. São de sua autoria, por exemplo, *A Short View of English Grammar* (1735), *A Course of Theology* (1750), *The Private Tutor to British Youth* (1778) e *Cato's Moral Distichs and Lily's Pedagogical Admonition* (1787). Entretanto, sua mais importante publicação chamava-se *A System of Rhetoric* (1733). Tratava-se de um texto, voltado para o ensino nas *elementry schools*, por meio do qual se ensinavam as “figuras retóricas⁵⁵” (MORAN, 1997, p. 3).

⁵⁴ *The Doctor's reason for this is, that as the Latin and Greek are to be studied with success only by the help of Grammar, and must be translated by us into our native English, in order to our perfect knowledge of them; so there is the strongest reason that we should be first initiated into our own tongue grammatically, if we propose to make a right and speedy progress in the study of the other* (POSTLETHWAYT, 1751, p. 88-89).

⁵⁵ O termo “figuras retóricas” refere-se a metonímias, catacreses, metáforas, etc.

Seu objetivo, enunciado no prefácio da obra, era o de possibilitar aos seus alunos a obtenção de uma compreensão correta dos clássicos. Em virtude da falta de proficiência na língua latina, ele deu ao vernáculo, isto é, ao inglês um lugar central no seu método de ensino. Seu livro continha 94 figuras retóricas explicadas, inicialmente, em inglês. Na segunda parte, eram discutidas as mesmas figuras, porém, em latim. Para facilitar a memorização, tais definições eram organizadas em dísticos⁵⁶ ou pares rimados. Era certamente a esse método de ensino de língua – isto é, aquele que se dava através da língua materna –, que Postlethwayt pretendia aplicar na sua *Counting House*.

Ademais, o aprendizado das línguas deveria incluir a leitura dos grandes livros ao que deveria se seguir o ensino dos instrumentos textuais ligados ao comércio, tais como as apólices de seguro e as *bills of lading*, que consistiam num documento emitido pelo transportador para terem conhecimento do carregamento. Entre tipos de texto que eram empregados no universo comercial, deveria ter um lugar de destaque a “*letter of business*” ou carta comercial. A razão estava no fato de que a comunicação entre comerciantes de nações diferentes dava-se, em grande parte, por meio de correspondência escrita. Por vezes, esta acabava sendo o único canal de contato entre eles. Sendo assim, era fundamental o seu papel na educação do comerciante.

O estilo importava bastante. Segundo Postlethwayt (1751, p. 22), tais cartas, quando redigidas judiciosamente e com o estilo adequado à matéria, inspiravam “respeito e confiança”. Havia relatos, ele acrescenta, de comerciantes que, não obstante sua modesta estreia nos negócios, atingiram grande sucesso material, em razão da elevada capacidade de comunicação por meio daquele tipo de correspondência. Por essa razão, ele a colocou em evidência no currículo de sua instituição. Entretanto, para que tal nível de excelência fosse alcançado, fazia-se necessária a aquisição de um amplo conhecimento dos clássicos. Embora não fosse necessário que o comerciante fosse uma “pessoa de alta cultura” – o termo empregado, no original, é “*a person of great learning*” –, era imprescindível que soubesse escrever conforme a gramática. Nesse quesito, ele faz eco a fala de Mun por meio de uma paráfrase. Enquanto Mun usou o termo “*a great scholar*”, Postlethwayt empregou o termo “*a person of great learning*”, os quais, no contexto em que foram usados, podem ser tomados como sinônimos.

Ao aproximar-se do fim de seu *Plan*, Postlethwayt refere-se, ainda, às consequências positivas que seriam produzidas por meio de sua execução de seu projeto. Em cada quesito exposto, notam-se as preocupações que já haviam sido ventiladas por Mun e, no caso de Portugal, por

⁵⁶ Estrofe mínima, composta de dois versos.

Sebastião José. A primeira consequência, por exemplo, seria o fato de que a nova instituição estimularia, entre os comerciantes ingleses, o desejo de destacarem-se nas diferentes artes e ofícios, gerando, portanto, o desenvolvimento do comércio e da marinha. Já vimos, em outro lugar, a importância assumida por esses dois elementos nos escritos de Mun e como Sebastião José, observando a história da Inglaterra, chegou à compreensão de que, sem eles, os ingleses jamais teriam dominado os mares. Razão pela qual Sebastião José passou a crer que, sem agentes comerciais capacitados, o comércio e marinha portuguesa não iriam desenvolver-se.

Haveria, também, comerciantes capacitados para lidarem com estrangeiros, nos mais variados tipos de negociação, de maneira que se evitasse que fossem enganados ou persuadidos a fecharem maus negócios. Para tanto, era preciso o conhecimento de línguas, dos pesos e medidas das nações com que se comerciava, assim como dos costumes, produtos em demanda, etc. Ora, isso também se vê entre os objetivos que nortearam a criação da Aula, em Portugal. Mirava-se, também, a formação de indivíduos qualificados para ocuparem postos nas feitorias inglesas sediadas nas mais diferentes partes em que a coroa inglesa havia chegado. Quanto a esse ponto, a Aula também se assemelhava à instituição em comento, na medida em que encaminhava seus egressos a cargos da administração. Os próprios Estatutos da Aula continham essa orientação. Aos cursistas que concluíssem as matérias e fossem certificados deveria ser dada a preferência em quaisquer empregos, salvo disposição em contrário. O interesse em formar quadros para preencher lugares específicos na sociedade era uma preocupação de Sebastião José, que apostou nas reformas do ensino a fim de concretizá-lo.

Como indicado anteriormente, pelo que estava disposto em seus Estatutos, a Aula de Comércio era menos ambiciosa quanto ao que devia ser ensinado, se comparada a *instituição* proposta por Postlethwayt. Porém, ela mantinha alguma semelhança com esta na medida em que se baseava em ideias que já haviam sido preconizadas por Thomas Mun. Tal semelhança faz crer que, em alguma medida, a proposta de uma tenha servido de inspiração à outra. Os paralelos que existiam entre ambas as propostas servem de evidência para demonstrar a contribuição inglesa para o pensamento de Sebastião José.

5 CONCLUSÃO

Cumpre retomar, nesta seção, algumas das questões que se colocaram na introdução deste texto e apontar em que medida os resultados desta investigação foram capazes de respondê-las. De início, dissemos que ela se ocupava de dois aspectos relacionados à figura do marquês de Pombal: o primeiro deles seria a sua percepção da Inglaterra e dos ingleses. A respeito desta, afirmou-se que ela oscilava entre um sentimento de anglofilia, especialmente quando se tratava de assuntos específicos, como o comércio; e uma certa aversão, que se manifestava sempre que se julgavam prejudicados os interesses da nação portuguesa em razão das ações dos ingleses. Tentamos mostrar a ambiguidades dessa relação através da maneira como ela fora representada em obras publicadas em diferentes momentos históricos e por autores com posicionamentos diversos em relação à ação pombalina frente aos interesses ingleses.

Contudo, não foi somente a maneira como as relações de Pombal com os ingleses foi representada que buscamos descrever. Fez parte do nosso esforço apontar, nos textos escolhidos, quais eram as representações de Pombal acerca dos ingleses, uma vez que sua ação ou prática de governo resultou, em grande medida, de tais representações. Daí se dizer que se sua ação era dúbia em certos momentos era porque assim o era a sua percepção do povo inglês. Entretanto, apesar da aparente contradição que se pode notar em alguém que, ao mesmo tempo, admirava e antagonizava a Inglaterra, boa parte de sua prática de governo, sobretudo a que se voltava para melhoria do comércio, inspirou-se em ideias de pensadores ingleses. Este é, a propósito, o segundo aspecto que se objetivou explorar nesse texto e com o qual nossa tese se relaciona. Arriscaríamos dizer que tal prática, em maior ou menor grau, foi animada por aquelas representações a que nos referimos há pouco (CHARTIER, 1990).

E não estamos a falar somente das representações positivas. Isso porque a própria noção de Pombal de que os ingleses pensavam unicamente no interesse próprio e de que a Inglaterra, tendo ocasião, preteriria o aliado para atingir seus objetivos, fez com que ele se precavesse em vários momentos, tomando medidas que visavam minar a preponderância inglesa sobre seus planos. É, portanto, este segundo aspecto – o da contribuição de pensadores ingleses em suas ideário reformista – que fala mais diretamente ao objetivo principal desta pesquisa, que consistiu em demonstrar a presença das ideias de Thomas Mun em seus escritos e, de certa maneira, em algumas de suas medidas, tais como aquelas que tinham como objeto a criação de uma Aula de Comércio.

Nesse ponto, é relevante retomar as indagações que nos ajudaram a dar um direcionamento à pesquisa. Uma delas foi a que inquiria a respeito do papel das representações de Pombal acerca da Inglaterra e dos ingleses no seu tratamento da instrução comercial em Portugal. Nesse particular, esperamos que tenha ficado clara a relação direta entre o que ele pensava dos ingleses em matéria de comércio e o que ele buscou implementar em seu país, especialmente por meio da instrução comercial.

Aliás, boa parte dessas representações acerca dos ingleses teriam sido construídas durante a sua experiência em Londres, onde, como vimos, ele teve contato direto com figuras inglesas e estudou diversas matérias que diziam respeito às relações entre os dois países. Esse aprendizado, cujos frutos se fazem ver já na *Relação dos Gravames* e em sua correspondência pessoal, aparece de maneira mais evidente, nos Estatutos da Aula de Comércio. Neste documento em particular, é notável a presença de noções que haviam sido originalmente preconizadas por Thomas Mun. Os conteúdos e até mesmo a ordem dos conhecimentos a serem ensinados guardam alguma semelhança com que pode ser encontrado nos escritos daquele comerciante inglês. Na *Relação dos Gravames*, por sua vez, especialmente quando tratou das máximas gerais do comércio inglês, Sebastião José também faz referência a noções defendidas por Mun, muito embora não o tenha mencionado diretamente.

Se a presença de um livro de Mun em seu acervo londrino nos faz supor que ele tenha se servido de autores ingleses para formar seu ideário reformista, a constatação da utilização de algumas das noções associadas a Mun nos conduz a certeza de que, em maior ou menor grau, ele se apropriou de alguns daqueles autores. E há indícios de que tenha sido, de fato, uma apropriação, uma vez que adaptações teriam de ser feitas a fim de que tais ideias pudessem servir aos propósitos estabelecidos.

Buscamos apontar a presença de tais ideias na quarta seção, na qual incluímos um contemporâneo de Pombal e aplicador das ideias de Mun na Inglaterra: Malachy Postlethwayt. Ambos buscaram dar aplicabilidade a um “arquétipo” de educação comercial formado a partir das qualidades do perfeito comerciante apresentadas no mais conhecido livro de Mun: *Englands Treasure by Forreign Trade*. Fazendo remissão a elas, comparamos, no que foi possível, o texto do projeto de Postlethwayt e os Estatutos da Aula de Comércio. Notou-se que Sebastião José é tributário de Mun, mas também de Postlethwayt no que este teria apropriado de Mun, uma vez que ele tentou desenvolver em um currículo aquelas qualidades. Esse fato, entretanto, não nos impede

de afirmar que Mun também esteve presente nos escritos de Sebastião José também por meio do que este retirou de Postlethwayt. Nesse sentido, pode-se dizer que, em relação a Mun, Sebastião lançou mão das diretrizes para uma educação adequada ao comerciante perfeito, ao passo que de Postlethwayt saíram os contornos que elas tomaram ao serem integradas a um projeto de criação de um estabelecimento de ensino.

Antes de concluirmos, convém salientarmos algumas limitações que nos impediram de realizar o projeto inicialmente idealizado. Uma delas foi certamente a dificuldade de acesso às fontes, sobretudo no que se refere à correspondência diplomática trocada por Pombal durante seu período em Londres. Usamos aquilo que estava disponível em livros ou em sítios eletrônicos que dispunham de fontes digitalizadas. Um exemplo do primeiro caso foi o livro de José Barreto, *Escritos Econômico de Londres (1741-1742)*, pelo qual tivemos acesso a algumas cartas de ofício, como também a *Relação dos Gravames*. No que respeita ao segundo caso, consultamos a *Coleção da Legislação Portuguesa*, de António Delgado Silva, para acessar os Estatutos da Aula de Comércio, disponível no endereço eletrônico.

São dignos de nota os impactos provocados pela Pandemia do Coronavírus, iniciada no final de 2019, que vitimou um sem número de pessoas mundo afora.

Esses e outros fatores externos fizeram com que reformulássemos nossos objetivos conforme às circunstâncias sob as quais nos encontrávamos. Apesar disso, observamos elementos que poderão ser objeto de pesquisas futuras. A esse respeito, notamos que Thomas Mun não foi a única figura inglesa de que Sebastião tenha se servido. Há indícios de que ele tenha se apropriado de ideias de outros indivíduos, a exemplo de Charles Devant, Josiah Child, ambos ingleses e diretores da Companhia das Índias, de quem é possível encontrar escritos no acervo pessoal londrino de Sebastião José.

Para finalizar essas considerações, devemos acrescentar que não tivemos o objetivo de esgotar o assunto de que se tratou, pois este trabalho, pela sua brevidade e limitações, não teria condições de fazê-lo. Esperamos, por outro lado, que ele tenha concorrido, pelo menos, para chamar a atenção para as contribuições concretas de figuras inglesas para o pensamento e ação de Sebastião José, a despeito de sua por vezes manifesta anglofobia.

REFERÊNCIA

- ANDRADE, António Alberto de. Verney e a cultura de seu tempo. 1965
- ANDRADE, A. Banha de — Vernei e a Cultura do seu tempo. Coimbra. 1966. p. 242.
- ALLEN, W. R. “Mercantilism” in Eatwell, J.; Milgate, M.; Newman P., eds., *The New Palgrave A Dictionary of Economics*, London: Macmillan, 1987.
- BEBIANO, R. O 1º centenário pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica. *Revista de História das Idéias*, v. 4, t. II, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRENNER, R. Merchants and Revolution: commercial change, political conflict, and London’s Overseas Traders, 1550-1653. New York/London: Verso, 2003.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo: Saraiva, 1978.
- CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. São Paulo: FUNAG & Imprensa Oficial, 2006.
- CUNHA, D. Luís da. Testamento Político (1748). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- DICKERSON, O. M. *The Navigation Act and the American Revolution*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1951.
- DISNEY, A. R. A History of Portugal and the Portuguese Empire: from beginnings to 1807. New York: Cambridge University Press, 2009
- FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e novos estudos sobre a “Época Pombalina”. In: ____; RODRIGUES, Claudia. A “Época Pombalina” no Mundo Luso-Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2015, pp. 59-90.
- FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. O mito do marquês de Pombal. Lisboa: Prefácio, 2004.
- GLEESON-WHITE, J. (2011). Double Entry: How the Merchants of Venice Shaped the Modern World and How their Invention could Make or Break the Planet. Sydney: Allen & Unwin. <https://archive.org/details/doubleentryhowme0000glee/page/117/mode/1up?view=theater>.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org.). História de Portugal. São Paulo: EDUSC, 2000.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: _____. História e memória. Campinas: Unicamp, 1996.
- MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. O tradutor dos abomináveis princípios: José Pedro de Azevedo Sousa da Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834). *História (UNESP. Assis)*, v. 35, p. 22, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/ZqkFSgd8JFJfWbt99cyjPXP/?lang=pt> Acesso em: 08 jul. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000101>.
- MARQUES, A. H. Oliveira. História de Portugal. Lisboa: Palas Editores, 1986.
- MARTINS, D. Inácio Monteiro no contexto da cultura científica portuguesa até 1760. *Gazeta de Física*, v. 22, fascículo 1, 1999.
- NOBRE, Pedro. A *East India Company* e a perda portuguesa da Província do Norte. In: *Revista Tempo*. Vol. 21, n. 37, p. 134-150, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704-tem-10_1590TEM-1980-542X2015v213702.pdf. Acesso em 20 fev. 2021.
- NORONHA, Eduardo de. Centenário Trágico: Gomes Freire de Andrade in: *Revista Militar*. Tipographia Universal, Lisboa, 1917.

- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O mito da Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986). Lisboa: Gradiva, 2014.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Os escritos pombalinos sobre a Inglaterra e sua relação com o ensino de inglês em Portugal e no Brasil (1762-1809). In: Revista História da Educação (*online*), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/FF4BSWqc8DRVdXYghcWTXyt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 de mai. 2022.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo; FRANCO, José Eduardo (org.). Dicionário dos Antis: a Cultura Brasileira em Negativo. Campinas: Pontes, 2021, 860 p.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Pombalismo e antipombalismo no Brasil: representações das reformas do ensino no centenário e no bicentenário do Marquês de Pombal. In: Revista Brasileira de História da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/K6H7nk7ZsYbfVq3XhGzrLBt/>. Acesso em: 22 de jun. 2022.
- RICHMOND, H. W. The Navy in the War of 1739–48, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1920.
- RODRIGUES, L.L.; CRAIG, R. English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce. Atlantic Economic Journal, v. 32, n. 4, p. 329-345, 2004. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02304238>
- RODRIGUES, L.L., Craig, R. & Gomes, D., (2004) “The Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the ‘Enlightenment’”. Accounting History, Vol. 9, No 3, pp. 53-71.
- SAWERS, Larry. *The Navigation Acts Revisited* in: Economic History Review, XLV, 2 May 1992, pp. 262-284.
- PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº42, p. 397-414. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a07v2142.pdf>. Acesso em: 21 de fev. 2021.
- SILVA, Antonio Delgado da. Collecção da legislação portugueza: desde a ultima compilação das ordenações. Lisboa: Na Typografia Maigrense, 1830.
- SPORTACK, Mark A. *Gerard de Malynes: Accidental Moneyer to the New World* in: The Colonial Newsletter: a research journal in early American Numismatics. Vol. 57, n.1, 2017.
- TELES, Thadeu Vinícius Souza. O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846). Aracaju: 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe.

FONTES:

- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil / Lisboa: Seara Nova / Porto: Renascença Portuguesa, 1922.
- BRANCO, C. C. Perfil do marquês de Pombal. Porto/Rio de Janeiro: Clavel & Cia./L. Couto & Cia., 1882.
- BARROS, Francisco Lobo Correia de. *Altos feitos do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typographia de Mattos Moreira & Cardosos, 1882.
- CARNOTA, Conde da. *The Marquis of Pombal*. 2. ed. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1871.
- GARCIA, M. Emygdio. *O Marquez de Pombal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.
- MALYNES, Gerard. *A treatise of the canker of Englands common wealth Deuided into three parts: wherein the author imitating the rule of good phisitions, first, declareth the disease. Secondly, sheweth the efficient cause thereof. Lastly, a remedy for the same. By Gerrard De Malynes Merchant. London: By Richard Field for William Iohnes printer, dwelling in Red-crosse-streete in*

ship Allie, 1601. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A06791.0001.001> Acesso em: 12 de jan. 2022.

MALYNES, Gerard. *The maintenance of free trade according to the three essentiall parts of traffique; namely, commodities, moneys and exchange of moneys, by bills of exchanges for other countries, or, An answer to a treatise of free trade, or the meanes to make trade flourish.* London: Printed by I. L[egatt] for William Sheffard, and are to bee sold at his shop, at the entring in of Popes head Allie out of Lumbarde street, 1622. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A06789.0001.001> Acesso em: 12 de jan. 2022.

_____. *The center of The circle of commerce. Or, A refutation of a treatise, intituled The circle of commerce, or The ballance of trade.* London : Printed by VVilliam Iones, and are to be sold by Nicholas Bourne at the Royall Exchange, 1623. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A06785.0001.001> Acesso em: 12 de jan. 2022.

MISSELDEN, Edward. *Free trade, or, The meanes to make trade flourish. Wherein, the causes of the decay of trade in this kingdome are discovered and the remedies also to remooue the same are represented.* London,: Printed by Iohn Legatt for Simon Waterson ..., 1622. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/B14801.0001.001> Acesso em 12 de jan. 2022.

_____. *The circle of commerce. Or The ballance of trade in defence of free trade: opposed to Malynes little fish and his great whale, and poized against them in the scale. Wherein also, exchanges in generall are considered: and therein the whole trade of this kingdome with forraigne countries, is digested into a ballance of trade, for the benefite of the publique. Necessary for the present and future times.* London: Printed by Iohn Dawson, for Nicholas Bourne: and are to be sold at the Royall Exchange, 1623. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A07594.0001.001> Acesso em: 12 de jan. 2022.

MUN, Thomas. *A discourse of trade, from England unto the East-Indies answering to diverse obiections which are vsually made against the same.* London: Printed by Nicholas Okes for Iohn Pyper, 1621. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A07886.0001.001?view=toc> Acesso em: 15 de jan. 2022.

_____. *England's treasure by forraigne trade, or, The ballance of our forraigne trade is the rule of our treasure.* London: Printed by J.G. for Thomas Clark, 1664. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A51598.0001.001> Acesso em: 15 de jan. 2022.

_____. *The petition and remonstrance of the Gouvernor and Company of Merchants of London, trading to the East Indies exhibited to the Honorable the House of Commons assembled in Parliament. Anno 1628.* East India Company. Printed at London: [By John Dawson] for Nicholas Bourne, 1628. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A21084.0001.001> Acesso em: 13 de jan. 2022.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista.* Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da legislação portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações.* Lisboa: Na Typografia Maigrense, 1830.

Biografias

1. AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
2. BARROS, Francisco Lobo Correia de. *Altos feitos do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typographia de Mattos Moreira & Cardosos, 1882.
3. BRANCO, Camillo Castelo. *Pefil do marquez de Pombal*. Porto: Clavel & Cia / Rio de janeiro: L. Couto & Cia, 1882.
4. CARNOTA, Conde da. *The Marquis of Pombal*. 2. ed. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1871.
5. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* - parte I, tomo I (1695-1735). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores / Instituto Rio Branco, 1952 [1961].
6. GARCIA, M. Emygdio. *O Marquez de Pombal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.
7. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Libsoa, Oeiras e Pombal, 1982.

Correspondências

1. *Cartas do Marquez de Pombal escripta do outro mundo aos portugueses* (1-4). Lisboa: Typographia de Manoel de J. Coelho, 1845.
2. *Cartas e outras obras sellectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. Lisboa: Typ. de Francisco Xavier de Sousa, 1847, tomo III.
3. *Cartas e outras obras sellectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. Lisboa: Typ. de Francisco Xavier de Sousa, 1847, tomo IV.
4. *Cartas e outras obras sellectas do Marquez de Pombal*. 4. ed. Lisboa: Typographia de E. J. C. Saches, 1849, tomo V.
5. *Cartas e outras obras sellectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861, tomo I.
6. *Cartas e outras obras sellectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861, tomo II.
7. MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Lisboa: Europa-América, 1984.
8. MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Seleção, leitura, introdução e notas de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional [Série Pombalina], 1986.
9. POMBAL, Marquês de. *Cartas escritas sobre o estado passado, e o presente de Portugal traduzidas do inglês e seguidas dum Compendio historico, e analítico do juizo que tenho formado das 17 Cartas estampadas em Londres no anno proximo passado de 1777, no idioma de Ingles, e recebidas no principio de Ianeiro deste prezente anno de 1778 nesta Villa do Pombal*. Lisboa, 1778. (manuscrito).
10. SMITH, John. *Memoirs of Marquis of Pombal: with extracts from his writing and from dispatches in the state paper office*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1843, v. II.
11. SMITH, John. *Memorias do marquez de Pombal: contendo extractos dos seus escriptos e da correspondencia diplomática inedita existente em diferentes secretaias d'estado*. Traduzido por J. M. da Fonseca e Castro. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1872.